



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



Opções do Plano e Orçamento 2018

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Tel: 249 730 060 | Fax: 249 730 069 | E-mail: geral@cimt.pt

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objetivos Estratégicos	6
2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	6
2.2 Objetivo Estratégico 2: Incorporação de valor na atividade empresarial	7
2.3 Objetivo Estratégico 3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	7
2.4 Objetivo Estratégico 4: Consolidação da massa crítica urbana	8
2.5 Objetivo Estratégico 5: Governação inteligente e multidimensional	8
3. Projetos	10
3.1 Listagem dos Projetos e Atividades	10
3.2 Fichas de Projeto	12
3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2018	61
4. Recursos Humanos	64
4.1 Mapa de Pessoal	64
5. Enquadramento Financeiro	67
5.1 Quotização	67
5.2 Projetos – Critérios de Imputação	69
5.3 Projetos – Participação Financeira Solicitada aos Municípios	70
5.4 Política Orçamental	71
5.5 Análise Financeira	72
6. Anexos	76
6.1 Mapa de Pessoal	77
6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal	79
6.3 Grandes Opções do Plano	92
6.4 Plano Plurianual de Investimentos	100
6.5 Atividades Mais Relevantes	104
6.6 Orçamento - Resumo	111
6.7 Orçamento da Receita e da Despesa	113
6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo	122
6.9 Orçamento - Resumo por Classificação Económica	124
6.10 Orçamento - Resumo por Classificação Orgânica	129
6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)	131

1. Enquadramento

As Opções do Plano e Orçamento para 2018 refletem, a continuidade do **funcionamento dos mecanismos de apoio do Portugal 2020**, através da **concretização de um conjunto de projetos intermunicipais de dimensão relevante** que visam a dinamização e a participação em processos de planeamento estratégico de base territorial, fomentando parcerias entre agentes regionais, indo-se assim ao encontro das políticas públicas para o fortalecimento da **rede de governação integrada**.

Tendo em conta ações de governança integrada, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) constituiu-se, desde o ano de 2015, como **Organismo Intermédio da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020**, sendo responsável, desde essa data, pela análise e acompanhamento físico e financeiro de candidaturas municipais, de iniciativa privada e de outras entidades da Administração Pública a apresentar e aprovadas no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT. No ano de 2018, dar-se-á continuidade a esta delegação de competências, mas será também o **início da operacionalização da delegação de competências na CIMT enquanto Organismo Intermédio, no sentido de exercer as competências afetas às Autoridades Urbanas dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU)** celebrados entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas. Paralelamente, **a CIMT também se constituiu como Organismo Intermédio da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** para o devido acompanhamento, gestão e controlo das operações a financiar, no que concerne à “Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e participação ativa e a melhoria da empregabilidade” e à “melhoria do acesso a serviços sustentáveis de qualidade a preços comportáveis incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”.

No domínio da Mobilidade e Transportes, destaca-se a continuidade do **Transporte a Pedido no Médio Tejo, um projeto pioneiro a nível nacional no domínio da mobilidade flexível**, tratando-se de um dos projetos de maior reconhecimento e visibilidade pública sobre o trabalho que a CIM Médio Tejo (CIMT) tem vindo a desenvolver, com relevante impacto na inclusão social e melhoria da qualidade de vida das populações locais, no quadro de um **novo paradigma na abordagem às soluções de mobilidade no contexto nacional**. Ainda, salienta-se o **exercício de competências de Autoridade Intermunicipal de Transporte**, no contexto do novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de junho), **prevendo-se para o ano de 2018 o lançamento do concurso público para a exploração do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo, com uma importante dimensão estratégica para o desenvolvimento do território**.

No que se refere às medidas do Fundo Social Europeu previstas no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, destaca-se o ano de 2018 como **o primeiro ano de plena implementação do PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo**, na sequência da aprovação de candidatura apresentada ao Centro 2020, com um **valor de investimento de cerca de 5,2 M€ para operacionalizar nos próximos dois anos letivos, em parceria CIMT/Municípios/Agrupamentos de Escola, um conjunto de medidas visando o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso educativo**.

Também, com a recente conclusão dos trabalhos de elaboração do **Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo**, que engloba um conjunto de ações nomeadamente ao nível da **redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, prevê-se a o arranque da respetiva implementação, em parte condicionado à operacionalização dos apoios do Centro2020 e POISE2020.**

No âmbito do turismo e cultura, o ano de 2018 marca também o primeiro ano de plena operacionalização do **Plano de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal**, conforme candidatura articulada com o Turismo do Centro e recentemente aprovada pelo Centro 2020, e tendo por base a **estratégia de promoção turística aprovada em Conselho Intermunicipal**, ancorada nos produtos turísticos âncora: **Turismo Náutico (Castelo de Bode | Wakeboard); Turismo Religioso (Fátima | Tomar) e Turismo Cultural (Templários | Castelos do Tejo | Museu Nacional Ferroviário)**. Prevê-se, também, a **continuidade do projeto CAMINHOS, que consubstancia o primeiro projeto de programação cultural em rede desenvolvido ao nível intermunicipal no Médio Tejo**, bem como o desenvolvimento das intervenções de **valorização do património natural previstas no âmbito do projeto Rotas e Percursos no Médio Tejo.**

No domínio da eficiência hídrica, realça-se a continuidade do desenvolvimento do **projeto de Cadastro de Infraestruturas em Baixa**, sendo que em 2018 será o ano de maior desenvolvimento deste, o qual promove iniciativas integradas de conhecimento de informação infraestrutural dos sistemas em baixa de abastecimento de água (AA) e/ou saneamento de águas residuais (SAR), operacionalizadas em candidatura aprovada no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recurso (POSEUR). A sua implementação visa a otimização e **gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas**, no âmbito do ciclo urbano da água. Ainda, neste âmbito, alinhados com a nova estratégia para o sector definida pelo "PENSAAR 2020" – a qual assenta numa "estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura e focaliza-se mais na gestão dos ativos e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente", prevê-se a **definição de um modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA e SAR numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal (entidades gestoras agregadas).**

Alinhados com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020) a qual está enquadrada com as metas europeias, em 2018, serão realizadas as ações aprovadas em candidatura no âmbito do POSEUR, designadamente a **realização de Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo**, Ainda, neste âmbito encontra-se em **elaboração candidaturas a submeter para a promoção de ações de comunicação e sensibilização, em matéria de riscos associados às alterações climáticas e produção de informação de conhecimento – cartografia associada às vulnerabilidades ou riscos de incêndios florestais.**

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, realça-se o ano de 2018 como o ano de arranque da execução das ações aprovadas em candidatura ao Centro 2020 no âmbito do projeto – Médio Tejo – Desenvolvimento Territorial Estratégico, integrado na prioridade de investimento 2.3 (Reforço das aplicações TIC), as quais promovem, numa primeira fase a **implementação da gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções,**

fomentando o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal.

No contexto da **gestão integrada de proteção civil e florestas** será promovida a continuação de ações conjugada com os vários parceiros no **sentido de criação/ implementação de ações integradas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios de apoio à tomada de decisão**, designadamente acompanhamento da monitorização do sistema de videovigilância para incêndios florestais, implementado no ano de 2017, no âmbito de candidatura ao POSEUR conforme Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT. Ainda, salienta-se para desenvolvimento em 2018, a **promoção de ações conjuntas e integradas no âmbito do “Pacote Legislativo” em matéria do reordenamento florestal, nomeadamente a elaboração do cadastro simplificado**.

Finalmente, no que respeita à internacionalização, foi aprovado a 27 de setembro de 2017, pelo Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, o AECT InterPal-Médio Tejo - **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre a Diputación Provincial de Palencia e a Comunidade Intermunicipal de Médio Tejo** - ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1082/2006, alterado pelo Regulamento (UE) Nº 1302/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro. Sendo uma entidade de direito público dotada com personalidade jurídica, **gozará em Espanha e Portugal da mais ampla capacidade jurídica para o intercâmbio a estabelecer, baseado na multifuncionalidade de cada território e na cooperação** prevista nas seguintes áreas comuns: agricultura e produtos agroalimentares, meio ambiente, espaços naturais e riscos naturais, cultura, turismo e património, políticas sociais, emprego, formação e inovação (I+D+i) e empresa, desenvolvimento local.

2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos que pautam a atividade da Comunidade Intermunicipal **decorrem diretamente das orientações constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo** para o período de programação estrutural 2014-2020, que sucintamente se descrevem abaixo, e que dão suporte aos projetos e atividades dos diversos serviços da CIMT.



2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico

A **valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico** são diretrizes assumidas como determinantes para o desenvolvimento territorial, económico, social e ambiental da região do Médio Tejo, justificada pela **grande diversidade de valências endógenas regionais**, tais como os **recursos agrícolas e florestais, o património natural, religioso e edificado, a história, a tradição e a cultura**.

A valorização económica dos recursos endógenos da região e do seu potencial turístico deve ser prosseguida numa **perspetiva indissociável das questões da sustentabilidade**, e cujos desafios estratégicos assentam:

- ✓ num território "verde" e "azul" que preserva a biodiversidade, garante a qualidade ambiental e aposta nas energias renováveis e em soluções de otimização energética;
- ✓ numa base ecológica à qual se acrescenta conhecimento e promove o desenvolvimento dos setores agrícola e florestal;
- ✓ numa efetiva diversificação da fileira de atividades ligadas ao mundo rural e natural;
- ✓ num turismo de qualidade baseado em produtos turísticos organizados;
- ✓ numa projeção nacional e internacional das potencialidades intrínsecas ao território; e

- ✓ num definitivo reforço da identidade regional e da consolidação do segmento turístico do Médio Tejo, pelo avivamento histórico-cultural, do património edificado e natural e dos recursos endógenos, onde a bacia do Tejo e Zêzere assume protagonismo.

2.2 Objetivo Estratégico 2: **Incorporação de valor na atividade empresarial**

A estratégia de desenvolvimento da região incorpora as orientações de **reforço das políticas públicas no sentido de uma maior articulação com o tecido empresarial**, onde se mostra essencial a criação e sustentação de **dinâmicas de cooperação em rede** que promovam o **desenvolvimento e transferência de tecnologia e a partilha de conhecimento**, no quadro da especialização inteligente preconizada pela estratégia europeia.

Neste contexto de afirmação do Médio Tejo como um território competitivo e empreendedor, enquadram-se iniciativas que concorram para a melhoria da competitividade do tecido económico da região, privilegiando intervenções direcionadas para a **promoção de vantagens de localização empresarial**, assentes na criação e **reforço de competências** relevantes, na dinamização de um **ambiente de inovação** e na **promoção do empreendedorismo**, que **alavanquem a criação de emprego e riqueza** na região, tendo por base:

- ✓ as vantagens de localização empresarial e a eficiência coletiva resultante da gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e dos serviços empresariais;
- ✓ a diversificação da base económica e a extensão das cadeias de produção para um tecido empresarial mais forte;
- ✓ a aposta na qualificação do capital humano adequando-o às necessidades reais das empresas; e
- ✓ um compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação, com uma orientação definitiva para a internacionalização das empresas.

2.3 Objetivo Estratégico 3: **Promoção da coesão e da qualidade de vida**

A promoção da coesão e da qualidade de vida constitui um imperativo estratégico que concorre para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, naquilo que se prende com a estruturação de funções modernas que proporcionem **melhores vivências** aos atuais residentes e **auzem a atratividade global da região**. A promoção da coesão e da qualidade de vida ganha pertinência particular numa **região extensa e heterogénea que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante**, com consequências mais visíveis no **esvaziamento das zonas rurais**, onde o fenómeno cada vez mais intenso de **envelhecimento e as assimetrias territoriais** colocam desafios consideráveis para a **construção de um território coeso e inclusivo**.

Incorpora a preocupação na **articulação dos agentes e competências do território** enquanto mecanismo de melhoria do **combate à pobreza e de promoção da inclusão**, enquadrando intervenções que visam **melhorar o acesso e a cobertura dos serviços de saúde e educação prestados às populações**, bem

como garantir as **condições de mobilidade interna que mitiguem as assimetrias territoriais** que se verificam atualmente.

Esta orientação estratégica assume o objetivo geral do cumprimento dos primados da coesão e sustentabilidade, em sentido lato, o que conflui para elementos tão diversos quanto:

- ✓ a garantia das condições de coesão e de convergência conjunta da região alicerçada na trajetória positiva dos diferentes polos urbanos e rurais;
- ✓ a resiliência e valorização criativa da sustentabilidade económica do mundo rural;
- ✓ a garantia de uma oferta diferenciada e atrativa de serviços às famílias;
- ✓ o desenvolvimento de uma economia social que responde aos novos desafios sociais;
- ✓ a promoção da empregabilidade; e
- ✓ a valorização e rentabilização de investimentos já realizados.

2.4 Objetivo Estratégico 4: **Consolidação da massa crítica urbana**

A orientação estratégica de consolidação da massa crítica urbana parte do reconhecimento da necessidade de **consolidação económica, social e ambiental dos núcleos residenciais** da região do Médio Tejo. Este aspeto ganha relevância no contexto da **proximidade geográfica existente entre as cidades, vilas e outros polos urbanos da região**, que apresentam vocações predominantemente complementares do ponto de vista funcional, e configura um **desafio de afirmação de uma cidade média efetivamente organizada em constelação urbana**.

A aposta dirigida à **melhoria do ambiente urbano** é crucial, dando-se especial relevo à **regeneração, reabilitação e animação das centralidades regionais**, concedendo primazia à diferenciação pela **inovação e criatividade urbana** e incidindo em vetores como:

- ✓ a consolidação de uma constelação urbana traduzida num sólido, atrativo e complementar contínuo urbano, integrador dos polos residenciais rurais;
- ✓ a promoção de uma mobilidade policêntrica e sustentável que permita os “diversos acessos” aos frequentadores da região;
- ✓ a criação de polos urbanos com potencial humano e economicamente dinâmicos;
- ✓ a providência de uma oferta equilibrada e diversificada de habitat; e
- ✓ a aposta na criatividade e inovação urbana.

2.5 Objetivo Estratégico 5: **Governança inteligente e multidimensional**

A orientação estratégica governança inteligente e multidimensional valoriza a pertinência de **promover a eficiência da gestão e da administração do território**. Instituir mecanismos concretos de execução de projetos suportados em **lógicas de cooperação**, que promovam a articulação de competências repartidas entre entidades com funções complementares e que fomentem a **capacidade de otimização das respostas a fornecer à população**, é uma exigência que se impõe à região e aos seus agentes económicos e sociais.

Neste contexto, deverão ser assumidas **lógicas de governação verdadeiramente supramunicipais**, ancoradas em **projetos inovadores de gestão e monitorização das dinâmicas do território** e promovendo uma aproximação entre os serviços públicos prestados e os agentes económicos, sociais e institucionais, através da **modernização administrativa** que contribua para a desburocratização dos processos e para a **redução de custos de contexto**. Enquadra o desenvolvimento de iniciativas visando:

- ✓ promover o suporte técnico e operacional de um modelo supramunicipal de gestão do território;
- ✓ aprofundar soluções de promoção da eficiência no relacionamento e nos serviços prestados aos cidadãos e às empresas; e
- ✓ promover uma gestão territorial inovadora de escala supramunicipal, cujo processo de tomada de decisão seja suportado pelo primado da informação e das consequentes recomendações resultantes na otimização de investimentos e intervenções.

3. Projetos

3.1 Listagem dos Projetos e Atividades

As atividades previstas para este ano dizem respeito a ações de investimento (algumas já iniciadas em anos anteriores e outras a iniciar no ano de 2018), desenvolvidas/a desenvolver no âmbito do atual quadro comunitário [Portugal 2020] principalmente, no âmbito da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT enquanto uma das iniciativas de reconhecimento da Estratégias Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020. Abaixo a listagem de projetos e descrição das atividades que se preveem desenvolver.

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo
	1.1 Rotas e Percursos em Património Natural
	1.2 Programação Cultural em Rede - Caminhos
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	1.3 Produtos Turísticos Integrados
	2. Promoção do Empreendedorismo
	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	2.2 Implementação do Plano de Acção
	3. Educação de Excelência no Médio Tejo
	4. Unidades Móveis de Saúde
	5. Médio Tejo Inclusivo
	5.1 Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	5.2 MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género
	6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo
	6.1 Transporte a Pedido
	6.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves
	6.3 Autoridade de Transportes
	6.4 Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo
	7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo
OB5: Governação inteligente e multidimensional	8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho
	8.1 Saúde no Trabalho
	8.2 Segurança e Higiene no Trabalho
	9. Modernização Administrativa no Médio Tejo
	9.1 Modernização Administrativa - CIMT
	9.2 Médio Tejo Online 2020
	9.3 Integração e Partilha de Serviços
	9.4 Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
	10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial
	10.1 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa
	10.2 Médio Tejo - Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas
	10.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico
	10.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante
	10.4 Gestão Integrada de proteção Civil e Florestas
	10.4.1 Sistema Videovigilância
10.5 Adaptação às Alterações Climáticas	
11. GEFOR - Gestão da Formação	
11.1 Formação da Administração Local	
11.2 Estágios Curriculares e Profissionais	
11.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	
11.4 Formação de Públicos Estratégicos	
11.5 Formação de Projetos Intermunicipais	
12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	
13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização	
14. Grupos de Trabalho com os Municípios	

As atividades e projetos intermunicipais a desenvolver no ano de 2018 têm enquadramento na estratégia de desenvolvimento da região, incorporando ações que visam contribuir para a concretização das orientações estratégicas definidas para o Médio Tejo 2020. Abaixo apresenta-se matriz indicativa do contributo dos projetos e atividades a desenvolver para a estratégia regional, considerando o respetivo encaixe principal no objetivo estratégico e também o contributo significativo em outros objetivos estratégicos.

Contributo dos Projetos Intermunicipais para os Objetivos Estratégicos Médio Tejo 2020					
Projetos	OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	OB4: Consolidação de massa crítica urbana	OB5: Governação inteligente e multidimensional
1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	●		○	○	
2. Promoção do Empreendedorismo	○	●	○		
3. Educação de Excelência no Médio Tejo			●	○	
4. Unidades Móveis de Saúde			●	○	
5. Médio Tejo Inclusivo			●	○	
6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo			○	●	
7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	○		○	●	
8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho					●
9. Modernização Administrativa no Médio Tejo					●
10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	○		○	○	●
11. GEFOR - Gestão da Formação		○			●
12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo					●
13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização					●
14. Grupo de Trabalho com os Municípios					●

● Enquadramento principal
○ Enquadramento complement

3.2 Fichas de Projeto

AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 1

Horizonte temporal: 2000-2023**Investimento 2018: 975.318,00€**

O objetivo principal do projeto consiste na Afirmação Territorial da região do Médio Tejo, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como instrumento e suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica de promoção territorial e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos como contributos para a fruição cultural e inclusão para todos.

ROTAS E PERCURSOS EM PATRIMÓNIO NATURAL

Subprojecto nº 1.1

Investimento 2018: 249.125,00€

Esta componente, com enquadramento no âmbito das medidas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo – Prioridade de Investimento 6.3 – Património Natural, envolve a implementação de rotas e percursos que permitam a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património natural do Médio Tejo que possuem um forte carácter identitário na região.

Como trabalho preparatório para a construção deste projeto, foi elaborado um estudo que teve por objeto a apresentação de uma proposta técnica de rotas e percursos de valorização do património natural com potencial turístico no Médio Tejo. Este trabalho desenvolveu-se em 3 fases, designadamente:

- ✓ Diagnóstico para identificação dos recursos turísticos estratégicos da região e sua articulação;
- ✓ Definição das Rotas e Percursos mais emblemáticos do Médio Tejo e elaboração de Estudo Prévio;
- ✓ Elaboração de Plano de Marketing e Promoção Turística das Rotas e Percursos.

Os estudos técnicos desenvolvidos são uma base de apoio para a decisão relativamente às rotas/temáticas a privilegiar neste âmbito, incluindo a sinalização das ações materiais que serão necessárias realizar para a criação/desenvolvimento das rotas em questão. As tipologias de operação apoiadas incluem a criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Pretende-se que a implementação destas rotas/percursos seja concretizada com o envolvimento ativo dos Grupos de Ação Local – ADIRN; Pinhal Maior e TAGUS, num trabalho em conjunto para a criação de produtos turísticos para a região.

Para o ano de 2018 prevê-se o arranque dos trabalhos de implementação das rotas e percursos, designadamente das intervenções materiais necessárias – trilhos, sinalética estruturas de informação, entre outras, a executar pelos respetivos Municípios. As componentes a executar pela CIMT incluem a aquisição de sinalética e estruturas de informação e ações de promoção e divulgação.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL EM REDE – CAMINHOS

Subprojecto nº 1.2

Investimento 2018: 84.485,00€

Este projeto coloca a tónica na qualificação e valorização do tecido cultural e artístico do Médio Tejo, promovendo a itinerância dos espetáculos e manifestações artísticas pelos diversos concelhos do Médio Tejo, através de uma programação cultural em rede/intermunicipal, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos, formação de novos públicos, inclusão e maior fruição cultural e artística, tornando-a acessível a um público alargado.

Neste sentido, uma das componentes de base de desenvolvimento do projeto, passou pela estruturação de um Comissariado Cultural Regional, que assumiu um papel central na articulação em rede das estruturas culturais do território, na valorização criativa e impulsionamento dos talentos da região e na organização de uma programação cultural regional, pautada por elevados padrões de qualidade.

Para este projeto, prevê-se que as componentes de estruturação do Comissariado Cultural Regional, trabalhos de mapeamento do tecido cultural do Médio Tejo, desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial e de um programa de valorização dos equipamentos e património cultural da região bem como as iniciativas integradas de promoção e divulgação do projeto, muito apoiadas em ferramentas e presença digital, possam ser executadas diretamente pela CIMT, que será entidade líder e promotora da operação junto do Centro 2020.

As componentes de investimento relacionadas com a realização dos espetáculos e eventos em cada um dos municípios, no contexto da programação cultural intermunicipal/em rede, e de acordo com as regras e objetivos visados pelo aviso de concurso do Centro 2020, designadamente no que se refere à relevância dos eventos associados ao património, à cultura e aos bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, e observando o plano de divulgação do projeto, serão executados diretamente pelos Municípios.

Para 2018 prevê-se a continuidade da implementação da programação com a manutenção dos 3 ciclos já concretizados em 2017 (Caminhos do Ferro, Caminhos da Água e Caminhos da Pedra), uma programação assente num conceito inovador a nível nacional, com 13 municípios unidos na criação de programação cultural em rede e na promoção turística da sua região e que decorre durante 3 anos (2017-2019).

Concretamente os 3 ciclos de programação decorrem nos seguintes momentos:

- ✓ Os Caminhos de Ferro, em abril, aludindo ao cruzamento entre as duas linhas ferroviárias mais importantes do país;
- ✓ Os Caminhos da Água, em julho, remetendo para a riqueza e abundância em cursos de água emblemáticos;
- ✓ Os Caminhos da Pedra, em outubro, aludindo às autoestradas e à rede viária da região.

PRODUTOS TURÍSTICOS INTEGRADOS

Subprojecto nº 1.3

Investimento 2018: 641.708,00€

O Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal do Médio Tejo visa em termos gerais a valorização e afirmação do potencial dos recursos naturais e culturais da região do Médio Tejo, bem como a integração da oferta turística com a consolidação dos produtos pré-existentes e a estruturação de novos produtos através da melhoria da experiência dos visitantes (iniciativas de informação e animação), de reforço da notoriedade dos produtos e do destino (iniciativas de comunicação e promoção), e ainda de articulação entre os agentes turísticos (iniciativas de avaliação, reflexão e divulgação do potencial dos novos produtos), enquanto fatores determinantes para a competitividade e coesão turística do território do Médio Tejo e, conseqüentemente, do destino 'Centro de Portugal'.

Este Programa de Ação desenvolve-se em torno de três eixos de ação prioritários, os quais circunscrevem seis produtos turísticos integrados identificados como estratégicos e de relevante interesse para o desenvolvimento sustentado e promoção do turismo na região do Médio Tejo:

- ✓ Eixo 'Turismo Náutico': Castelo de Bode | Wakeboard;
- ✓ Eixo 'Turismo Religioso': Fátima - Tomar; e
- ✓ Eixo 'Turismo Cultural': Templários | Castelos do Tejo | Museu Nacional Ferroviário.

Este projeto constitui uma oportunidade determinante para dar continuidade aos trabalhos de planeamento estratégico realizados entre 2013 e 2016, bem como às ações e projetos já executados pelos municípios e/ou pela CIMT, de estruturação, qualificação e promoção dos recursos (naturais e culturais), de promoção dos equipamentos e dos eventos com relevante vocação turística-cultural considerados estratégicos para o desenvolvimento do turismo da região do Médio Tejo.

A operação é desenvolvida em parceria pela CIMT e Municípios do Médio Tejo. A generalidade das atividades/investimentos são realizados pela CIMT, incluindo-se também algumas atividades específicas de execução municipal, nomeadamente no que se refere eventos/atividades de animação.

Este projeto prevê igualmente uma forte componente associada a Programas de Comunicação específicos para cada um dos eixos/produtos âncora identificados, bem como outras ações de promoção e divulgação da região.

Mais concretamente, para o ano de 2018 prevê-se a realização das seguintes atividades:

- ✓ Continuidade das diligências junto da APA, com vista ao estabelecimento de um processo de concessão para a gestão integrada da Estância de Wakeboard do Médio Tejo;
- ✓ Implementação de sinalética de orientação e painéis de informação na Estância de Wakeboard do Médio Tejo;
- ✓ Aquisição de boat stand para presença em feiras e eventos nacionais;
- ✓ Estruturação de produto e desenvolvimento de conteúdos relativos a percursos, rios e natureza;
- ✓ Estruturação e integração do produto no âmbito do programa Fátima-Tomar stayover;
- ✓ Intervenções de sinalética dos Caminhos de Santiago e articulação com entidades envolvidas para a definição de projeto de sinalética dos Caminhos de Fátima;
- ✓ Desenvolvimento de conteúdos, materiais e ações de comunicação de promoção do programa Páscoa no Médio Tejo;

- ✓ Desenvolvimento dos trabalhos com vista à estruturação da Rota dos Castelos do Médio Tejo;
- ✓ Continuidade do projeto de certificação do património – Rede Herity;
- ✓ Upgrade da APP turística Descubra V2; e
- ✓ Desenvolvimento de programa de comunicação dos produtos turísticos integrados.

No que se refere a ações de âmbito municipal, enquadradas no âmbito dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, refere-se à realização de eventos de animação ligados ao produto âncora Castelo de Bode|Wakeboard, designadamente os eventos “Wakeboard open” e “Welcome do Castelo de Bode”; eventos do programa de animação do património (Festival Zêzere Arts; Steampunk Fest) e iniciativas no domínio do turismo religioso como a Rota dos Pastorinhos.

Ainda, para o ano de 2018 prevê-se dar continuidade aos trabalhos em curso no âmbito do Turismo Militar, designadamente na sequência das reuniões de trabalho que têm vindo a ser realizadas com o Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar, visando a dinamização da Rede de Turismo Militar para o Médio Tejo, consubstanciando um projeto piloto que visa o desenvolvimento de um modelo de articulação dos recursos da região do Médio Tejo com relevância para o Turismo Militar, incluindo a ativação turística e patrimonial dos acervos militares existentes nas unidades militares do Exército, nomeadamente através da organização turística dos pontos visitáveis das mesmas.

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

PROJECTO Nº 2

Horizonte temporal: 2014-2020

Investimento 2018: 180.096,00€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações de promoção em diversas vertentes, tais como a dinamização do ecossistema empreendedor, o empreendedorismo nas escolas, o apoio à criação de novas empresas e o empreendedorismo social. Pretende-se igualmente elaborar e dinamizar o Pacto para Empregabilidade regional.

MÉDIO TEJO – VIVE O EMPREENDEDORISMO

Subprojecto nº 2.1

Investimento 2018: 179.346,00€

Com a implementação deste projeto, pretende-se contribuir para a sensibilização de uma cultura empreendedora ao longo da vida e reforço do ecossistema empreendedor do Médio Tejo, apostando na inovação das atividades de base local e valorização dos recursos intensivos em conhecimento. Em resumo, pretende-se:

- ✓ Sensibilização e estímulo ao empreendedorismo enquanto cultura transversal
- ✓ Valorização dos recursos endógenos intensivos em conhecimento
- ✓ Aparecimento de mais empreendedores
- ✓ Novos e melhores projetos de base tecnológica
- ✓ Atração de investimento e geração de empregos qualificados para a região.

Atividades a realizar em 2018:

Atividade A: Organizar e Dinamizar o Ecosistema Empreendedor

As entidades regionais de apoio ao empreendedorismo, muitas vezes funcionam com um conjunto de “peças soltas”, que apesar de fazerem parte de um mesmo mecanismo, têm dificuldade em se “encontrar” e articular. Desta forma, é fundamental para o Médio Tejo a organização e monitorização do ecossistema empreendedor regional, agregando agentes facilitadores a nível local, numa lógica de dinamização e de uma constituição formal da rede de apoio ao empreendedorismo, com vista à:

- ✓ Realização de encontros temáticos de empreendedorismo;
- ✓ Dinamização da Rede de Diáspora Intermunicipal;
- ✓ Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo do Médio Tejo; e
- ✓ Realização de workshops com as entidades da Rede.

Atividade B: Valorização Da Atividade Empreendedora De Base Territorial

Esta atividade visa a criação de mecanismos de apoio diferenciados, para as diferentes tipologias de empreendedorismo, tendo em atenção as especificidades territoriais (baixa densidade, envelhecimento, recursos endógenos), nomeadamente as oportunidades, riscos e desafios identificados na RIS3 – Estratégia de Especialização Inteligente do centro 2020.

Dadas as características endógenas do território, importa criar dinâmicas de promoção empresarial que alavanquem os seus recursos, mas numa perspetiva de criação de maior valor, como é o caso da utilização do empreendedorismo de base tecnológica ou das atividades criativas e/ou culturais. Numa perspetiva da sua canalização em recursos intensivos em conhecimento, capazes de atrair novas ideias, novos empreendedores, novas metodologias, ou mesmo a “reconversão” de empresários com ideias de negócio para estas áreas mais hi-tech, onde a competitividade se joga num outro patamar, em que a transferência de valor para o mercado é decisiva. Assim sendo, esta atividade visa a:

- ✓ Programas de Empreendedorismo – Temáticos e Inovadores (a serem desenvolvidos pelos parceiros do projeto); e
- ✓ Atribuição de prémios de mérito de empreendedorismo - Temáticos e Inovadores.

Atividade C: Missão Empreendedora e Roadmap de Boas Práticas

Trata-se de uma iniciativa conjunta envolvendo a parceria estabelecida pelos copromotores, para visita a regiões europeias, com características endógenas similares - baixa densidade, envelhecimento, fatores de especialização regional, nomeadamente os inscritos em sede da RIS 3, pretendendo-se uma região qualificada, inovadora e empreendedora, entre outras ambições, cujo ecossistema empreendedor, pelo seu funcionamento, constitua um estudo de caso de sucesso e de interesse para o território do Médio Tejo. As ações a desenvolver são:

- ✓ Benchmarking, através da visita a uma região para conhecimento do sistema regional de empreendedorismo; e
- ✓ Elaboração de um "Roadmap" de boas práticas empreendedoras.

Atividade D: Reforço da Cooperação e da Competitividade Regional (RCCR)

A afirmação de uma cultura para o empreendedorismo ao longo da vida e o envolvimento dos atores do ecossistema é estimulada pela existência de informação sobre as atividades das entidades pertencentes ao ecossistema, pela divulgação de conteúdos que facilitem as tarefas do empreendedor no seu processo de

criação e aceleração de empresa, pela divulgação dos eventos, que sinalizem as prioridades da região e as temáticas em destaque e interação e profundidade das relações entre as entidades públicas de suporte, as incubadoras, o sistema científico e tecnológico nacional, as associações empresariais e os empreendedores atuais e potenciais. As ações a desenvolver são:

- ✓ Dinamização da plataforma de internet dedicada ao empreendedorismo;
- ✓ Criação do Mapa Interativo Regional de Empreendedorismo; e
- ✓ Criação de Guias de Valorização do Empreendedorismo.

Atividade E: EMPCRIANÇA - Promoção da Cultura Empreendedora no 1º Ciclo

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de ações para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do 1º ciclo. Assim, pretende-se a universalização do acesso das crianças e jovens a atividades de empreendedorismo, que permitam desenvolver em contexto de aprendizagem uma cultura onde seja valorizada a capacidade de gerar ideias.

Ao participarem neste projeto, as crianças e jovens podem ganhar confiança e aprender a valorizar dinâmicas empreendedoras, beneficiando de aconselhamento e de apoio no seu desejo de inovar, bem como de ferramentas úteis para utilização futura.

Atividade F: EMPREENDERJOVEM - Promoção da Cultura Empreendedora nos 2º e 3º Ciclos

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de atividades para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do 2º e 3º ciclo. Esta atividade procura fomentar a geração de ideias suscetíveis de implementação, mostrando a importância da preparação dos projetos e da avaliação dos riscos motivando, para enfrentar as vicissitudes e ultrapassar os desafios que sempre se colocam.

Atividade G: EMPREESCOLA - Promoção da Cultura Empreendedora no Ensino Secundário

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de atividades para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do Secundário. Pretende-se estimular a criatividade, a competência e a mudança de mentalidades num novo paradigma de motivação dos jovens que querem inovar.

Atividade H: Sensibilização para o Empreendedorismo nas Escolas do Médio Tejo

Esta atividade consiste na organização de atividades para a sensibilização do empreendedorismo nas escolas do Médio Tejo, com uma metodologia de estímulo comportamental ajustada para o 2.º e 3.º ciclo de escolaridade ao longo de dois anos, com o apoio à sua implementação nas escolas aderentes, a edição dos manuais de apoio despectivos, a organização de evento final (Feira EMPRE) integrada nos eventos do Médio Tejo. Organização de workshops sobre temas de empreendedorismo para os alunos, atividades de promoção da cultura científica e visitas aos centros de conhecimento e transferência de tecnologia do território.

Atividade I: Coordenação e Dinamização

A região tem feito um forte investimento na dinamização do seu ecossistema regional e na disseminação de uma cultura empreendedora transversal que se inicia numa fase inicial da vida escolar e se prolonga pela vida profissional dos indivíduos envolvendo no apoio das suas iniciativas todas as entidades de suporte relevantes no Médio Tejo. Pela prioridade que é conferida ao projeto pela CIMT, o seu acompanhamento terá uma lógica que combina o nível político-estratégico e o nível executivo. Em primeira instância encontra-se o Conselho Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal e, na segunda, o nível

executivo associado à implementação das atividades e da sua execução física e financeira que terá o acompanhamento quotidiano da coordenação executiva da CIMT.

Atividade J: Plano de Divulgação e Comunicação

Nesta atividade concentra-se uma parte significativa da eficácia do projeto, na medida em que os processos de disseminação de uma cultura empreendedora requerem ainda um investimento considerável para que possa chegar aos principais destinatários: os atuais e os futuros empreendedores. Assim pretende-se:

- ✓ Conceção gráfica e produção de material de promoção e divulgação;
- ✓ Dinamização do projeto nas redes sociais;
- ✓ Publicação de anúncios na comunicação social;
- ✓ Produção de Materiais de promoção e comunicação do projeto; e
- ✓ Conceção de brochura de divulgação de resultados em formato digital.

O “Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo” trata-se de um projeto em co promoção, liderado pela CIMT e integra os seguintes parceiros: ADIRN, TAGUS e PINHAL MAIOR.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Subprojecto nº 2.2
Investimento 2018: 750,00€

A aposta no empreendedorismo é um fator fundamental e determinante para a captação e alavancagem de novas oportunidades de negócio para o território, conferindo maior agilidade competitiva para a sua economia. Neste sentido, as ações que norteiam o Plano de Ação para o Ecosistema Empreendedor do MT, decorreram de um trabalho de levantamento e análise, e da auscultação efetuada aos atores regionais relevantes, assim como da articulação com o Plano Estratégico do Médio Tejo e restantes Instrumentos de Gestão Territorial e de Políticas Públicas.

Estas ações assentam num conjunto de Orientações Estratégicas, ou seja, os grandes eixos estratégicos que suportam o Plano de Ação, a saber:

- ✓ Desenvolver e fortalecer a articulação entre atores;
- ✓ Apoiar o empreendedorismo ao longo da vida do empreendedor;
- ✓ Valorizar os recursos endógenos e focalizar na especialização inteligente;
- ✓ Dinamizar o empreendedorismo para a competitividade

Para cada uma destas Operações Estratégicas foram definidas áreas de intervenção (AI) e ações (AC) que materializam a operacionalização da estratégia de empreendedorismo regional. Assim, pretende-se com esta iniciativa, a análise, priorização e implementação das ações propostas no Plano de Ação para o Ecosistema Empreendedor do Médio Tejo.

EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO

PEDIME – FASE 1 (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA EDUCAÇÃO)

PROJECTO Nº 3

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2018: 797.288,00€

Pretende-se promover a valorização do Médio Tejo através do reconhecimento de uma educação de excelência nesta região, combatendo o abandono e insucesso escolar e promovendo projetos educativos inovadores, que contribuam para o desenvolvimento do potencial de aprendizagem e os níveis de excelência no ensino.

As intervenções a desenvolver têm como objetivo contribuir para a redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais.

O projeto consubstancia um plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e surge da necessidade de construir um instrumento de coordenação e planeamento intermunicipal capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios visando a partilha de recursos e a convergência de ações orientadas para a superação das limitações e/ou problemas educativos comuns (acesso à formação contínua, configuração da rede escolar, programas de redução do insucesso e abandono escolar, desadequação da oferta formativa, etc.).

Inclui-se no âmbito deste projeto, a aposta em iniciativas inovadoras e criativas de promoção do conhecimento científico junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT e os Centros de Ciência Viva, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e melhorem as condições de aprendizagem e a qualidade do sistema de educação.

Mais do que um instrumento de gestão ou de controlo o plano pretende constituir-se como plataforma potenciadora das ações a desenvolver pelas escolas / agrupamentos de escolas, pelos Municípios e pela própria Comunidade Intermunicipal visando a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Redução do insucesso e da retenção escolares concretizando o princípio da equidade educativa pelo desenvolvimento de ações de apoio às crianças e jovens com dificuldades de Aprendizagem Redução do abandono escolar precoce pelo acesso a vias diferenciadas de educação e formação e pela adequação dos perfis de formação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
- ✓ Promoção do sucesso escolar pela generalização de estratégias que qualifiquem as aprendizagens e valorizem os resultados.
- ✓ Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas (desenvolvimento de maneiras de pensar os problemas) desde o pré-escolar até ao ensino secundário.
- ✓ Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequa-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho

Para o desenvolvimento deste projeto intermunicipal, enquadrado no âmbito do PCDT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, têm vindo a ser realizadas diversas reuniões do Grupo de

Trabalho Setorial Educação e Formação (conforme modelo de governação territorial integrada do Médio Tejo definido na EIDT 2014-2020), com o envolvimento dos municípios, todos os agrupamentos de escolas do Médio Tejo, escolas profissionais, IPT e IEFP, tendo sido discutidas as iniciativas a desenvolver com a participação e contributo de todos os parceiros, no âmbito do plano.

Para uma adequada implementação do projeto, que pressupõe a articulação funcional de vários níveis de ação (projetos educativos de escolas e agrupamentos de escolas; planos de desenvolvimento educativo municipal e projetos educativos municipais), com coordenação e planeamento de carácter intermunicipal, e potenciando a participação ativa dos vários parceiros sejam executadas diretamente pelos Municípios, designadamente no que se refere a componentes de planeamento estratégico multinível; implementação de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo; implementação de medidas de promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas e iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar com enquadramento no plano intermunicipal.

As atividades deste projeto previstas para os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019, estão enquadradas na candidatura apresentada ao Centro 2020, PEDIME – Fase 1 (Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo – Fase 1), com um valor global de investimento de cerca de 5,2 M€, dos quais cerca de 1,8 M€ correspondem a atividades a executar diretamente pela CIMT.

Para o ano de 2018, prevê-se a continuidade das atividades do projeto já iniciadas em 2017, bem como a operacionalização da generalidade das restantes atividades enquadradas na candidatura apresentada ao Centro 2020, PEDIME Médio Tejo – Fase 1, designadamente:

M1. Planeamento estratégico multinível

O Planeamento Estratégico Multinível da Educação do Médio Tejo conjuga três níveis: agrupamentos de escola, municípios e comunidade intermunicipal, promovendo-se a coordenação e planeamento intermunicipal capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios visando a partilha de recursos e a convergência de ações orientadas para a superação das limitações e/ou problemas educativos comuns.

Neste contexto, prevê-se a continuidade dos trabalhos de consultoria técnica especializada de apoio à construção, implementação e acompanhamento do plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo, contratados ao Prof. David Justino, incluindo o apoio técnico a condução geral dos trabalhos e orientação científica em termos de metodologias, conceção de instrumentos, parcerias, intervenções prioritárias, boas praticas e outras questões relevantes ao bom desenvolvimento do plano e prossecução dos objetivos do projeto.

Ainda, e na sequência da conclusão da elaboração do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo, prevê-se arrancar em 2018 os trabalhos de monitorização da implementação das várias atividades do âmbito do projeto nos anos letivos 2017/2018, e 2018/2019, nomeadamente tendo em conta indicadores contratualizados na candidatura apresentada ao Centro 2020, tais como: a avaliação dos resultados atingidos pelos alunos tendo em vista o aumento do sucesso educativo e diminuição da taxa de retenção e da taxa de insucesso escolar. Em fase seguinte pretende-se conceber medidas/ações para os anos letivos seguintes que promovam o sucesso

educativo dos alunos da região, tendo em conta os objetivos iniciais propostos no plano, e que possam ser a base de trabalho para a construção da candidatura PEDIME Médio Tejo – Fase2, a apresentar ao Centro 2020.

M2 - Medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo

✓ **Promoção do sucesso escolar – correção da acuidade visual e auditiva no pré-escolar**

No âmbito do eixo estratégico do PEDIME relativo à implementação de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo, prevê-se dar continuidade ao projeto de correção da acuidade visual e auditiva no pré-escolar, desenvolvido em parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco; o Centro Hospitalar do Médio Tejo; a Direção de Serviços de Educação da Região Centro; a Direção de Serviços de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Universidade da Beira Interior. Este projeto temo como objetivo promover a conjugação de esforços e articulação das intervenções no âmbito da promoção do sucesso escolar no Médio Tejo, através da identificação e correção de eventuais problemas de acuidade visual e auditiva das crianças, suscetíveis de interferirem negativamente no processo de aprendizagem. A metodologia de operacionalização do projeto passa pela realização de exames de rastreio aos alunos do pré-escolar, nos espaços das escolas. Às crianças que na sequência dos rastreios se suspeita que apresentam deficit visual será atribuído um voucher de acesso a consultas de diagnóstico diferencial, que serão realizadas por estabelecimentos aderentes da área de influência do Médio Tejo legalmente habilitados para o efeito. Perante a confirmação de um deficit visual suscetível de interferir com o processo de aprendizagem, o voucher financiará a correção que se vier a identificar como necessária. As situações de deficit audiológico são encaminhadas para os serviços de saúde. Para operacionalização do projeto, e tendo em conta as responsabilidades protocoladas entre os diversos parceiros, prevê-se a contratação de serviços especializados a técnicos de optometria e audiologia, que se juntam à equipa do ACES Médio Tejo nas deslocações às escolas para a realização dos rastreios.

✓ **Programa de Visitas de Estudo (Práticas de Aprendizagem Integradas)**

O programa de visitas de estudo – práticas de aprendizagem integradas, pretende desenvolver uma abordagem inovadora do currículo escolar que potencie a integração de diferentes aprendizagens em torno de temas associados a contextos regionais e locais. O principal objetivo que se pretende atingir é o de promover a capacidade de mobilização de conhecimento para a resolução de problemas ou para o desenvolvimento de projetos que, através da sua contextualização, permita ao aluno consolidar e alargar o nível de conhecimento de partida, bem como o desenvolvimento de competências sociais, comunicacionais, cognitivas e metacognitivas. Para o efeito pretende-se identificar no currículo de cada um dos anos de escolaridade o conjunto de conhecimentos mobilizáveis para o aprofundamento dos temas, sendo estes selecionados em função da disponibilidade de informação e de contextos locais e regionais suscetíveis de valorizarem o conhecimento sobre esses contextos. As visitas de estudo integram-se neste conjunto de práticas que se pretendem desenvolver ao longo dos anos letivos.

A metodologia a privilegiar pretende seguir as maneiras de pensar cientificamente conduzidas, partindo da seleção dos temas, a formulação dos problemas decorrentes da prática de questionamento e pesquisa, concluindo pela elaboração dos respetivos relatórios por parte de cada grupo de alunos e a sua apresentação pública. Como base de trabalho a ser desenvolvida e reconceptualizada pelas escolas e pelos professores,

pretende-se elaborar um conjunto de 35 guiões pedagógicos que, nesta primeira fase de carácter experimental, assumirão as características de referencial de aprendizagem.

Para o ano de 2018, prevê-se o arranque deste projeto, num processo de trabalho conjunto com os Agrupamentos de Escolas que manifestarem interesse em participar, e prevendo-se a necessidade de apoio especializado para o desenvolvimento dos guiões e realização de sessões de trabalho / informação com os professores envolvidos bem como a monitorização do projeto a avaliação dos respetivos resultados.

✓ **Projetos desenvolvidos em parceria com as Bibliotecas Públicas**

Afirmando a biblioteca escolar como parte integrante do processo educativo, prevê-se o desenvolvimento de um conjunto de atividades em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Médio Tejo, com os seguintes objetivos:

- ✓ Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem e também da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- ✓ Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- ✓ Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia.
- ✓ Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- ✓ Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
- ✓ Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas.

Neste contexto, para o ano de 2018 prevê-se o arranque das seguintes atividades:

- ✓ Fundos Documentais: Aquisição de fundos documentais/coleções que se enquadrem ou que vão ao encontro daquelas que são as metas curriculares nas várias disciplinas, com especial ênfase na disciplina de português, tendo em consideração as obras de leitura obrigatória para os diferentes ciclos de ensino;
- ✓ Programa de espetáculos de teatro: Criação de uma programação de espetáculos de teatro que responda às necessidades curriculares, através da contratação de companhias de teatro de qualidade previamente avaliada que levem à cena a dramatização de obras de leitura obrigatória, nos diversos ciclos de ensino, ou outras consideradas relevantes para a aprendizagem;
- ✓ Encontros com Escritores contemporâneos: Promoção de encontros com escritores contemporâneos, enquadráveis no currículo;
- ✓ WikiTejo: Criação de uma enciclopédia em linha do Médio Tejo, através da contratação de serviços de recursos digitais para criação de uma plataforma online comum em ambiente web, que possibilite a divulgação, a edição e a partilha de conteúdos locais e regionais dos Municípios do Médio Tejo, considerados relevantes para as aprendizagens.

✓ **MINDGAMES (Programa Intermunicipal para o desenvolvimento das competências metacognitivas)**

Para o ano de 2018, prevê-se o arranque do projeto Mindgames, que visa apoiar a criação de clubes escolares no âmbito do programa do Desporto Escolar e distribuição de kits de jogos selecionados. Como ações previstas inclui-se a criação de uma equipa promotora da constituição dos clubes nos agrupamentos de escolas da CIM

do Médio Tejo, em parceria com a estrutura do Desporto Escolar do Ministério da Educação, o fornecimento às escolas de Kits de jogos (não digitais), e a dinamização de sessões de informação junto da comunidade escolar. A prazo, considera-se a possibilidade de organização de pequenos torneios inter-escolas.

✓ **Miúdos Digitais (Programa Intermunicipal para o Pré-Escolar)**

Para o ano de 2018, prevê-se o arranque do projeto Miúdos Digitais, que visa proporcionar a todos os alunos do pré-escolar o primeiro contacto com os suportes digitais através do fornecimento de kits móveis com tablets aos estabelecimentos de ensino pré-escolar, bem como a realização de sessões de informação aos educadores para a sua utilização. Esses tablets serão fornecidos com um conjunto de aplicações educativas visando o desenvolvimento de competências básicas de informação, comunicação e produção, de acordo com o referencial de competências para o ensino pré-escolar, aprovado pelo Ministério da Educação.

✓ **Olimpíadas de Jogos Tradicionais**

Para o ano de 2018, prevê-se a continuidade do projeto Olimpíadas de Jogos Tradicionais, que visa a reintrodução dos jogos na vida das crianças e jovens, que atualmente carecem de saúde física e mental pela inatividade, e demonstram dificuldades de socialização pela ausência do contacto direto com os seus pares. Assim, é com assento na importância dos Jogos Tradicionais enquanto atividades lúdicas estimuladoras da criação de ideais de cooperação social e de capacitação do capital humano, e como património intangível que pode claramente contribuir para o desenvolvimento social e económico comunitário, que se pretende promover a introdução dos Jogos Tradicionais nas atividades extracurriculares, proporcionadas pelas Escolas dos Municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Os Jogos Tradicionais permitem fortalecer laços sociais e de solidariedade entre os praticantes, independentemente da idade, género, etnia ou classe social. Este carácter de inclusão é importante para despertar o sentimento de pertença à comunidade e fomentar o relacionamento entre gerações, ao mesmo tempo que se valorizam as memórias e as tradições do Médio Tejo. A promoção e o desenvolvimento de competências de coordenação, equilíbrio, flexibilidade e resistência, assim como o aprofundamento de competências intelectuais são outras das vantagens dos Jogos Tradicionais, contribuindo também para um estilo de vida menos sedentário.

Em cada um dos treze municípios associados terá lugar um encontro de apuramento que culminará com a realização de um encontro intermunicipal de Jogos Tradicionais. A inscrição para participação nos jogos é gratuita e não tem limite de idade. Os interessados podem escolher participar em um ou mais jogos entre os dez disponíveis: malha (de madeira); andas verticais; burro; pião; macaca; enrola; corrida de sacos; badalada; tração à corda; e compostela.

Prevê-se a realização de 13 encontros por ano, um em cada um dos concelho do Médio Tejo, com participantes de escolas, associações locais e comunidade em geral, culminando com um encontro final, de âmbito regional.

✓ **Bolsa para concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber**

Para o ano de 2018, prevê-se a estruturação de um programa de apoio à realização de concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber bem como ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania. Prevê-se a elaboração de um regulamento de participação, devendo as iniciativas ser apresentadas pelos Agrupamentos para análise do Júri que será designado para a condução do projeto.

M3. Experimenta + Ciência (Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica)

O Projeto "Experimenta+Ciência" consiste na realização de atividades experimentais de ciências de forma mais sistematizada desde os primeiros anos de escolaridade, sobre temas de ciências previstos no currículo, mas contextualizados no dia-a-dia dos estudantes e com a exploração Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente. Este projeto tem por base uma análise da realidade dos 18 agrupamentos da CIMT sobre infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências desde os primeiros anos de escolaridade, de forma a potenciar o acesso qualificado à educação em ciências a todos os estudantes da comunidade intermunicipal. Como ações complementares às atividades a executar diretamente pelos Municípios (e que incluem o apetrechamento das escolas com recursos e equipamentos para o ensino experimental das ciências, estão previstas algumas atividades intermunicipais, nomeadamente:

- Atividades em parceria com os Centros de Ciência: visitas de estudo aos 3 Centros de Ciências da CIM do Médio Tejo; itinerância de exposições sobre conteúdos de Ciências pelos 18 agrupamentos; ações de promoção da literacia científica da comunidade em geral (ex. cafés com ciência, espetáculo de Magia e Ciência; Feira Anual de Ciência). Estas ações visam o envolvimento dos pais e demais comunidades locais no sentido de valorizarem o conhecimento científico e a importância da sua aprendizagem pelos seus educandos desde as mais tenras idades.

Está ainda previsto o projeto RAMPEEC que consiste na conceção, produção e disponibilização de Recursos de Apoio à Mudança de Práticas de Ensino Experimental das Ciências, que assumirão um formato digital online. Através dos RAMPEEC, os professores poderão aceder a formas de explorar os diferentes temas de ciências tendo por base o ensino experimental.

Ainda, prevê-se uma ação de monitorização deste projeto (MOSPOS- Monitorizar o Sucesso para o Sucesso) no sentido de se averiguar ao longo do mesmo: a existência mais regular de práticas experimentais (em grupo e contexto de laboratório/espaco similar) nos diferentes anos de escolaridade; a mudança nas práticas dos professores e o sucesso (motivação e desempenho) dos estudantes nas disciplinas de ciências.

M4. Antecipação das Necessidades de Qualificação e Concertação da Oferta Formativa

No ano de 2018, prevê-se dar continuidade ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, através da recolha, análise e discussão das propostas das escolas, apoio na interlocução com DGESTE e ANQEP e produção de uma proposta final de rede, concertada com os atores.

Para além dos estudos de base e trabalhos de concertação, pretende-se ainda o desenvolvimento de uma Estratégia de Valorização Social do Ensino Profissional.

M5. CDIEd e Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo

Tendo presente que o desenvolvimento do projeto assenta no forte envolvimento das entidades parceiras na definição das estratégias de atuação e na implementação das ações e medidas do plano, é essencial o estabelecimento de estruturas facilitadoras de uma participação sistemática e organizada nos trabalhos do projeto. Neste contexto, prevê-se a continuidade da dinamização das seguintes estruturas de participação/colaboração:

- ✓ CDIEd - Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo: instância de coordenação e consulta e tem por objetivo promover o planeamento estratégico, a nível intermunicipal,

capaz de assegurar a definição de estratégias, ações e prioridades que devem orientar a constituição de uma rede para a coordenação da política educativa no Médio Tejo.

- ✓ RCE MT - Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo: rede de adesão voluntária para as escolas do Médio Tejo com o objetivo de poderem discutir as práticas pedagógicas, as experiências de ensino e aprendizagem, as formas de mobilização e organização dos recursos educativos, a análise comparada dos resultados escolares e a difusão de inovações educacionais.

Neste contexto, e em parceria com os Centros de Formação (A23, Templário e Alto Tejo), prevê-se a dinamização de um plano de seminários e ações de capacitação, centradas em temáticas de interesse para o desenvolvimento do projeto, tais como o ensino experimental de ciências; novos cenários de aprendizagens; diferenciação pedagógica e diversificação dos instrumentos de avaliação de e para as aprendizagens dos alunos.

Ainda, pretende-se dar continuidade e promover a evolução da Plataforma de Gestão Escolar em uso nos Municípios e Agrupamentos do Médio Tejo, que deverá incluir as seguintes componentes:

- ✓ Portal da Educação: sítio web para publicação e partilha de informações de carácter educativo, especialmente dirigida a pais, professores, alunos e educadores em geral;
- ✓ Carta Educativa Interativa: mapa dinâmico de todo o parque escolar com acesso a ficha de caracterização por escola, galeria de imagens, contactos e todas as demais informações relevantes;
- ✓ Plataforma de Business Intelligence, que permitirá com coerência e fiabilidade obter informações estatísticas e monitorizar o percurso e sucesso escolar de alunos e jovens a partir do cruzamento de indicadores que permitirão às autarquias aceder a documentação de suporte à definição e implementação de respostas no desenvolvimento e melhoria dos indicadores de educação.

UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE

PROJECTO Nº 4

Horizonte temporal: 2016-2022

Investimento 2018: 21370,00€

No quadro da estratégia de desenvolvimento do Médio Tejo, e dado que se encontra contratualizado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, um conjunto de intervenções na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde, que resultaram da análise de necessidades e mapeamento, foi aprovada a 06 de fevereiro de 2017, pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 uma candidatura que teve como objetivo a aquisição de 13 viaturas ligeiras elétricas para unidades móveis de intervenção precoce/ cuidados de saúde na Comunidade.

No âmbito da execução da candidatura, as viaturas adquiridas pela CIMT, tendo cada município assegurado a sua propriedade e respetivos seguros, foram disponibilizadas aos Centros de Saúde da Região do Médio Tejo a 27 de junho de 2017, tendo sido celebrados para o efeito, protocolos de colaboração com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE (ULS Castelo Branco).

Os protocolos celebrados assentam nos seguintes pressupostos gerais:

- ✓ A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo fica responsável pela aquisição das 13 viaturas/unidades móveis para cuidados de saúde na comunidade, com assunção da contrapartida nacional (da aquisição e transformação das viaturas), a imputar aos respetivos municípios;
- ✓ As viaturas serão propriedade dos municípios do Médio Tejo, assegurando estes os respetivos encargos com os seguros, ficando o seu uso alocado a atividades de saúde no território dos concelhos que a integram, nos termos acordados com a ARSLVT e a ULS Castelo Branco;
- ✓ Cabe à ARSLVT e à ULS Castelo Branco, suportar os encargos, relativos ao combustível / baterias, pneus e outras peças cujo desgaste resulte do uso da viatura, incluindo manutenção de mecânica, limpeza necessária ao adequado uso das viaturas e disponibilizar os técnicos de saúde o material de consumo clínico e médico necessário para a utilização das viaturas, zelando pela boa conservação e funcionalidade das viaturas, não fazendo das mesmas, uso indevido e imprudente.

Na sequência da celebração dos protocolos, ficou, igualmente, definido que a CIMT asseguraria o devido procedimento de contratação pública para aluguer das baterias elétricas para garantir a devida operacionalização das viaturas, sendo posteriormente, ressarcida de tais encargos, pela ARSLVT e a ULS Castelo Branco.

Uma vez que para a implementação do projeto, privilegiou-se a opção pela aquisição de viaturas elétricas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e indo ao encontro dos critérios de seleção adotados no aviso de concurso no que se refere à adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente em termos de eficiência energética, foi, igualmente, celebrado a 27 de junho de 2017, um protocolo de colaboração com a MOBI.E, entidade gestora da rede de mobilidade elétrica que tem como objetivo a instalação de um posto de carregamento elétrico, por parte desta entidade, em cada um dos municípios da região do Médio Tejo.

MÉDIO TEJO INCLUSIVO

PROJECTO Nº 5

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2018: 259.194,00€

O projeto Médio Tejo Inclusivo pretende contribuir para dar resposta aos desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. As preocupações do foro social têm vindo a complexificar-se, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências em matéria de inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. Este projeto ambiciona responder a estes desafios através de iniciativas que ultrapassam a mera resposta concelhia a constrangimentos que são inegavelmente regionais. Neste sentido, os objetivos deste projeto incidem sobre a estruturação de redes de cooperação e articulação de competências entre entidades e recursos para a promoção da inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal.

Engloba a definição conjunta e concertada de ações, que integram o Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado, nomeadamente ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Engloba a identificação e reconhecimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social no Médio Tejo enquanto mecanismo para a criação de emprego e estímulo da competitividade da região e a promoção do envelhecimento ativo. O projeto pretende ainda incluir intervenções dirigidas a uma saudável integração da comunidade cigana no território, o apoio a uma vida independente para as pessoas com deficiência e o apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza.

A implementação das medidas previstas no âmbito do projeto está condicionada aos desenvolvimentos que vierem a ser conhecidos relativamente à operacionalização dos apoios do Centro2020 e POISE2020, designadamente no que se refere às tipologias de intervenção contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

Neste contexto, e no que se refere às medidas contratualizadas com o POISE 2020, nomeadamente no domínio das tipologias Cultura para Todos (Fruição cultural e inclusão para todos) e Idade Mais (Envelhecimento Ativo no Médio Tejo e Teleassistência), a CIMT assume o papel de Organismo Intermédio na análise de candidaturas municipais apresentadas a estas medidas.

No âmbito dos apoios contratualizados com o Centro 2020, prevê-se a implementação do subprojecto Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social, com enquadramento na tipologia de intervenção “Fomentar abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e promover estratégias locais de inclusão ativa”.

PLATAFORMA REGIONAL DE PARCERIA PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

Subprojecto nº 5.1

Investimento 2018: 232.500,00€

Com a recente conclusão dos trabalhos de elaboração do PIDSI - Plano de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo, incidindo sobre o estudo das necessidades do Médio Tejo em matéria de desenvolvimento social, diagnóstico atualizado e priorização das necessidades de resposta, perspectiva-se para o ano de 2018 o arranque da implementação das iniciativas do plano de ação do PIDSI, com o envolvimento dos parceiros do Grupo de Trabalho Setorial para a Inclusão Social mobilizado no contexto do modelo de governação integrada do território do Médio Tejo para a operacionalização da Estratégia Médio Tejo 2020.

No âmbito do Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo, identificam-se as necessidades de resposta e intervenção social que são mais prementes na região, que deverão ser orientadoras para as intervenções a realizar nos próximos anos para a promoção do desenvolvimento social, numa perspectiva de governança partilhada e de articulação territorial, promovendo a sinergia de ações, soluções e recursos a nível intermunicipal, designadamente:

- ✓ Medidas sociais e ações conjuntas, a partir do Diagnóstico Social Intermunicipal, nomeadamente nas áreas de:
 - Tendência para o despovoamento;
 - Duplo envelhecimento da população;

- Desemprego;
 - Migrações pendulares e deslocações entre concelhos do Médio Tejo;
 - Habitação e Habitação Social;
 - Insucesso escolar;
 - Acesso em geral à Saúde;
 - Respostas no quadro da Saúde Mental;
 - Violência doméstica e negligência familiar;
 - Refugiados, imigrantes e minorias étnicas; e
 - Cidadania e Participação.
- ✓ Criação de uma Rede de Economia Social e Solidária do Médio Tejo;
 - ✓ Criação de uma Plataforma Intermunicipal de Empresas para a Responsabilidade Social Corporativa; e
 - ✓ Ações de formação e de capacitação conjuntas.

MARIA - ESTRATÉGIA INTEGRADA DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Subprojecto nº 5.2

Investimento 2018: 26.694,00€

O Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo, recentemente desenvolvido, apresenta um diagnóstico de necessidades sobre diversas problemáticas sociais, entre elas a violência doméstica e de género (VDG). Nele, reconheceu a VDG como uma área prioritária de trabalho para todos os Municípios e, por isso mesmo, vão ser criadas respostas em cada um dos territórios que se pretende se articulem entre si na lógica da intermunicipalidade. Foi identificado como necessidade a formação de técnicos/as de intervenção nesta área de atuação, nomeadamente a frequência de formações de TAV, o que se pretende promover em complemento à operação candidata. Também foi identificado como necessário a realização de ações de sensibilização e (in)formação de modo a que a comunidade fique mais alerta para a problemática, saiba como intervir em situações de VDG e para que aumentem o número de casos reportados, visto ainda ser um problema muito escondido na sociedade.

O subprojecto MARIA, apresentado em candidatura ao aviso Nº POISE- 37-2017-06 (Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas), tem como objetivo desenvolver respostas para a problemática da violência doméstica e de género em todos os Municípios da região do Médio Tejo. Pretende criar e dinamizar estruturas de apoio e atendimento e redes de resposta integrada nos concelhos da região. Para além disso, pretende (in)formar e sensibilizar para a temática a população em geral, técnicos/as de intervenção, professores/as e estudantes e a população idosa. Com este subprojeto, pretende-se concretizar os seguintes objetivos gerais:

- ✓ Dotar a região do Médio Tejo de respostas municipais e intermunicipais à problemática da violência doméstica e de género;
- ✓ Combater o fenómeno da violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Aumentar o número de casos reportados de violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Sensibilizar e informar a população em geral da região do Médio Tejo e, em particular, a população estudantil e a idosa, para as questões da violência doméstica e de género; e

- ✓ Sensibilizar, informar e dotar os/as técnicos/as de intervenção de ferramentas para intervirem ao nível da violência doméstica e de género.

Para o ano de 2018, prevê-se o arranque dos trabalhos do projeto, designadamente no que se refere à dinamização de uma rede intermunicipal de resposta integrada à problemática da violência doméstica e de género, grupos de ajuda mútua e a realização de diversas ações de informação e sensibilização e atividades de prevenção primária junto da comunidade local.

MELHORIA DA MOBILIDADE NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 6

Horizonte temporal: 2009-2020

Investimento 2018: 562.059,00€

(Não definido: 104.551,00€)

Pretende-se melhorar as condições de mobilidade no Médio Tejo, através de uma abordagem integrada e apostada numa estratégia regional com vista à estruturação de um sistema de mobilidade e transportes eficiente e sustentável no Médio Tejo, orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética, que assegure as necessárias ligações intermunicipais, promova a intermodalidade entre os vários serviços de transporte, valorize o modo ferroviário e favoreça a utilização do transporte público no contexto da estratégia de mobilidade regional, impulse a criação de melhores condições para os modos suaves e garanta o acesso aos transportes públicos e às atividades fundamentais em termos socialmente equitativos.

Tendo presente o contexto de trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na região neste domínio, com a implementação experimental de serviços de transporte flexível (projeto-piloto Transporte a Pedido) e considerando o papel de Autoridade de Transportes, preconizado para as Comunidades Intermunicipais e Municípios no âmbito da Lei nº 52/2015 de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros), consideram-se atualmente as seguintes prioridades de intervenção para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto:

- ✓ Monitorização e melhoria dos serviços de transporte flexível/a pedido;
- ✓ Análise e implementação de soluções que permitam dar resposta às necessidades de deslocações dos alunos das escolas profissionais do Médio Tejo, no contexto do processo regional de concertação da oferta formativa;
- ✓ Exercício de competências de Autoridade de Transportes, no contexto do novo enquadramento legal do transporte coletivo de passageiros, com o objetivo de gerir as autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e preparação do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros;
- ✓ Aprofundamento da temática da acessibilidade e mobilidade urbana nos principais aglomerados urbanos;
- ✓ Desenvolvimento de uma plataforma para a gestão integrada do sistema de transportes do Médio Tejo, incluindo a componente de disponibilização de informação ao público sobre os serviços de transporte em funcionamento no Médio Tejo;
- ✓ Aprofundamento da temática da mobilidade suave, considerando as estratégias de intervenção estabelecidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, avaliando-se a

possibilidade de implementação de um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para a promoção da utilização do modo ciclável na região.

Para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto, prevê-se a articulação com o grupo de trabalho Observatório da Mobilidade do Médio Tejo, com o envolvimento dos atores regionais/agentes relevantes do território numa estrutura participativa para o desenvolvimento da mobilidade regional.

TRANSPORTE A PEDIDO

Subprojecto nº 6.1

Investimento 2018: 138.445,00€

O subprojecto Transporte a Pedido tem como objetivo fundamental o estudo, avaliação e definição de soluções de transporte flexíveis, no sentido de encontrar novas formas de organização dos serviços de transportes, que respondam de forma mais adequada às necessidades das populações e com menores custos. Os serviços de transporte a disponibilizar visam aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando oferta em área, períodos do dia e do ano onde esta não existe ou é deficitária, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade numa lógica de inclusão social.

Para o ano de 2018, prevê-se a continuidade e melhoria (ajustes em função das revisões periódicas) dos serviços de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, designadamente nos concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, bem como a análise sobre a oportunidade de eventuais alargamentos, designadamente a todas as freguesias do concelho de Tomar ainda não servidas pelo Transporte a Pedido e no concelho de Vila de Rei.

Pretende-se, também, analisar soluções de transporte para dar resposta às necessidades de deslocação por parte dos alunos do ensino profissional, com o estabelecimento de circuitos de ligação entre as sedes de concelhos da região, proporcionando oferta complementar à oferta do transporte coletivo regular.

ESTRUTURA REGIONAL DE CAMINHOS E CICLOVIAS E PROMOÇÃO DOS MODOS SUAVES

Subprojecto nº 6.2

Investimento 2018: 18.451,00€

(Não Definido: 104.551,00€)

No seguimento das medidas de intervenção previstas no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, e em alinhamento com as estratégias nacionais e regionais de descarbonização dos territórios e promoção da utilização dos modos suaves, pretende-se desenvolver um trabalho preparatório e analisar a possibilidade de apresentar candidatura a fundos comunitários com o objetivo de implementar um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região.

AUTORIDADE DE TRANSPORTES

Subprojecto nº 6.3

Investimento 2018: 124.845,00€

No contexto da implementação da Lei nº 52/2015 de 9 de junho que estabelece o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, e dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a CIMT e os Municípios, deverão ser asseguradas pela CIMT as funções de Autoridade de Transportes para a generalidade dos serviços de transporte público que servem o território do Médio Tejo, excetuando os serviços de transportes urbanos de Abrantes, Entroncamento, Tomar e Torres Novas e os serviços de transporte público de passageiros que são assegurados, através de meios próprios, pelo Município de Vila de Rei. Para o ano de 2018, os trabalhos referem-se, essencialmente, à gestão das autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e preparação / lançamento do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros, que deverá obrigatoriamente estar concluído até 3 de dezembro de 2019.

PLATAFORMA PARA A GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE TRANSPORTES DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 6.3

Investimento 2018: 280.318,00€

Tendo em conta a evolução que se tem vindo a verificar nos serviços de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, bem como as recentes competências de Autoridade de Transportes, pretende-se o desenvolvimento de uma Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo que funcione de forma articulada com a plataforma de âmbito nacional SIGGESC e que permita apoiar a gestão das autorizações provisórias, o planeamento operacional dos serviços de transporte da região, a gestão dos contratos e monitorização de serviço público de transporte de passageiros, a gestão dos serviços de transporte a pedido/flexível e a disponibilização de informação ao público sobre a oferta de serviços de transporte. Este projeto encontra-se enquadrado em candidatura submetida em parceria com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes ao aviso 01/SAMA2020/2017 (Operações de Modernização e Capacitação da Administração Pública), cuja decisão se aguarda.

A Plataforma de Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo, a desenvolver, deverá assim incidir nas seguintes vertentes:

- ✓ Gestão dos serviços de Transporte a Pedido;
- ✓ Planeamento Operacional de Transportes e Gestão de Autorizações Provisórias e de Contratos de Serviço Público de Transportes de Passageiros;
- ✓ Disponibilização de informação ao público.

Com a implementação da Plataforma de Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo pretende-se otimizar a gestão diária dos serviços de Transporte a Pedido em funcionamento nos territórios do Médio Tejo, criar ferramentas de apoio à gestão das autorizações provisórias e à gestão dos contratos de serviço público de transporte de passageiros, e ainda melhorar o acesso da população à informação sobre a oferta disponível na região através da disponibilização de um portal único que reúna informação e permita a integração dos modos de transportes disponíveis e articulação entre si, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de mobilidade sustentável.

REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 7

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2018: 3.100€

No âmbito do lançamento pelo Governo do instrumento de revitalização das cidades, <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ifrru/>, instrumento financeiro cuja rede comercial dos bancos selecionados é constituída pelo Santander Totta, BPI, Millenium BCP e Popular, e que se destina a apoiar investimentos em reabilitação urbana, nomeadamente:

- ✓ Reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos (ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro);
- ✓ Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas;
- ✓ Reabilitação de frações privadas inseridas em edifícios de habitação social que sejam alvo de reabilitação integral;

Pretende-se mobilizar os Municípios e particulares para os instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos para a requalificação e a revitalização dos espaços urbanos e reabilitação de edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, no contexto de uma estratégia integrada e regional de desenvolvimento sustentável de valorização de equipamentos, espaços públicos e valores patrimoniais.

Para o efeito prevê-se a realização de ações de sensibilização para a população em geral, com o apoio das entidades bancárias, sobre este instrumento financeiro no sentido de se impulsionar a reabilitação bem como para serem prestados os esclarecimentos necessários à apresentação das respetivas candidaturas que possam alavancar os investimentos públicos e privados e conferir viabilidade conjunta às operações, favorecendo a revitalização urbana como fator de identidade, diferenciação e competitividade do Médio Tejo.

Pretende-se igualmente apoiar os municípios na definição de uma estratégia regional em função do andamento dos instrumentos urbanísticos necessários para o efeito, promover ações de formação e de sensibilização sobre esta temática da reconstrução e promover a implementação do "Premio RU do Médio Tejo – Prémio Regional da Reabilitação Urbana do Médio Tejo", com o objetivo de estimular os agentes públicos e privados na reabilitação ou qualificação de edifícios, espaço público e conjuntos urbanos.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

PROJECTO Nº 8

Horizonte temporal: 2017-2019

Investimento 2018: 2.090,00€

Com este projeto, pretende-se prevenir os riscos e doenças profissionais dos trabalhadores e contribuir para a diminuição da sinistralidade e consequente aumento da produtividade, procurando o bem-estar mental, físico e espiritual de todos os trabalhadores em funções públicas.

As atividades a desenvolver derivam de obrigações dos Municípios e Entidades aderentes, no cumprimento da legislação em vigor da matéria, aplicada à Administração Local referente ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho nos locais de trabalho.

A continuidade desta iniciativa, de forma integrada, procura facilitar as tarefas dos Municípios e Entidades aderentes através de economias de escala, para além de promover a interação entre os mesmos.

SAÚDE NO TRABALHO

Subprojecto nº 8.1
Investimento 2018: 890,00€

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojecto, contemplam:

- ✓ Visitas iniciais e periódicas aos locais de trabalho;
- ✓ Realização de Exames de saúde, incluindo análises clínicas ao sangue (laboratoriais), exames de diagnóstico (rastreamento oftalmológico, eletrocardiograma e teste de força); e
- ✓ Realização de consulta/observação médica, incluindo a história clínica pessoal, análise corporal, avaliação dos exames efetuados, vigilância do boletim de vacinas e avaliação da tensão arterial, tendo em vista a verificação da aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades.

Os exames e consultas a realizar são consideradas:

- a) Exames e consultas de Admissão, quando ocorrem antes do início da prestação de trabalho ou, se na urgência o justificar, nos 15 dias seguintes;
- b) Exames e consultas periódicos, quando ocorrem anualmente para os trabalhadores menores de 18 anos e com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores; e
- c) Exames e consultas ocasionais, a ocorrer sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho, de acordo com o Anexo B – Relatório de progresso.

Em termos organizativos e administrativos, serão também realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Preenchimento de fichas clínicas, sujeitas a segredo profissional;
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, em conjunto com a fatura, um relatório de progresso;
- ✓ Comparecimento nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, onde estarão presentes os responsáveis técnicos dos Municípios/Entidades; e
- ✓ Recolha de dados e sua organização para se obter elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho.

Para a promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores, serão também realizadas ações:

- ✓ Colaboração com os médicos de família/assistentes dos trabalhadores;
- ✓ Formulação e proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores;

- ✓ Realização de flyers e seu envio em formato digital para todos os Município/Entidades mensalmente, relativos à sensibilização de várias temáticas, destinadas à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores;
- ✓ Realização de pelo menos duas ações de formação em cada Município/Entidade, ou na sede da CIMT envolvendo todos os Municípios/Entidades tendentes à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores.
- ✓ Informação sobre “novas patologias” que possam pôr em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, [ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)] e elaboração de possíveis planos de contingência municipais, em conjunto com os serviços de Segurança no Trabalho;
- ✓ Colaboração com os serviços de Segurança no Trabalho e os representantes dos trabalhadores para a melhoria das condições de saúde no trabalho de todos trabalhadores dos Municípios/Entidades;
- ✓ Aceitação, durante o período do contrato, que cada Município/Entidade poderá vir a alterar a modalidade da prestação dos serviços de saúde no trabalho, nomeadamente para recurso a gabinete médico, comunicando essa intenção ao prestador de serviços de saúde no trabalho;
- ✓ Aceitação, durante o período do contrato, de realização de ações de monitorização por parte dos Municípios/Entidades sobre o cumprimento contratual do prestador de serviços, conforme o descrito anteriormente;
- ✓ Consideração de outras obrigações previstas na lei vigente em matéria de Saúde no Trabalho;
- ✓ Fornecimento dos elementos necessários, no âmbito da Saúde no trabalho, para o preenchimento do anexo D do relatório único e balanço social, nos casos aplicáveis, previstos na legislação vigente; e
- ✓ Elaboração de relatório final, no final da execução do contrato, baseado no modelo do Anexo B, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Subprojecto nº 8.2

Investimento 2018: 1.200,00€

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojecto, mensalmente, nos Municípios e Entidades aderentes, contemplam:

- ✓ Apoio na organização e/ou atualização dos documentos administrativos e de resultado de trabalhos realizados anteriormente sobre Segurança e Saúde no Trabalho (SST);
- ✓ Análise e elaboração de estatísticas relativas a acidentes de trabalho e de Índices de sinistralidade e absentismo (If, Ig e Taxa de Absentismo) de cada Município/Entidade;
- ✓ Elaboração de inquéritos aos trabalhadores, no âmbito da SST;
- ✓ Realização de ações de formação aos trabalhadores, relativamente a manuais de procedimentos elaborados anteriormente;
- ✓ Realização de auditorias técnicas aos locais de trabalho;
- ✓ Realização de avaliações de riscos profissionais aos locais de trabalho; e
- ✓ Elaboração de manual de segurança em obras por administração direta.

Serão também realizadas ações:

- ✓ Ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao dia nacional de prevenção e segurança no trabalho;
- ✓ Investigação e elaboração de relatórios de acidente de trabalho;
- ✓ Apoio na elaboração dos planos de segurança internos ou outras medidas de autoproteção dos edifícios;

- ✓ Apoio na definição das especificações técnicas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e apoio na análise técnica das propostas apresentadas pelos fornecedores de EPI em parceria com os serviços de aprovisionamento;
- ✓ Realização de reuniões com o órgão de direção ou do serviço, em conjunto com os Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho ou com os Responsáveis Técnicos de Segurança no Trabalho sobre as atividades realizadas;
- ✓ Propostas de medidas de prevenção, em fase de projeto;
- ✓ Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras;
- ✓ Colaboração com as Municípios/ Entidades na resposta às auditorias e/ou fiscalizações pela ACT ou outras entidades relacionadas com a Segurança no Trabalho;
- ✓ Fornecimento dos elementos necessários, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, para o preenchimento do anexo D do relatório único e balanço social, nos casos aplicáveis, previstos na legislação vigente;
- ✓ Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à Segurança no Trabalho;
- ✓ Colaborar com os serviços de Saúde no Trabalho, a elaboração de possíveis planos de contingência municipais, tendo em consideração "as novas patologias" que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e conseqüentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)); e
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, de um relatório de progresso, (modelo a definir) contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

Para o ano de 2018, prevê-se a necessidade de aquisição de serviços de manutenção/recarga de extintores no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios, aquisição de plantas de emergências para os edifícios do CIMT - Sede Tomar, polos de Abrantes e Constância, melhoramentos da iluminância nos postos de trabalho e melhorias ergonómicas para os trabalhadores da CIMT, tendo em consideração os relatórios efetuados na sede da CIMT em Tomar e no polo de Abrantes, no âmbito da Segurança no Trabalho.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 9

Horizonte temporal: 2000-2020

Investimento 2018: 250.919,00€

(Não definido: 455.000,00€)

Pretende-se dar continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus treze municípios no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas de modernização e simplificação administrativa, com vista à melhoria da prestação dos serviços municipais/ intermunicipais, de forma generalizada, aos cidadãos e às empresas, e também garantir novas formas de governabilidade assentes em economias de escala. Para que o resultado esperado seja alcançado, é necessário dar continuidade de modo mais eficaz ao desenvolvimento de serviços partilhados, integrados, inovadores ao nível de resposta eficiente e eficaz aos

cidadãos e às empresas, no sentido de incrementar a produtividade, de motivar os diferentes serviços que constituem a administração local e racionalizar os modelos de organização e gestão autárquica.

Assim sendo, o presente projeto visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar a acessibilidade temporal e digital do cliente externo aos serviços da Administração Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas, tal como já acontece em muitos serviços da Administração Pública;
- ✓ Racionalizar o Modelo de Gestão da Administração Local, pela simplificação, reengenharia e desmaterialização dos processos da Administração Local, no seu todo;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma Administração Pública em Rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviços partilhados entre a CIMT e os treze Municípios associados, pela criação de uma infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- ✓ Interligar o desenvolvimento tecnológico com a melhoria das práticas de gestão e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia;
- ✓ Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de “boas práticas” com todos os atores do Médio Tejo (cidadãos, empresas e outras entidades locais) e com aqueles que nos visitam (nacionais e internacionais);
- ✓ Gerar massa crítica e competências transversais necessárias à continuidade e à sustentabilidade deste projeto, para além do horizonte do financiamento das candidaturas aprovadas;
- ✓ Demonstrar e disseminar os resultados e as “boas práticas” à escala nacional ou internacional; e
- ✓ Contribuir para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e para a administração eletrónica.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 9.1

Investimento 2018: 84.929,00€

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala. Para o efeito, pretende-se dar continuidade ao contrato de licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIMT e reestruturar o parque informático da CIMT, ao nível do hardware e software.

MÉDIO TEJO ONLINE 2020

Subprojecto nº 9.2

Investimento 2018: 100.000€

(Não definido: 425.000,00€)

Um dos projetos enquadrados dentro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para o período de referência comunitária 2014-2020, é o projeto Médio Tejo Online 2020 que procura dar continuidade ao projeto Médio Tejo Online que teve como objetivo a implementação de um ERP único para todos os municípios do Médio Tejo, no sentido dos serviços online serem

desenvolvidos de forma mais eficiente e eficaz. Assim, o projeto Médio Tejo Online 2020 consubstancia-se em três componentes de investimento:

- ✓ Serviços Online - Novas Funcionalidades;
- ✓ Reestruturação das infraestruturas tecnológicas ; e
- ✓ Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital.

No ano de 2017, foi aprovada e executada a candidatura Médio Tejo Online 2020 – 1ª Fase, a qual consubstanciou-se no desenvolvimento da componente de investimento “Desmaterialização e Reengenharia de Processos”, com o objetivo de satisfazer a necessidade sentida com a implementação de serviços online inseridos no projeto Médio Tejo Online que foi executado no âmbito do QREN/SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa que passava pela execução de novas funcionalidades de resposta efetiva aos cidadãos e empresas. Estas novas funcionalidades passaram pela uniformização de serviços municipais (por exemplo, formulários únicos ao nível das taxas e licenças, urbanismo, águas, entre outros) e uma maior partilha de recursos.

Relativamente à componente reestruturação das infraestruturas tecnológicas, esta será implementada em complementaridade com as restantes componentes, uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos, garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

No entanto, para que os serviços online sejam efetivos e os métodos de trabalho, até hoje praticados, sejam totalmente desmaterializados, é necessário a implementação de um Sistema de Arquivo Digital recorrendo a tecnologia que permita o arquivo eletrónico de documentos. Esta necessidade prende-se particularmente com os documentos do urbanismo, prementes para os serviços online colocados à disposição dos cidadãos e empresas, uma vez que estes têm formatos díspares e, muitas vezes em avançado estado de degradação. Paralelamente, com recurso à gestão documental adquirida (a CIMT promoveu a aquisição de um ERP único) e através das ferramentas que a Administração Local da Região passou a dispor, é premente a definição de novos fluxos de trabalho e a tramitação dos documentos com base em tecnologia BPM (Business Process Management), ou seja, a sua tramitação em formato digital. Esta definição aplica-se também à forma de disponibilização do arquivo corrente assim como ao mais antigo, de forma digital.

INTEGRAÇÃO E PARTILHA DE SERVIÇOS

Subprojecto nº 9.3

Investimento 2018: 10.000,00€

(Não definido: 30.000,00€)

Na sequência da aprovação e execução da candidatura “Médio Tejo Em Partilha”, nos termos do Despacho n.º 5119-B/2015 do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, em 30 de junho de 2015, assente em componentes de investimento que visam a integração e a partilha de serviços ou competências dos municípios, a CIMT pretende dar continuidade ao desenvolvimento de novas iniciativas capazes de serem uma resposta aos objetivos definidos para a Administração Pública, no âmbito da Reforma para a Partilha e Integração dos Serviços nos Municípios.

Deste modo, pretende-se o desenvolvimento de iniciativas de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território, entre outras, com o objetivo de uniformizar e racionalizar processos municipais, tendo em conta a melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.

CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 9.4

Investimento 2018: 26.445,00€

A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CC-CIMT) foi constituída em junho de 2011, como uma das grandes experiências de serviços partilhados ao nível das compras públicas. Por este motivo, um dos seus objetivos é a difusão das novas práticas desmaterializadas de relacionamento da administração local com a economia, estimulando o desenvolvimento do tecido económico.

Para o efeito, foi desenvolvida uma plataforma de suporte à atividade da Central de Compras da CIMT, enquanto espaço privilegiado de comunicação e divulgação das atividades da Central de Compras. A mesma pretende funcionar como ferramenta de gestão colaborativa, onde se destaca a disponibilização de documentos (resultados das negociações, templates para levantamento de necessidades, comunicados periódicos, minutas, peças concursais, entre outros), além de assegurar um espaço reservado de reposição de documentação necessária à instrução dos processos de compra dos municípios.

É de registar a preocupação da Central de Compras do Médio Tejo na total desmaterialização do relacionamento entre a equipa da Central de Compras e as suas entidades aderentes, bem como, com os vários fornecedores interessados nos processos de negociação.

Assim, é objetivo dar continuidade à Central de Compras da CIMT enquanto uma das iniciativas de serviços partilhados efetivos, na área das compras, por forma, a alcançarem-se maiores economias de escala entre as entidades aderentes da mesma. Neste sentido, a Central de Compras da CIMT pretende a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Estabelecer a estratégia e as políticas de compra e de sourcing para as categorias de bens e serviços superiormente determinados;
- b) Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas, incluindo a consolidação do planeamento de necessidades, a análise, normalização e standardização de especificações de produtos e serviços a adquirir;
- c) Estimar o valor do potencial de poupança a obter, através da agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas;
- d) Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias de produtos e serviços definidos como transversais e proceder, quando aplicável, à gestão dos respetivos contratos e relações com fornecedores;
- e) Monitorizar o desempenho da função compras eletrónicas da CIMT e avaliar o impacto (poupanças) dos processos de negociação centralizada desenvolvidos pela mesma;
- f) Promover junto das entidades adjudicantes abrangidas a utilização dos serviços da Central de Compras da CIMT;
- g) Elaborar e promover normas, regras e procedimentos que simplifiquem e racionalizem os processos de aquisição e aprovisionamento;

- h) Definir critérios de compra e de aquisição de bens e serviços em articulação com as deliberações do Conselho Intermunicipal; e
- i) Apoiar as áreas de aprovisionamento das entidades adjudicantes abrangidas que pretendam desenvolver processos de negociação municipais (não transversais), bem como disponibilizar a plataforma tecnológica para a execução deste tipo de negociação.

DESENVOLVIMENTO SISTEMA GESTÃO TERRITORIAL

PROJECTO Nº 10

Horizonte temporal: 2016-2023

Investimento 2018: 1.513.281,00€

(Não definido: 144.100,00€)

O projeto visa:

- ✓ Criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados "custos públicos de contexto", dando melhor resposta aos agentes económicos;
- ✓ Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território. Desenvolvimento de planos Intermunicipais de ordenamento do território;
- ✓ Dotar a região de instrumentos supramunicipais integrados de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios. **Articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações partilhadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios e mecanismos de apoio á decisão. Criação de Estrutura Técnica Florestal Intermunicipal;**
- ✓ Ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo;
- ✓ Elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais;
- ✓ **Aumento do conhecimento das infraestruturas de Abastecimento de água e saneamento de águas residuais, fator determinante para uma gestão mais eficiente dos ativos** (aumento da eficiência na gestão dos recursos hídricos);
- ✓ **Definição de um modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA e SAR numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal (entidades gestoras agregadas);**
- ✓ Apoio na gestão dos caudais individuais e promoção dos planos de segurança da água;
- ✓ Implementação de **instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, em matéria de riscos**, designadamente desenvolvimento de Planos municipais e intermunicipais, como por exemplo elaboração de **planos municipais de segurança rodoviária, planos de adaptação às alterações climáticas**, elaboração de cartografia de densidade de biomassa florestal e articulação no âmbito das intervenções preventivas necessárias;
- ✓ **Ações de divulgação e sensibilização em matéria de gestão de riscos;**
- ✓ Levantamento e/ou complemento/caracterização dos conteúdos do território, a vários níveis, quer de informação base como cartografia, cadastro predial e atualização da informatização do cadastro

geométrico da propriedade rústica; quer de levantamento de informação de âmbito cultural, patrimonial, recursos naturais e infraestruturas;

- ✓ **Articulação conjunta dos vários municípios no âmbito da execução do cadastral simplificado numa lógica de apoio ao reordenamento florestal;**
- ✓ **Gestão integrada de rede rodoviária estruturante da Região do Médio Tejo;**
- ✓ Criação de mecanismos que permitam a Monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conectividade e a sua monitorização;
- ✓ Disponibilização de serviços online multisserviços/multiplataforma no âmbito da gestão do território, serviços públicos ao nível da administração pública local;
- ✓ **Implementação de instrumentos de análise, divulgação de informação online com recurso a sistema de informação geográfica;** e
- ✓ Criação de plataforma de disponibilização do cadastro das atividades industriais que permitisse localizar as várias atividades ao nível da dispersão/concentração das mesmas, bem como realizar a monitorização dessas atividades, designadamente: no controlo, reexame, suspensão e cessação da exploração industrial.

Em resumo, este projeto visa a concretização dos objetivos fundamentais nele considerado como relevantes nas diversas matérias, como por exemplo, no âmbito:

- ✓ do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- ✓ da proteção civil e segurança;
- ✓ de gestão ambiental, adaptação às alterações climáticas;
- ✓ de ações conjuntas no âmbito do reordenamento florestal;
- ✓ gestão integrada da rede rodoviária estruturante;
- ✓ da gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto e de lazer; e
- ✓ da gestão das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água e resíduos urbanos.

MÉDIO TEJO - CADASTRO DE INFRAESTRUTURAS EM BAIXA

Subprojecto nº 10.1

Investimento 2018: 549.816,00€

O subprojecto Médio Tejo – Gestão de Infraestruturas em baixa foi submetido em candidatura ao Aviso de Concurso do POSEUR 12-2015-16, tendo a mesma sido aprovada no passado dia 29.08.2016.

A execução da candidatura “Médio Tejo – Cadastro de Infraestruturas em baixa” (POSEUR-03-2012-FC-000104) é assim apoiada por fundos comunitários (fundo de coesão) com taxa de cofinanciamento de 85%.

No âmbito da implementação da operação do cadastro das infraestruturas de redes existentes nos sistemas em baixa prevê-se a concretização das ações necessárias à implementação e exigências do referido aviso. Desta forma, para além da ação de elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais será ainda promovida a aquisição de software que permita a utilização e manutenção da informação das redes, será ainda considerada a aquisição de software (conector de interligação SIG – webservices) necessário para a interligação direta e automática entre o sistema de gestão de clientes utilizado pelas entidades gestoras (CRM) e o sistema de informação geográfica e

finalmente a aquisição de ortofotocartografia à escala 1: 2000 para as zonas que não dispõem desta informação (exclusivamente necessária para o complemento das áreas necessárias a cadastrar nas infraestruturas de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR)).

Assim, a operação será satisfeita por uma única componente de investimento – Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa, com a concretização de três ações:

- ✓ Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes em baixa AA e SAR e software de utilização e manutenção do SIG;
- ✓ Elaboração de ortofotocartografia à escala 1: 2000; e
- ✓ Conetor de interligação do sistema de gestão de clientes (CRM) com o sistema SIG.

Com o projeto pretende-se aumentar o conhecimento das AA e SAR para uma gestão mais eficiente dos ativos nas organizações, nomeadamente em 10 entidades gestoras integrantes da CIMT, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

O aumento do conhecimento das infraestruturas de AA e SAR é um fator determinante no incremento para a gestão mais eficiente, assim este projeto promove iniciativas integradas de conhecimento de informação infraestrutural dos sistemas em baixa de AA e/ou SAR, implementando a elaboração do seu cadastro e adequação dos serviços da administração na utilização e manutenção do sistema de informação como garante eficaz, eficiente e sustentável das infraestruturas.

Em termos de execução o **objetivo principal é a elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa AA e SAR, num total de 1808,03 e 1100,65 km**, respetivamente, por forma a recolher informação (identificação, tipo, localização, dimensões, forma, material, profundidades, ligações), para o apoio à tomada de decisão sobre as intervenções a realizar nas redes, assim como para sua gestão.

Em conclusão este projeto visa a otimização e gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas.

A sua execução foi iniciada no final do primeiro semestre de 2017, prevendo-se a sua conclusão no final do primeiro semestre de 2019.

No âmbito do desenvolvimento deste subprojecto poderá vir a ser necessária a aquisição de ortofotografia ou cartografia de base para apoiar a sua execução.

MÉDIO TEJO – EFICIÊNCIA HÍDRICA/ENTIDADES GESTORAS AGREGADAS

Subprojecto nº 10.2

Investimento 2018: 50.000,00€

(Não definido: 5.000,00€)

Este projeto visa a criação de instrumentos alinhados no âmbito da nova estratégia para o sector do Abastecimento de Água (AA) definida pelo "PENSAAR 2020 – a qual assenta numa "estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura e focaliza-se mais na gestão dos ativos e na

qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente”. Em que o nível de eficiência operacional das entidades gestoras (EG), preconiza-se por uma gestão eficiente dos recursos ao nível dos ativos e da reabilitação dos sistemas urbanos de distribuição e adução de água, incluindo o controlo e redução de perdas, bem como garantindo a recuperação sustentável de gastos, no âmbito de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água.

Neste âmbito foi realizado, **numa primeira fase, projeto integrando 10 entidades gestoras** (Municípios de Abrantes (Serviços Municipalizados de Abrantes), Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha e também nos SMAS de Tomar, **no qual foi realizado o estudo de diagnóstico e plano de ação para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.**

Os objetivos propostos no plano de ação elaborado, designadamente o cronograma proposto para a sua implementação estão ajustados de acordo com o Status Quo de cada EG, no sentido de atingir os 20% de água não faturada previsto no PENSAAR 2020.

Os estudos realizados bem como as **linhas definidas no PENSAAR 2020 definem uma dimensão mínima para as entidades gestoras**, abaixo da qual será difícil manter a respetiva **sustentabilidade e uma gestão eficiente dos ativos**, nesse sentido pretende-se, **numa segunda fase**, no âmbito da otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água, **criar escala pela equação de opções centralizadas no que respeita à promoção de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água, analisar modelos de implementação de gestão intermunicipal** (entidades agregadas), título de exemplo “ telegestão”.

A importância deste projeto deve-se ao facto de existirem ainda situações de abastecimento de água com problemas de qualidade, sendo por isso essencial efetuar os investimentos necessários à garantia da qualidade da água, contribuindo desse modo para o cumprimento da diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano.

No caso do saneamento de águas residuais existem ainda algumas situações em que, por desadequado dimensionamento hidráulico, será necessário investir na renovação dos respetivos sistemas bem como a necessidade de realizar intervenções com vista ao fecho de sistemas ou a extensão a zonas ainda não servidas.

Face aos investimentos que têm que ser realizados e atendendo que os avisos de candidatura no âmbito do PO SEUR dão prioridade a investimentos em sistemas que resultem de agregação de entidades gestoras, não impondo, no entanto, qualquer modo de realização dessa agregação, mas exigindo uma dimensão propiciadora de ganhos de eficiência, com um número mínimo de habitantes e área geográfica, pretende-se a realização de estudo que apoie a definição de um modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA e SAR numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal. Proporcionando deste modo a criação de um sistema de gestão integrado numa lógica de redução dos custos de implementação e de manutenção, através da partilha de estruturas e modos de atuação, a redução da compartimentação na organização coerente com a gestão por processo, a consideração de um sistema de informação e gestão único para o processo de tomada de decisão na organização.

Neste contexto e numa lógica de sustentabilidade dos sistemas prevê-se ainda a promoção de ações que levem a uma melhoria da gestão dos caudais indevidos e promoção da elaboração dos Planos de Segurança da Água.

Estas soluções pretendem melhorar a solução para introduzir níveis de eficiências, que num futuro próximo se traduzam numa melhoria da qualidade do serviço, assim como numa adequada acessibilidade económica para as suas populações, reduzindo os custos operacionais e meios técnicos envolvidos.

MÉDIO TEJO - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ESTRATÉGICO

Subprojecto nº 10.3

Investimento 2018: 529.020,00€

(Não definido: 47.100,00€)

Este subprojecto visa a criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, destinados a promover um desenvolvimento integrado e sustentável, enquadrado no âmbito do PCDT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, com a mesma designação deste subprojecto.

Prevê-se a elaboração de estudos de caracterização e de suporte à elaboração de planos Intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Como ação a desenvolver salienta-se:

- ✓ Serviços Gestão Territorial - Novas Funcionalidades

Esta componente visa implementar/dar continuidade ao Sistema de Gestão de informação das dinâmicas territoriais; indicadores e monitorização, decorrentes da elaboração dos planos intermunicipais e gestão ambiental.

No sentido de acompanhamento das melhores soluções para a gestão dos municípios serão implementados novos mecanismos de serviços online de interação e partilha de informação entre as várias entidades e cidadãos.

Em complementaridade com as referidas ações, está considerada a componente de reestruturação das infraestruturas tecnológicas (hardware e software) uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

Com a crescente implementação de sistemas de informação geográfica e conseqüentemente gestão e monitorização de mais informação é necessário a incrementação do aumento da capacidade de armazenamento e garantir os níveis de gestão e partilha de informação, pela integração/conexão entre os vários sistemas/serviços dos municípios, bem como pela eventual necessidade de aquisição de mecanismos específicos que possibilitem a recolha/tratamento/integração e gestão de informação a ser partilhada entre as várias entidades, sectores do município e cidadãos.

Salienta-se que a integração partilhada de informação requer mecanismos exigentes, os quais devem permitir uma célere resposta às necessidades, permitindo desta forma ganhos de eficiência nos serviços.

Para a implementação do projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão territorial existe a necessidade de proceder, em alguns casos, a desenvolvimentos aplicativos específicos, assim sendo poderá justificar-se, para a sua integração, a necessidade de apoio técnico especializado ou outros serviços especializados.

No âmbito do desenvolvimento deste subprojecto poderá vir a ser necessária a aquisição de ortofotografia ou cartografia de base para apoiar a sua execução.

No âmbito do desenvolvimento do território prevê-se a conclusão dos **Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/ enquadramento supramunicipal, bem como proceder à análise e implementação de observatório intermunicipal no âmbito da segurança rodoviária, conforme protocolo celebrado entre a CIMT e a ANSR.**

Na sequência do seu desenvolvimento foram realizadas, por equipa técnica especializada, "visitas" a dois ou três locais de maior ocorrência de sinistralidade nos municípios integrantes da CIMT. Esta ação foi acompanhada pelos técnicos dos municípios, CIMT e ANSR, conforme protocolo o município deverá realizar intervenções de melhoria num dos locais, em concertação com a ANSR.

MÉDIO TEJO - GESTÃO REDE VIÁRIA ESTRUTURANTE

Subprojecto nº 12.3.1

Investimento 2018: 131.020,00€

(Não definido: 46.100,00€)

No âmbito deste subprojecto pretende-se implementar a **gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal.**

Para a sua implementação existe a necessidade de introduzir novos mecanismos de recolha, tratamento, integração e monitorização face à especificidade da informação.

No âmbito da sua implementação foram definidas 3 fases de atividade:

- ✓ Fase I - Inventariação da Rede: Definição da rede estruturante e Criação de base de dados dos troços estruturada para o efeito;
- ✓ Fase II - Levantamento/Diagnóstico do estado de conservação: Inspeção automatizada da totalidade da rede considerada estruturante; Elaboração de relatório de estado de conservação da rede estruturante; e
- ✓ Fase III - Propostas de atuação: Identificação dos cenários de atuação; Desenvolvimento dos cenários identificados; Estimativa orçamental para as intervenções propostas; e Elaboração do relatório final.

No que respeita aos trabalhos a desenvolver, no âmbito deste subprojecto, já foram realizados os inerentes à Fase I, os quais foram articulados entre os vários técnicos dos municípios e tendo por base os seguintes critérios:

- ✓ Ligação das sedes de concelho à Rede Rodoviária Nacional;
- ✓ Ligação entre sedes de concelho;
- ✓ Ligação entre sedes de concelho e sedes de freguesia;
- ✓ Ligação entre sedes de freguesia; e
- ✓ Ligação a outros polos (outras povoações, escolas, indústrias, serviços, etc.).

Prevê-se, igualmente, ações de formação para reforço das competências dos recursos humanos municipais nesta matéria.

Estas ações de formação são importantes uma vez que permitiram gerar Know-how nos municípios no âmbito da intervenção contínua nas vias através de mecanismos de monitorização do estado de conservação destas.

Em conclusão, dotar-se-ão os municípios de uma ferramenta de apoio à decisão, designadamente pela incorporação de:

- ✓ Indicadores para a identificação de necessidades de intervenção, quer ao nível da conservação periódica, quer ao nível da conservação corrente;
- ✓ Definição de prioridades na afetação das respetivas intervenções aos planos plurianuais de investimentos;
- ✓ Utilização de processos de otimização e da capacidade de previsão da evolução da qualidade dos pavimentos.

Este subprojecto foi considerado em candidatura submetida a 15.09.2016 ao aviso Centro-14-2016-01 o qual visa a concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), no âmbito da Prioridade de Investimento 2.3. Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha, aprovada a 10.04.2017.

MÉDIO TEJO - GESTÃO INTEGRADA DE PROTECÇÃO CIVIL E FLORESTAS

Subprojecto nº 12.4

Investimento 2018: 59.000,00€

(Não definido: 66.000,00€)

O subprojecto gestão integrada no âmbito da proteção civil e florestas pretende efetuar o planeamento de emergência a uma escala supramunicipal com a elaboração de planos intermunicipais de defesa da floresta, planos especiais de emergência intermunicipais e planos municipais de emergência e segurança, com análise e gestão de risco ao nível da CIM.

A implementação do subprojecto visa a criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.

No contexto da gestão agregada visa dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios, como exemplo a ampliação do sistema de videovigilância de apoio à decisão já implementado nos CDOS de Santarém e Castelo Brancos o qual é descrito no ponto que se segue.

Prevê-se a definição de estratégias preventivas contribuindo para uma maior eficiência operacional e de gestão aquando das ocorrências de incêndios e cheias.

Prevê-se ainda a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios.

Compreende ainda a promoção a adaptações das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas.

Prevê-se a realização de ações conjuntas e integradas no âmbito do “Pacote Legislativo” em matéria do reordenamento florestal, nomeadamente elaboração do cadastro simplificado, promovendo a existência de um provável projeto Piloto ao nível de uma CIM para a sua concretização, dando assim provimento à Lei nº 78/2017 de 17 de agosto.

Prevê-se a realização de ações **conjugadas com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), no sentido de definição de um Plano de Ação que possa promover uma melhor estruturação fundiária e promoção de Bolsa de Terras** (acesso à terra através da disponibilização de terras, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas, favorecendo a sua utilização produtiva e contribuindo para o aumento da produção nacional).

Serão ainda realizados procedimentos no decorrer de 2018 que visem a constituição de **Estrutura Técnica Florestal Intermunicipal de apoio à implementação das várias medidas elencadas**, salienta-se o referido no **Relatório realizado por Comissão Técnica Independente (de outubro de 2017)**, de análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017, no que respeita à pertinência de ações indicadas pelos técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF), designadamente **existência de uma estrutura que congregue os vários GTF de modo a permitir a organização de ações de formação conjuntas, o intercâmbio de conhecimentos e a criação de massa crítica**. Atendendo ainda que o nível de planeamento das ações de gestão de combustível previstas no Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios (PMDFCI) e consequente execução do planeado, é muito baixo, só cerca de 19% foi executado.

O referido relatório refere ainda na sua proposta de medidas no ponto 10.20 – Mobilização e Valorização do Conhecimento e colaboração locais: desenvolver processos para identificar, informar, formar e enquadrar agentes locais que possam participar no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI).

Em resumo os objetivos fundamentais deste subprojecto serão: definir estratégias de prevenção passando pela articulação entre os diferentes atores regionais, nomeadamente os corpos de bombeiros e os gabinetes técnicos

florestais; assegurar a coerência estratégica das intervenções no sentido de definição de um Plano de Ação Intermunicipal para a Segurança e Proteção Civil; estruturar, dinamizar, executar estudos, planos de intervenção ou outros trabalhos para a minimização dos riscos.

SISTEMA VIDEOVIGILÂNCIA

Subprojecto nº 12.4.1

Investimento 2018: 1.000,00€

No âmbito de uma gestão integrada, mais concretamente com este subprojecto, dotou-se a região do Médio Tejo com um sistema de videovigilância para incêndios, o qual permite o planeamento, monitorização e comunicação de informação do terreno. Realizou-se a "Instalação e Monitorização de um Sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional", a qual teve por objetivo a ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo a qual abrange dois Distritos, Santarém e Castelo Branco.

A operacionalização do subprojecto dotou o território das entidades envolvidas de Torres de vigilância de apoio à decisão (TVDA), Centros de Comando e Controlo (CGC) e sistema de comunicações entre as várias infraestruturas, os quais permitirão uma tomada de decisão mais eficaz, eficiente e sustentável, bem como garantir medidas preventivas em matéria de incêndios florestais, em complementaridade com os sistemas do mesmo tipo que já se encontravam em operação antes da implementação do presente projeto, num total de 15 TVDA e 2 CGC (11 TVDA no CDOS de Castelo Branco e 4 TVDA no CDOS de Santarém).

Dos estudos técnicos realizados verificou-se uma interrupção no sistema de videovigilância já implementado, assim realizou-se **a integração de mais 9 TVAD, equipadas com câmaras de vídeo e restantes equipamentos necessários para o aumento substancialmente da capacidade de vigilância contra incêndios existente atualmente no Médio Tejo, aumento de 14% para 74% e reorganização dos 2 CGC.**

Neste contexto e em virtude da importância deste subprojecto, atendendo a que a videovigilância é em si própria uma medida de minimização e mitigação dos riscos, no sentido em que vai permitir uma análise mais rápida da realidade do incêndio florestal, permitindo assim ao nível dos centros de comando decisões mais rápidas e assertivas quanto aos meios a envolver, levando a uma ação mais rápida ao incêndio, com as comprovadas consequências de diminuição de área ardida prevê-se um contínuo acompanhamento e monitorização dos sistema no sentido de garantir a sua sustentabilidade.

A implementação das 9 TVAD e reorganização dos 2 CGC, foram financiados em candidatura submetida ao Aviso de Concurso do POSEUR 10-2016-43. A candidatura "Médio Tejo – Sistema de informação, planeamento, monitorização e comunicação – Sistema de videovigilância para incêndios florestais" - (POSEUR-02-1810-FC-000125) foi apoiada por fundos comunitários (fundo de coesão) com taxa de cofinanciamento de 95%.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Subprojecto nº 12.5

Investimento 201: 325.445,00€

(Não definido: 26.000,00€)

Tendo em conta recentes acontecimentos a nível mundial, e mais especificamente a nível nacional, regional e local, as alterações climáticas são hoje um desafio global na sua maior ou menor incidência a nível geográfica e transversal a todas as áreas, gerando perdas de recursos naturais e económicas.

Assim e alinhados com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020) a qual está enquadrada com as metas europeias e de acordo com objetivos nela descritos (1. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; 2. Implementar medidas de adaptação; 3. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais), com este subprojecto prevê-se a elaboração de "Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas", o qual incorpora a elaboração de um Plano o qual integra 13 municípios (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha).

Com a sua concretização pretende-se a elaboração de estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas perfilando-se as estratégias municipais alicerçadas num melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação, para posterior implementação de algumas das medidas.

Esta ação tem como objetivos: identificar os ajustes necessários dos sistemas naturais ou humanos, em resposta a estímulos climáticos (observados ou projetados) com o objetivo de aumentar a resiliência desses sistemas; identificar as ações necessárias para adaptação às alterações climáticas ao nível das populações, dos serviços públicos, bem como transversais a todos os sectores socioeconómicos; promover o envolvimento da população em geral, técnicos municipais e atores locais; integração da adaptação nos processos de planeamento e decisão dos agentes municipais e sectoriais; capacitação dos técnicos municipais nesta matéria com vista à criação de uma comunidade de agentes locais;

Para a concretização dos objetivos prevê-se que o Plano identifique as vulnerabilidades do território do Médio Tejo face às alterações climáticas mediante a caracterização e diagnóstico da situação de referência (atual); Elaboração de Modelos de Previsão e de Cenários - futuras, Identificação de medidas de atuação corretivas para colmatar as vulnerabilidades existentes e previstas face aos modelos desenvolvidos.

Nesta medida a metodologia de trabalho terá em consideração os documentos de referência realizados e disponibilizados no âmbito dos trabalhos promovidos pelo projeto ClimaAdaPT.Local – Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, como seja o "Guia Metodológico para a Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas".

Desta forma, será adotado para a fase do desenvolvimento dos trabalhos a metodologia de base designada por ADAM (Apoio à Decisão em Adaptação Municipal) desenvolvida no âmbito do projeto ClimaAdaPT.Local, a qual é promovida por seis passos: Preparação dos trabalhos, 2. Identificação das vulnerabilidades atuais; 3.

Identificação das vulnerabilidades futuras; 4. Identificação das opções de adaptação; 5. Avaliação das opções de adaptação; 6. Integração, monitorização e revisão.

A metodologia a implementar deverá ter em conta os seguintes setores transversais entre si e com impacto nas dinâmicas territoriais da Região no que concerne às adaptações territoriais: Recursos hídricos, Ordenamento do território, áreas urbanas, Agricultura, Biodiversidade, Economia, Energia, Florestas, Saúde, Segurança de pessoas e bens, Transportes e comunicações, Turismo e Lazer, Indústria.

No âmbito da energia será ainda desenvolvida a elaboração de Plano Regional de Ação do sector de Energia Sustentável, sendo que este deverá ter em conta o Plano já existente neste sector e adaptá-lo à nova estratégia na redução das emissões de CO2 em pelo menos 40% até 2030 e a adotar uma abordagem integrada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Este subprojecto foi considerado em candidatura submetida ao aviso PO SEUR - 08-2016-57, aprovada a 29.08.2016. A candidatura "Médio Tejo - Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas" - (POSEUR-02-1708-FC-000029) é assim apoiada por fundos comunitários (fundo de coesão) com taxa de cofinanciamento de 85%.

Nesta vertente de adaptação às alterações climáticas, a CIMT encontra-se a elaborar duas candidaturas a submeter no âmbito do aviso POSEUR 08-2017-20 às tipologias que se seguem inerentes ao n.º 1 do artigo 82º do Regulamento Especifico Sustentabilidade e eficiência no uso de Recursos (RE SEUR):

- ✓ Produção de informação e conhecimento, nomeadamente estudos, análise e cartografia, sendo que neste aviso só é elegível ações de realização de cartografia.

Operacionalização de candidatura "Médio Tejo - Cartografia de Densidade da Biomassa Florestal", para uma área piloto, a qual aguarda aprovação.

- ✓ Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas.

Operacionalização de candidatura "Médio Tejo - Ações de Comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas", a qual aguarda aprovação.

Desta candidatura destaca-se para além das ações comuns de sensibilização e divulgação a criação/desenvolvimento de uma aplicação/jogo educacional e interativo - com o objetivo do mesmo ser vocacionado para utilização em dispositivos móveis relacionado com a problemática das alterações climáticas, dirigido sobretudo para a população infantil em idade escolar.

Nesse sentido, a sua execução será concertada em função dos moldes de aprovação das referidas candidaturas, sendo que conforme aviso esta em caso de aprovação serão comparticipadas (fundo de coesão) com taxa de cofinanciamento de 75%.

GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO

PROJECTO Nº 11

Horizonte temporal: 2018-2018

Investimento 2018: 139.958,00€

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é uma entidade formadora acreditada pela extinta Fundação CEFA - Fundação para os Estudos e Formação Autárquica, atual DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e ministra formação para os trabalhadores dos seus municípios associados, bem como para os trabalhadores da própria CIMT. De acordo, com a deliberação tomada na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMT a 30 de junho de 2017, a CIMT iniciou o processo de certificação junto da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), por forma a permitir o alargamento do seu público alvo quanto às ações de formação ministradas. Desta forma, tanto os trabalhadores das autarquias, da CIMT, dos SMAS, das Juntas de Freguesia, empresas municipais, bem como outras entidades da Administração Pública e mesmo entidades privadas poderão frequentar as ações de formação ministradas pela CIMT.

Tal facto prende-se com a devida prossecução da Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020, na qual foi definido um modelo de governação multinível para que os investimentos sejam devidamente planeados e articulados com as entidades públicas em geral. Assim sendo, a qualificação dos trabalhadores da Administração Pública da Região do Médio Tejo deve ser vista como um todo e não de forma individualizada, pelo que, o alargamento do público alvo das ações de formação ministradas pela CIMT, irá também ao encontro de uma governação mais coesa em termos territoriais, envolvendo a participação de todos os trabalhadores que promovem a gestão da Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região.

Com o desenvolvimento da sua atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional capaz de promover a qualificação dos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, dando resposta às necessidades sentidas pelos trabalhadores da Administração Local aquando o desenvolvimento das suas atividades em contexto de trabalho. Desta forma, através do investimento direto no crescimento pessoal, profissional e organizacional das pessoas, pretende-se contribuir, de forma indireta, para o aumento da competitividade regional,

A atividade formativa levada a cabo pela CIMT, que visa a melhoria das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores da Administração Local é definida e construída através da auscultação das necessidades municipais, pretendendo-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores;
- ✓ potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional;
- ✓ definir estratégias conjuntas para apresentação de candidaturas no âmbito do Fundo Social Europeu;
- ✓ promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de interesse para a CIMT; e
- ✓ fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIMT, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.

FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Subprojecto nº 11.1
Investimento 2018: 60.038€

O desenvolvimento de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo constitui uma das atividades da CIMT, sendo que para o efeito é necessário a definição de um Plano de Formação estruturante, capaz de responder às necessidades sentidas pela CIMT e pelos seus municípios, por um período de um ano.

As ações de formação previstas no Plano resultam de um levantamento efetuado junto dos municípios e que se consubstancia no Diagnóstico de Necessidades de Formação. Este Diagnóstico consiste na definição das carências de formação na organização, em função das suas missões, objetivos e estratégias de desenvolvimento/atuação, e visa ser um processo dinâmico, participativo, contínuo e integrado.

Assim, após levantamento das necessidades de formação junto dos municípios associados da CIMT e na própria CIMT, é preparado um Plano de Formação que contribua para o aumento da qualificação dos recursos humanos, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos. De facto, o objetivo último da promoção da Formação da Administração Local é permitir o acesso a formação profissional adequada às funções da organização, visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado;

O Diagnóstico de Necessidades de Formação permite, igualmente, a preparação de candidaturas intermunicipais para financiamento das ações de formação a ministrar e que visam os seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar as competências individuais dos trabalhadores dos municípios associados da CIMT e da própria;
- ✓ Promover a qualidade dos serviços municipais; e
- ✓ Contribuir para a modernização da organização municipal.

Face ao exposto, define-se como áreas prioritárias de atuação na área da ministração e formação aos trabalhadores da Administração local da Região do Médio Tejo:

- ✓ Administrativa e de Modernização;
- ✓ Financeira;
- ✓ Recursos Humanos;
- ✓ Jurídica;
- ✓ Urbanismo;
- ✓ Serviços Urbanos; e
- ✓ Obras Municipais e Particulares.

ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

Subprojecto nº 11.2
Investimento 2018: 10.000€

Através dos estágios curriculares e profissionais a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho. Decorreram no ano de 2015/2016/2017, cinco estágios no

âmbito da candidatura PEPAL 5.^a Edição, nas áreas de Ciências da Comunicação; Educação; Gestão; Planeamento Territorial e Transportes e Design. No presente, nenhum estágio se encontra em curso. Pretende-se que no ano de 2018, seja dada continuidade a este projeto, através da realização de novos estágios curriculares e profissionais.

SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E REUNIÕES TEMÁTICAS

Subprojecto nº 11.3

Investimento 2018: 2.500,00€

A dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, é uma das formas que a CIMT tem desenvolvido para se encontrar novas formas de partilha de conhecimento e discussão/ reflexão entre os trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo. De facto, trata-se, igualmente, de uma forma de motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar soluções a problemas concretos da sua atividade laboral, encontrar métodos de trabalho coesos a toda a Região e partilhar experiências para que possam fazer face à complexidade e aos desafios decorrentes do desenvolvimento das suas atividades.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Subprojecto nº 11.4

Investimento 2017: 53.395,00€

Foi rececionado no passado mês de julho a notificação da decisão de aprovação da candidatura intermunicipal “Formação de públicos Estratégicos” ao Eixo Prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Pretende-se que a mesma promova o desenvolvimento de um plano de formação para qualificar os/as profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.

Neste sentido, pretende-se promover as seguintes ações de formação:

- ✓ Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da promoção da igualdade de género e da prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género;
- ✓ Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género; e
- ✓ Ações de formação de formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em igualdade de género.

O público-alvo das ações de formação a desenvolver é o seguinte:

- ✓ Agentes de formação;
- ✓ Pessoal docente e não docente;
- ✓ Agentes sociais; e
- ✓ Pessoal dos serviços de saúde.

Este projeto terá como parceiros a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV); a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e os Agrupamentos de Escolas Alto Tejo, A 23 e Templários.

FORMAÇÃO DE PROJETOS INTERMUNICIPAIS

Subprojecto nº 13.5

Investimento 2018: 14.025€

Com o desenvolvimento de projetos intermunicipais em áreas como a modernização administrativa, gestão territorial, integração e partilha de serviços municipais, empreendedorismo, promoção turística, transportes, inclusão social, é necessária a prossecução de atividades complementares que passam pela definição de um plano de ação que vise a gestão de mudança da cultura organizacional e a definição de novos métodos de trabalho e ferramentas. Assim sendo, e com o objetivo de para garantir uma melhor governabilidade e racionalização de custos, encontra-se previsto no âmbito do Portugal 2020, a abertura de avisos de concurso que têm como objetivo o financiamento através do Fundo Social Europeu, de planos de formação que sejam complementares aos projetos intermunicipais apresentados/aprovados.

AGRUPAMENTO EUROPEU PARA A COOPERAÇÃO TERRITORIAL INTERPAL – MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 14

Horizonte temporal: 2017-2018

Investimento 2018: 11.000,00€

Através do ofício Nº: 2297/2017 de 27-09-2017, PROC. Nº: 195/2017 foi aprovado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, o **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial** entre a Disputación Provincial de Palencia/Espanha e a Comunidade Intermunicipal de Médio Tejo, **designado por AECT InterPal-Médio Tejo**, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 376/2007, de 8 de novembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 60/2015, de 22 de abril.

Conforme o disposto no nº3 e 4 do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 1082/2006 na sua versão modificada pelo Regulamento (EU) Nº 1302/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, o **AECT InterPal-MedioTejo**, será uma entidade de direito público dotada com personalidade jurídica e gozará em Espanha e Portugal da mais ampla Capacidade jurídica de atuação que os respetivos estados, como Estados da União Europeia, reconhecem às pessoas coletivas.

Os principais objetivos de atuação do **AECT InterPal-MedioTejo**, são os seguintes:

- ✓ Cooperação e gestão conjunta para fomentar a competitividade e promoção do emprego, que passa pelo seguinte:
 - Dinamização do crescimento da sociedade da informação, em particular comércio eletrónico, o teletrabalho e a modernização dos serviços públicos;
 - Promover as condições de desenvolvimento das economias locais, através da promoção das potencialidades endógenas; e
 - Promoção da intensificação e diversificação das relações entre as empresas e associações empresariais e comerciais para explorar oportunidades de negócio conjuntas;
- ✓ P.2. Cooperação e gestão conjunta na área do ambiente, património e prevenção dos riscos naturais:



- Promoção de ações conjuntas de proteção, preservação e valorização do ambiente e dos recursos naturais;
 - Contribuição para o reforço das identidades locais através da promoção dos recursos culturais (arqueologia, arquitetura, património industrial, artesanato, gastronomia, etnografia); e
 - Promoção e valorização dos produtos turísticos ambientais e patrimoniais, fomentando a sua utilização sustentável com a finalidade de promover os espaços rurais como destinos turísticos de qualidade.
- ✓ P.3. Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional:
- Promoção e melhoramento da eficácia de redes estáveis de cooperação entre os territórios de âmbito municipal, empresarial, social e institucional;
 - Estabelecimento de mecanismos de cooperação nas áreas da assistência e ação social para reforçar os níveis de apoio aos grupos mais vulneráveis, perspetivando a integração social; e
 - Estimulo à colaboração, para o desenvolvimento de capacidades conjuntas, nomeadamente em sectores como a saúde, a cultura, o turismo e a educação.

PORTUGAL 2020 – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO

PROJECTO Nº 13

Horizonte temporal: 2015-2023

Investimento 2018: 274.297,50€

Na sequência do reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para o período de programação comunitária 2014-2020, foi iniciada a sua operacionalização com a submissão e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo-se, para o efeito, ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI).

Deste modo, a 31 de agosto de 2015 foi celebrado o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regional do Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR).

De acordo com a cláusula 5.ª do Pacto, serão objeto de adenda ao mesmo, a delegação de competências, bem como os restantes direitos e deveres da CIMT enquanto organismo intermédio, onde serão incluídos os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-lei n.º 137/2014 de 12 de setembro.

Na sequência da celebração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas, a CIMT constituiu-se como Organismo Intermédio, no sentido de exercer as competências afetas às Autoridades Urbanas.

Programa Operacional Regional do Centro 2020 – Delegação de Competências no âmbito do Pacto

Foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, uma Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, com vista à delegação de competências e

constituindo-se a CIMT como Organismo Intermédio deste Programa Operacional (PO). As competências delegadas consubstanciam-se no seguinte:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO;
- b) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- c) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável;
- d) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção;
- e) Garantir que as operações selecionadas não incluem atividades que tenham sido parte de uma operação que tenha sido ou devesse ter sido objeto de um procedimento de recuperação em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro, na sequência de uma deslocalização de uma atividade produtiva fora da área do programa;
- f) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG;
- g) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades e, concretamente, da igualdade entre mulheres e homens, quando aplicável;
- h) Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação;
- i) Verificar a elegibilidade das despesas no âmbito do processo de seleção e execução das operações;
- j) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação;
- k) Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- l) Respeitar procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;
- m) Disponibilizar aos beneficiários as informações pertinentes para realizarem as operações;
- n) Garantir que os dados sobre cada operação que são necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo;
- o) Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários;
- p) Realizar verificações das operações in loco, as quais podem ser realizadas por amostragem;
- q) Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução das operações, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional; e
- r) Assegurar a organização dos processos de candidatura, relativamente, às competências delegadas de operações ao financiamento pelo PO;

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – Delegação de Competências no âmbito do Pacto

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, encontra-se prevista a prossecução de investimentos intermunicipais e municipais no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no que concerne à “Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e participação ativa e a melhoria da empregabilidade” e à “melhoria do acesso a serviços sustentáveis de qualidade a preços comportáveis incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”, tendo a CIMT demonstrando interesse na sua constituição como Organismo Intermédio deste PO para o devido acompanhamento, gestão e controlo das operações a financiar.

Neste sentido, foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no dia 28 de julho de 2017, uma Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, com vista à delegação de competências e constituindo-se a CIMT como Organismo Intermédio deste Programa Operacional (PO). As competências delegadas consubstanciam-se no seguinte:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO (alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- b) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção (alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- c) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições de apoio de cada operação, antes da respetiva aprovação, quando aplicável (alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- d) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira (alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- e) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG (alínea g) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- f) Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (alínea i) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- g) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação (alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- h) Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite (alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- i) Garantir que os dados sobre cada operação, necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo (alínea e) do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);

- j) Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários (alínea a) do n.º 4 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro); e
- k) Realizar verificações as operações in loco (alínea b) do n.º 4 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro), as quais podem ser realizadas por amostragem (n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro).

Programa Operacional Regional do Centro 2020 - PEDU

No passado dia 31 de Maio de 2016, foi contratualizado com os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), podendo estes municípios constituir-se como Organismo Intermédio – Autoridade Urbana - assegurando as funções de controlo com vista a aferir se as operações ao abrigo do PEDU, são elegíveis para apoio, se estão em conformidade com a lei aplicável e se dispõem da capacidade administrativa, financeira e operacional necessária para satisfazer as condições de apoio, criando deste modo as condições necessárias ao exercício, por parte do Município, da competência de seleção de operações que lhe foi delegada nos termos da cláusula 4.ª do mencionado contrato de PEDU. No entanto, os municípios em causa propuseram à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a delegação dessas competências na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, reforçando esta entidade, competências enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Regional do Centro 2020.

No passado dia 22 de maio de 2017, foram celebrados entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os contratos de Delegação de Competências no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar. Assim sendo, foram delegadas na CIMT as seguintes competências:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pelo respetivo comité de acompanhamento do Programa Operacional;
- b) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção;
- c) Assegurar que seja disponibilizado ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, incluindo os requisitos específicos aplicáveis aos produtos ou serviços a realizar no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução;
- d) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições referidas na alínea anterior, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável;
- e) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente Programa Operacional, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- f) Assegurar a conformidade dos termos de aceitação das operações apoiadas, ou dos contratos, com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis; e
- g) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à Autoridade de Gestão.

GRUPOS DE TRABALHO COM OS MUNICÍPIOS

PROJECTO Nº 14

No âmbito da articulação da CIMT com os Municípios estão em funcionamento diversos Grupo de Trabalho sobre diversas temáticas com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos com o objetivo de se estabelecer uma efetiva cooperação entre todos na partilha e potenciação dos recursos humanos e financeiros.

Tem igualmente o objetivo de se partilharem experiências e de se desenharem projetos comuns para uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável e de valorização de recursos para minimização das assimetrias existentes, estimulando-se assim o desenvolvimento regional.

Deste modo, o trabalho em grupo viabilizará, entre outros:

- ✓ Mais e melhor serviço público;
- ✓ A concretização de missões/ações que, de forma isolada, os intervenientes não conseguiriam;
- ✓ Novos desafios, como a apresentação de candidaturas ao financiamento de fundos europeus;

Os objetivos dos Grupos de Trabalho existentes e aprovados são:

- ✚ **Grupo de Trabalho (GT-AM) dos Arquivos Municipais do Médio Tejo**, aprovado pelo Conselho Intermunicipal em 2017 e visa discutir e partilhar experiências e desenhar metodologias de intervenção comuns para a salvaguarda da consulta da informação e preservação da mesma para o futuro, viabilizando-se assim, a definição de atividades estratégicas para a correta gestão documental dos serviços municipais e a consolidação dos Arquivos Municipais da região – aguarda-se a indicação dos representantes dos municípios.
- ✚ **Grupo de Trabalho (GT-BPMT) das Bibliotecas Públicas Municipais**, aprovado na reunião do Conselho Intermunicipal realizada dia 28 de Outubro de 2016 - construir um projeto coletivo que viabilize a consolidação das bibliotecas municipais da região do Médio Tejo enquanto equipamento cultural estratégico para o seu desenvolvimento por se constituírem como uma plataforma coletiva do saber e da cultura ao serviço de todos os públicos – já se realizaram 6 reuniões do CT-BPMT; o logotipo aprovado é o seguinte:



- ✚ **Grupo de Trabalho (RM-NM) da rede de Museus do Médio Tejo**, a constituir com os responsáveis de todos os Museus/Núcleos Museológicos desta região de modo a se estabelecer uma articulação eficaz entre todos, de serem devidamente ponderadas as estratégias que fomentem a dinamização integrada destes Museus e principalmente para viabilizar a credenciação gradual de alguns destes espaços em verdadeiros Museus do Médio Tejo. Este grupo tem uma parceria/protocolo com o IPT – Instituto Politécnico de Tomar.



- ✚ **Grupo de Trabalho – Partilha de Serviços Jurídicos**, na sequência da aprovação da candidatura “Médio Tejo em Partilha” nos termos do Despacho n.º 5119-B/2015 do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, a 25 de agosto de 2015, pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Este Grupo de Trabalho é constituído pelos juristas das Câmaras Municipais e da CIMT. Este grupo de trabalho tem como objetivo primário a partilha de serviços jurídicos ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Numa primeira fase, e para uma boa prática e melhoria da eficiência e eficácia do projeto decidiu o grupo de trabalho proceder à recolha de informação concreta sobre o tipo de partilha e apoio que os juristas dos municípios e CIMT consideraram necessários à satisfação das suas necessidades. Assim, e para os fins propostos, partiu-se do pressuposto que com a criação de instrumentos de apoio e partilha no setor jurídico é possível uma maior celeridade, entreaajuda, partilha e uniformização nas decisões ao nível do território do Médio Tejo.

- ✚ **Grupo de Trabalho dos Informáticos do Médio Tejo** – Este grupo de trabalho foi constituído pelos informáticos das Câmaras Municipais e da CIMT. Começaram a reunir periodicamente à mais de 10 anos com o intuito de discutir a implementação de projetos intermunicipais no âmbito da Modernização Administrativa. Tem como objetivo a discussão e partilha de experiências e/ou conhecimentos técnicos para soluções comuns a implementar ou implementadas na região do Médio Tejo.

- ✚ **Grupo de Trabalho – Proteção Civil no Médio Tejo** – Grupo de trabalho sectorial - “Prevenção dos Riscos Naturais – Gestão Integrada da Proteção Civil”, criado no âmbito da definição da Estratégia 2020 do Médio Tejo, com objetivo de articular e partilhar ações conjuntas para a promoção de gestão intermunicipal dos serviços de segurança e proteção civil, para além deste grupo existe ainda grupo de trabalho constituído pelos técnicos dos municípios com o intuito de implementação de projetos intermunicipais.

- ✚ **Grupo de Trabalho dos Técnicos de SIG e Cartografia do Médio Tejo** – Este grupo de trabalho foi constituído pelos técnicos de SIG das Câmaras Municipais e da CIMT. Começaram a reunir periodicamente há mais de 15 anos com o intuito de discutir a implementação de projetos intermunicipais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, cartografia e ordenamento do território. Tem como objetivo a discussão e partilha de experiências e/ou conhecimentos técnicos para soluções comuns a implementar ou implementadas na região do Médio Tejo.

- ✚ **Grupo de Trabalho no âmbito da Segurança Rodoviária** - Este grupo de trabalho foi constituído por interlocutores das Câmaras Municipais, CIMT e ANSR. Começaram a reunir desde 2015 no âmbito de Protocolo celebrado com a ANSR e a CIMT, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas no âmbito desta temática, designadamente a promoção da elaboração dos **Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/ enquadramento supramunicipal.**

- ✚ **CDIEd – Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação** - Instância de coordenação e consulta e tem por objetivo promover o planeamento estratégico, a nível intermunicipal, capaz de assegurar a definição de estratégias, ações e prioridades que devem orientar a constituição de uma rede para a coordenação da política educativa no Médio Tejo. Integram o CDIEd representantes da CIMT, Municípios do Médio Tejo; Agrupamentos de Escola; Escolas Profissionais; IEFP; IPT; DGESTE; Centros de Formação.

- ✚ **Grupo de Trabalho Inclusão Social:** Instância de coordenação e consulta com o objetivo de reforçar uma Governança Partilhada para a Coesão Social de nível local, ou seja, a existência de políticas e de medidas sociais, em parceria, de base local, que visem a promoção da Coesão Social do Médio Tejo no seu todo e nos seus treze concelhos, completando e articulando a sua abrangência territorial, através da sinergia de ações, soluções e recursos, a nível intermunicipal. Participam deste Grupo de Trabalho, a CIMT, Municípios do Médio Tejo, Segurança Social, UDIPSS, UMP, ACES, IEFP, IPT, entre outros.

- ✚ **Observatório da Mobilidade do Médio Tejo:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais numa estrutura participativa para o desenvolvimento da estratégia de Mobilidade Regional, no sentido de facilitar a compilação e a troca de informação, essencial a um correto conhecimento sobre a mobilidade regional e à tomada de decisões mais assertivas no que se refere às políticas, programas e projetos a apoiar e desenvolver bem como no que se refere ao exercício das funções da autoridade de transportes regional perspectivadas para a CIMT. Participam do Grupo de Trabalho a CIMT, Municípios, IMT, IP; Operadores de Transporte (RT; RBI; CP); ACES; MT21, entre outros.

- ✚ **Grupo de Trabalho Turismo, Cultura e Património:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais e regionais numa estrutura participativa para o desenvolvimento da estratégia do Médio Tejo no âmbito do Turismo, da Cultura e do Desporto, contribuir para a definição e consolidação da identidade regional; organização dos produtos turísticos; promoção turística, marketing territorial e planeamento concertado de um calendário anual de eventos do Médio Tejo. Participam do Grupo de Trabalho a CIMT, Municípios, Associações de Desenvolvimento Local, Associações Empresariais, Associações Culturais, IPT, entre outros.

- ✚ **Grupo de Trabalho Empreendedorismo, Desenvolvimento Económico e Competitividade:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais e regionais na consolidação do Ecosistema Empreendedor da Região do Médio Tejo, estabelecer o Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no território e apoiar a estruturação e coordenação de uma rede territorial à escala supramunicipal que contribua para favorecer a criação de sinergias e de condições de eficácia e eficiência no domínio do apoio ao desenvolvimento económico e empreendedorismo de base local.

- ✚ **Grupo de Trabalho dos Técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho:** As reuniões da comissão de acompanhamento de segurança e saúde no trabalho, onde estão presentes os responsáveis técnicos dos Municípios/Entidades e representantes das empresas prestadoras de serviços, têm como objetivos: Planeamento de atividades, avaliação de trabalhos realizados e propostas de melhoria na realização das atividades.

3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2018

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2018
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	
	1.1 Rotas e Percursos em Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Arranque dos trabalhos de sinalética e estruturas de informação das rotas e percursos em património natural - Preparação da campanha de divulgação das rotas e percursos em património natural
	1.2 Programação Cultural em Rede - Caminhos 1.3 Produtos Turísticos Integrados	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da do projeto de programação cultural em rede, com realização de 3 ciclos de programação: Caminhos do Ferro, Caminhos da Água e Caminhos da Pedra - Continuidade das diligências junto da APA, com vista ao estabelecimento de um processo de concessão para a gestão integrada da Estância de Wakeboard do Médio Tejo; - Implementação de sinalética de orientação e painéis de informação na Estância de Wakeboard do Médio Tejo - Aquisição de boat stand para presença em feiras e eventos nacionais; - Estruturação de produto e desenvolvimento de conteúdos relativos a percursos, rios e natureza; - Estruturação e integração do produto no âmbito do programa Fátima-Tomar stayover - Intervenções de sinalética dos Caminhos de Santiago e articulação com entidades envolvidas para a definição de projeto de sinalética dos Caminhos de Fátima; - Desenvolvimento de conteúdos, materiais e ações de comunicação de promoção do programa Páscoa no Médio Tejo; - Desenvolvimento dos trabalhos com vista à estruturação da Rota dos Castelos do Médio Tejo; - Continuidade do projeto de certificação do património – Rede Herity; - Upgrade da APP turística Descubra V2; - Desenvolvimento de programa de comunicação dos produtos turísticos integrados.
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	2. Promoção do Empreendedorismo	
	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo 2.2 Implementação do Plano de Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo; - Empreendedorismo na Escola; - Concursos de Ideias de Negócio; - Promoção do Empreendedorismo na Região;
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	3. Educação de Excelência no Médio Tejo	<ul style="list-style-type: none"> - Arranque dos trabalhos de monitorização da implementação das várias atividades do âmbito do projeto nos anos letivos 2017/2018, e 2018/2019 e início dos trabalhos de planeamento relativamente às medidas/ações para os anos letivos seguintes que promovam o sucesso educativo dos alunos da região. - Continuidade dos trabalhos do subprojecto do correção da acuidade visual e auditiva no pré-escolar - Arranque dos trabalhos do subprojecto Programa de Visitas de Estudo - Práticas de Aprendizagem Integrada, num processo de trabalho conjunto com os Agrupamentos de Escolas que manifestarem interesse em participar, e prevendo-se a necessidade de apoio especializado para o desenvolvimento dos guiões e realização de sessões de trabalho / informação com os professores envolvidos - Realização de atividades no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica (Experimenta + Ciência), designadamente atividades em parceria com os Centros de Ciência Viva, e iniciativas complementares para a dinamização do ensino experimental de ciências - Implementação de atividades em parceria com as Bibliotecas Públicas, nomeadamente aquisição de fundos documentais, espetáculos de teatro, encontros com escritores e wikitejo - Arranque do Programa Intermunicipal de Desenvolvimento das Competências Metacognitivas (Mindgames) e do Programa Intermunicipal para o Pré-Escolar (Miúdos Digitais) - Continuidade das atividades no âmbito do subprojecto Olimpíadas de Jogos Tradicionais - Estruturação de um programa de apoio à realização de concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber - Continuidade ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais - Arranque dos trabalhos com vista à continuidade e evolução da Plataforma de Gestão Escolar em uso nos Municípios - Dinamização do CDIEd e da Rede Colaborativa de Escolas - Início dos trabalhos em parceria com os Centros de Formação, com vista à dinamização de um plano de seminários e ações de capacitação, centradas em temáticas de interesse para o desenvolvimento do projeto

OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	4. Unidades Móveis de Saúde	
		-Após a aquisição de 13 viaturas ligeiras e elétricas para serem utilizadas como unidades móveis de intervenção precoce/ cuidados de saúde na Comunidade, pretende-se garantir o devido funcionamento das viaturas ao fim que foram afetas, através da locação financeira de baterias elétricas. Este projeto encontra-se em articulação com a ARSLVT e a ULS Castelo de Branco.
	5. Médio Tejo Inclusivo	
	5.1 Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social	Implementação de iniciativas do plano de ação do PIDSJ, com o envolvimento dos parceiros do Grupo de Trabalho Setorial, tendo em conta os desenvolvimentos que vierem a ser conhecidos relativamente à operacionalização dos apoios contratualizados no Pacto para o desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo
	5.2 M ARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género	Arranque dos trabalhos do subprojecto, designadamente no que se refere à dinamização de uma rede intermunicipal de resposta integrada à problemática da violência doméstica e de género, grupos de ajuda mútua e a realização de diversas ações de informação e sensibilização e atividades de prevenção primária junto da comunidade local
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	
	6.1 Transporte a Pedido	- Continuidade e melhoria (ajustes em função das revisões periódicas) dos serviços de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, bem como análise sobre a oportunidade de eventuais alargamentos, designadamente na zona sul o concelho de Tomar e no concelho de Vila de Rei.
	6.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves	- Análise de soluções de transporte para dar resposta às necessidades de deslocação por parte dos alunos do ensino profissional com o objetivo de implementar um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região
	6.3 Autoridade de Transportes	- Gestão das autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte - Realização dos trabalhos de preparação e lançamento do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros
	6.4 Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo	- Desenvolvimento de uma Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo que funcione de forma articulada com a plataforma de âmbito nacional SIGGESC e que permita apoiar a gestão das autorizações provisórias, o planeamento operacional dos serviços de transporte da região, a gestão dos contratos e monitorização de serviço público de transporte de passageiros, a gestão dos serviços de transporte a pedido/flexível e a disponibilização de informação ao público sobre a oferta de serviços de transporte
	7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	
		- Articulação regional no sentido de estimular a regeneração urbana, promovendo a partilha de informação sobre as oportunidades existentes e mecanismos de financiamento das operações de regeneração e reabilitação urbana, promovendo, em complemento, o Prémio Regional de Reabilitação Urbana do Médio Tejo.
OB5: Governação inteligente e multidimensional	8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho	
	8.1 Saúde no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de saúde no trabalho, de forma a prevenir doenças profissionais e contribuir para o aumento da produtividade. - Coordenação CIMT/Municípios e Entidades aderentes no desenvolvimento da prestação de serviços de saúde no trabalho contratada, beneficiando da organização e implementação das atividades desta área de forma integrada e comum.
	8.2 Segurança e Higiene no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de segurança no trabalho, de forma a prevenir riscos profissionais e contribuir para o aumento da produtividade. - Coordenação CIMT/Municípios e Entidades aderentes no desenvolvimento da prestação de serviços de segurança no trabalho contratada, beneficiando da organização e implementação das atividades definidas nesta área de forma integrada e comum.
	9. Modernização Administrativa no Médio Tejo	
	9.1 Modernização Administrativa - CIMT	- Atualização das infraestruturas tecnológicas e implementação de projetos na área da modernização administrativa.
	9.2 Médio Tejo Online 2020	- Desenvolvimento de ações/ investimentos de modernização administrativa e complementares à implementação dos Serviços Online. Essas ações assentam na desmaterialização, reengenharia de processos e arquivo digital, reestruturação das infraestruturas tecnológicas.
	9.3 Integração e Partilha de Serviços	- Projeto de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território e uniformização e racionalização de processos municipais, com vista à melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas, através de um processo de serviços municipais partilhados.
9.4 Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	- Projeto de serviços partilhados ao nível das compras públicas, com vista ao desenvolvimento e celebração de Acordos Quadro nos termos da legislação em vigor e realizar negociações informais para análise de mercado e alcance das melhorias economias de escala.	

OB5: Governação inteligente e multidimensional	10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	
	10.1 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa	- Continuação da execução dos trabalhos de elaboração do cadastro de redes de infraestruturas em baixa para os sistemas de abastecimento de águas e saneamento, de acordo com os termos de referência do Aviso de Concurso do POSEUR 12-2015-16. Complementaridade com a aquisição de software que permita a gestão e manutenção da rede levantada em sistemas de informação geográfica.
	10.2 Médio Tejo - Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas	- A realização de estudo que apoie a definição de um modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA e SAR numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal. - Apoio na apresentação de candidaturas no âmbito da otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água.
	10.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico	- Implementação de projetos na área do desenvolvimento do território. - Início da execução das componentes de investimento com a mesma designação deste subprojecto consideradas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT e municípios. - Início dos trabalhos no âmbito do plano de ação e gestão das infraestruturas do subsolo, promoção do planeamento das intervenções na via pública de forma concertada e preventiva entre as várias entidades. - Adequação/atualização das infraestruturas tecnológicas para a concretização das ações referidas neste subprojecto. - Conclusão dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/ enquadramento supramunicipal. Análise e implementação de observatório intermunicipal no âmbito da segurança rodoviária.
	10.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante	- Início da implementação da gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal.
	10.4 Gestão Integrada de proteção Civil e Florestas	- Desenvolvimentos de procedimentos para a constituição de Estrutura Técnica Florestal Intermunicipal - Desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos. - Promover a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios. - Promoção de adaptação das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas.
	10.4.1 Sistema Videovigilância	- Acompanhamento e monitorização do sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional implementado.
	10.5 Adaptação às Alterações Climáticas	- Continuidade da execução dos trabalhos no âmbito da elaboração de Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, perfilando as estratégias municipais de 13 municípios nas dinâmicas de estratégias integradas de cariz intermunicipal. - Monitorização das medidas elencadas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas. - Implementação de ações de divulgação e sensibilização. - Elaboração de cartografia de densidade de biomassa florestal.
	11. GEFOR - Gestão da Formação	
	11.1 Formação da Administração Local	- Minистраção de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo para que os mesmos sejam dotados das devidas competências profissionais, com vista ao desenvolvimento profícuo das suas atividades.
	11.2 Estágios Curriculares e Profissionais	- Através dos estágios curriculares e profissionais, a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho.
	11.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	- Com a dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, a CIMT pretende contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local, bem como motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da administração pública, para fazer face à complexidade e aos desafios no âmbito da eficácia.
	11.4 Formação de Públicos Estratégicos	- No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, serão desenvolvidas ações de formação com o objetivo de qualificar os/as profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.
	11.5 Formação de Projetos Intermunicipais	- Minистраção de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, como uma atividade complementar aos projetos intermunicipais desenvolvidos, com vista à concretização da gestão da mudança em áreas como a modernização administrativa, transportes, gestão territorial, empreendedorismo, inclusão social.
	12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	
		- Cooperação e gestão conjunta para fomentar a competitividade e promoção do emprego, que passa pelo seguinte. - Cooperação e gestão conjunta na área do ambiente, património e prevenção dos riscos naturais. - Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional.
	13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização	
		- Cumprimento da delegação de competências na CIMT, enquanto organismo intermédio, pelas diversas Autoridades de Gestão do Programas Operacionais envolvidos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
	14. Grupos de Trabalho com os Municípios	
		- Grupo de Trabalho sobre diversas temáticas com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos com o objetivo de se estabelecer uma efetiva cooperação entre todos na partilha e potenciação dos recursos humanos e financeiros.

4. Recursos Humanos

Os trabalhadores são o principal recurso para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo concretizar a sua estratégia e alcançar os objetivos a que se propõe.

Dessa forma, como empregador público, em cada exercício orçamental, a CIMT deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento, tal como estatuído nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - LTFP.

4.1 Mapa de Pessoal

O mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

A estrutura do mapa de pessoal da CIMT contempla as diferentes modalidades de relação jurídica de emprego público existentes. Atenta a sua natureza, não inclui as prestações de serviços, por estas não consubstanciarem trabalho subordinado.

Os postos de trabalho integrados no presente mapa de pessoal encontram-se divididos em:

- ✓ P - Postos de Trabalho Providos – Correspondem aos trabalhadores em exercício efetivo de funções na CIMT;
- ✓ O - Postos de Trabalho Ocupados – Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações:
 - Em mobilidade interna noutra organismo;
 - Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT;
- ✓ AP- lugares a prover – Correspondem a postos de trabalho para os quais se prevê a abertura de procedimento concursal.

Tratando-se de um documento previsional, o Mapa de Pessoal implica uma avaliação das possibilidades de recrutamento, programando-se a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas mais deficitárias, onde as dificuldades se fazem sentir com maior intensidade, com opção sempre que possível e nos

termos das exigências legais, pelo preenchimento de postos de trabalho por reserva de recrutamento relativamente a procedimentos concursais que decorram.

Tendo em conta que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, o anexo ao mapa de pessoal da CIMT, descreve de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades que os trabalhadores exercem no seu posto de trabalho, bem como as atividades inerentes aos postos de trabalho ocupados e a ocupar, todos previstos no mapa de pessoal para 2018.

Importa esclarecer que, o Mapa de Pessoal não se pode confundir com os recursos humanos em efetividade de funções, pois como já referido anteriormente, o Mapa de Pessoal constitui sim uma previsão de postos de trabalho e não corresponde necessariamente ao número de trabalhadores ao serviço.

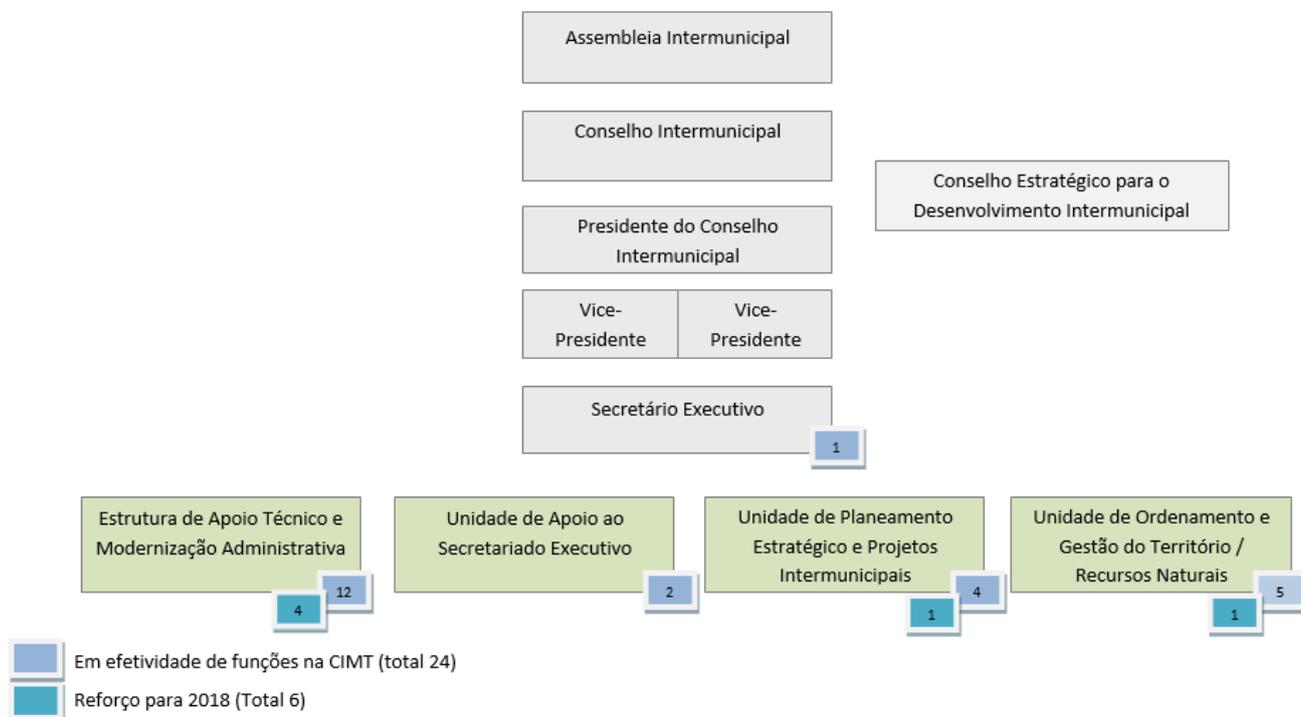
Desta forma e, de acordo com o acima referido, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os recursos humanos em efetividade de funções na CIMT:

Carreira	CTFP por Tempo Indeterminado	CTFP a Termo Certo ou Incerto	Nomeação	TOTAL
				2017
Dirigente			1	1
Técnico Superior	12 a)	7		19
Informática		2		2
Assistente Técnico	2			2
TOTAL	14	9	1	24

a) 3 Técnicos Superiores a exercer funções de chefe de equipa multidisciplinar.

Organograma da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Modelo de Estrutura Matricial



O mapa de pessoal que se propõe tem em conta a previsão do pessoal que se estima necessário para a prossecução das atribuições da CIMT, torna-se importante salientar o seguinte:

- ✓ O Mapa de Pessoal conta com 3 trabalhadores - 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico, a exercer funções nas Câmaras Municipais de Sertã, Porto e Mação;

A proposta de Mapa de Pessoal para 2018, reflete a ponderação das necessidades diagnosticadas nos diversos serviços, sendo imprescindível ao funcionamento das várias equipas da casa.

Traduz igualmente um esforço da CIMT no sentido de reforçar as áreas mais deficitárias cuja prossecução das atribuições esteja posta em causa por falta de recursos e, desta forma, dotar os serviços, de recursos humanos qualificados, para fazer face a necessidades permanentes, permitindo ter maior capacidade de resposta às acrescidas obrigações da CIMT para novos desafios, nomeadamente a nível dos Projetos Intermunicipais.

Para este reforço e, por forma a dar suporte às áreas mais deficitárias, há a necessidade de abertura de procedimento concursal para:

- ✓ **1 Técnico Superior, com Licenciatura em Gestão de Empresas**, por tempo indeterminado, para a Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa;
- ✓ **1 Técnico Superior, com Licenciatura em Gestão e Administração Pública**, por tempo indeterminado, para a Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa;
- ✓ **1 Técnico Superior, com Licenciatura em Informática** por tempo indeterminado, para a Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa;

- ✓ **1 Técnico Superior, com Licenciatura na área de Turismo**, por tempo indeterminado, para a Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais;
- ✓ **1 Técnico Superior, com Licenciatura em Engenharia Geográfica**, por tempo indeterminado, para a Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais.

Para além destes procedimentos concursais, encontra-se a decorrer o procedimento concursal para 1 Especialista de Informática, por tempo indeterminado, para a Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa, que ainda não terminou.

Assim sendo, o mapa de pessoal que se propõe constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através de uma visão integrada e dinâmica que contribui para o reforço de uma cultura organizacional orientada para o serviço público, sendo alicerçada numa gestão previsional racional e transparente que atende aos constrangimentos legais e financeiros, mas garante a manutenção de todos os postos de trabalho existentes e ocupados pelos trabalhadores da CIMT nas diferentes equipas, revelando ainda, quais os ajustamentos necessários para a manutenção e o reforço, quer da capacidade, quer da qualidade da prestação de um serviço público, que se pretende, mais eficaz e eficiente.

5. Enquadramento Financeiro

5.1 Quotização

Considerando os constrangimentos financeiros pelas medidas constantes nos Orçamentos de Estado, pela Lei das Finanças Locais, pelos fundos disponíveis, entre outros, para os municípios, e cabendo à CIMT o papel de estrutura intermédia para a racionalização de recursos, garantindo o funcionamento de muitas das áreas de intervenção dos Municípios, **propõe-se a manutenção do valor global aprovado no orçamento 2017 para a quotização dos municípios.**

Em 2009 a quota anual, fixou-se nos 607.227,60€, não sofrendo contudo qualquer alteração até ao ano de 2013.

Em 2014, com o alargamento da CIMT aos Municípios da Sertã e Vila de Rei, procedeu-se à extensão do método de cálculo a estes municípios. Com este alargamento e apesar de ser indispensável a manutenção das quotas aplicou-se uma redução de 3% fixando-se como quota anual o valor de 681.106,20€, valor que se manteve em 2015, 2016 e 2017.

Assim sendo, estabelece-se para a quota anual para 2017 o valor de **681.106,32€**. No entanto, apesar da manutenção, procedeu-se a ajustes tendo por base os montantes estabelecidos no Orçamento de Estado para o ano de 2017 para as transferências Fundo Equilíbrio Financeiro Final + Fundo Social Municipal + Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para os respectivos Municípios.

Os métodos de cálculo, mantêm-se inalterados e são os seguintes:

QUOTA
COMPONENTE FIXA
35%

Resultado do cálculo do valor das quotas dos Municípios de forma igualitária, de modo a que a receita obtida seja aproximadamente de 35% da receita mensal a obter

65%
COMPONENTE VARIÁVEL

Resultado da indexação dos outros 65% da receita ao somatório do FEF Final+FSM+IRS (2017)

Os valores de quotização a considerar para cada um dos Municípios são os seguintes:

Município	Mensal			Quota Anual
	Parte Equitativa [35%]	Parte Variável [65%]	Quota mensal	
Abrantes	1.528,12 €	5.187,74 €	6.715,87 €	80.590,44 €
Alcanena	1.528,12 €	2.188,79 €	3.716,91 €	44.602,92 €
Constância	1.528,12 €	1.471,07 €	2.999,20 €	35.990,40 €
Entroncamento	1.528,12 €	1.484,27 €	3.012,39 €	36.148,68 €
Ferreira do Zêzere	1.528,12 €	2.170,08 €	3.698,20 €	44.378,40 €
Mação	1.528,12 €	2.842,15 €	4.370,27 €	52.443,24 €
Ourém	1.528,12 €	5.147,57 €	6.675,69 €	80.108,28 €
Sardoal	1.528,12 €	1.588,63 €	3.116,75 €	37.401,00 €
Sertã	1.528,12 €	3.551,32 €	5.079,45 €	60.953,40 €
Tomar	1.528,12 €	4.230,36 €	5.758,49 €	69.101,88 €
Torres Novas	1.528,12 €	3.896,22 €	5.424,35 €	65.092,20 €
Vila de Rei	1.528,12 €	1.704,91 €	3.233,03 €	38.796,36 €
Vila Nova da Barquinha	1.528,12 €	1.430,14 €	2.958,26 €	35.499,12 €
Total	19.865,60 €	36.893,25 €	56.758,85 €	681.106,32 €

5.2 Projetos – Critérios de Imputação

Para a imputação da componente financeira dos projetos intermunicipais a suportar pelos Municípios, será utilizado, **sempre que possível, o critério de imputação real**, de acordo com os bens e serviços efetivamente prestados.

Nos casos em que não seja possível aplicar o critério de imputação real / não seja quantificável os bens e serviços correspondentes a cada um dos Municípios envolvidos, será **supletivamente aplicado o critério de imputação de acordo com o valor das transferências do Orçamento de Estado**.

Em casos concretos, poderá ser deliberada a opção por outro critério de imputação, que se considere mais adequado em função da aquisição/projeto em questão, tal como o critério de imputação equitativo, o critério de imputação proporcional à área de cada concelho e o critério de imputação proporcional à população residente em cada concelho.

Município	Critério de Imputação			
	Transferências OE	Área	População	Equitativo
Abrantes	14,06%	21,37%	15,90%	7,69%
Alcanena	5,93%	3,81%	5,61%	7,69%
Constância	3,99%	2,40%	1,64%	7,69%
Entroncamento	4,02%	0,41%	8,17%	7,69%
F. do Zêzere	5,88%	5,69%	3,48%	7,69%
Mação	7,70%	11,96%	2,97%	7,69%
Ourém	13,95%	12,46%	18,57%	7,69%
Sardoal	4,31%	2,76%	1,59%	7,69%
Sertã	9,63%	13,36%	6,42%	7,69%
Tomar	11,47%	10,50%	16,45%	7,69%
Torres Novas	10,56%	8,07%	14,85%	7,69%
Vila de Rei	4,62%	5,73%	1,40%	7,69%
V N Barquinha	3,88%	1,48%	2,96%	7,69%
Total	100%	100%	100%	100%

5.3 Projetos – Participação Financeira Solicitada aos Municípios

Município	Quota Anual	Quota Trimestral [Portugal 2020]	Afirmação Territorial do Médio Tejo		Médio Tejo-Vive o Empreendedorismo	Educação de Excelência no Médio Tejo	
	Corrente	Corrente	Corrente	Capital	Corrente	Corrente	Capital
Abrantes	80.590,44 €	5.812,56 €	15.195,58 €	4.181,88 €	3.769,18 €	7.668,66 €	3.572,41 €
Alcanena	44.602,92 €	2.455,24 €	8.410,03 €	2.314,47 €	1.590,28 €	4.251,78 €	1.977,15 €
Constância	35.990,40 €	1.650,16 €	6.786,10 €	1.867,56 €	1.068,82 €	3.434,04 €	1.595,37 €
Entroncamento	36.148,68 €	1.664,96 €	6.815,95 €	1.875,78 €	1.078,40 €	3.449,08 €	1.602,39 €
Ferreira do Zêzere	44.378,40 €	2.434,24 €	8.367,70 €	2.302,82 €	1.576,69 €	4.977,01 €	1.967,21 €
Mação	52.443,24 €	3.177,04 €	9.888,34 €	2.721,31 €	2.064,98 €	5.877,86 €	2.324,70 €
Ourém	80.108,28 €	5.774,20 €	15.104,68 €	4.156,87 €	3.740,00 €	8.968,10 €	3.551,03 €
Sardoal	37.401,00 €	1.782,00 €	7.052,08 €	1.940,76 €	1.154,22 €	4.197,61 €	1.657,91 €
Sertã	60.953,40 €	3.983,64 €	11.492,95 €	3.162,90 €	1.238,71 €	6.828,46 €	2.701,93 €
Tomar	69.101,88 €	4.671,64 €	13.029,38 €	3.585,73 €	2.580,23 €	7.738,66 €	3.063,14 €
Torres Novas	65.092,20 €	4.226,08 €	12.273,34 €	3.377,67 €	3.073,59 €	7.290,76 €	2.885,40 €
Vila de Rei	38.796,36 €	1.910,48 €	7.315,19 €	2.013,17 €	1.039,08 €	4.353,49 €	1.719,76 €
Vila Nova da Barquinha	35.499,12 €	1.602,44 €	6.693,48 €	1.842,07 €	2.830,82 €	3.985,17 €	1.573,61 €
Total	681.106,32 €	41.144,68 €	128.424,80 €	35.342,99 €	26.805,00 €	73.020,68 €	30.192,00 €
			163.767,79 €			103.212,68 €	

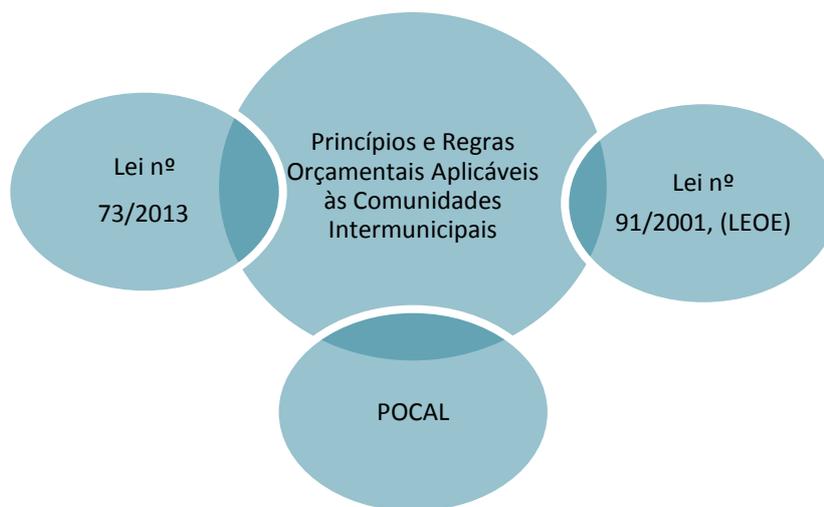
Município	Médio Tejo Inclusivo	Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo		Modernização Administrativa	Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial		GEFOR - Gestão da Formação	Total
	Corrente	Corrente	Capital	Capital	Corrente	Capital	Corrente	
Abrantes	3.854,89 €	13.883,90 €	3.215,36 €	1.959,36 €	5.293,26 €	27.530,86 €	1.366,09 €	177.894,42 €
Alcanena	2.133,50 €	7.103,06 €	1.780,15 €	1.084,23 €	3.186,74 €	30.542,46 €	1.366,09 €	112.798,09 €
Constância	1.721,53 €	5.783,00 €	1.436,68 €	874,37 €	2.681,59 €	17.372,81 €	1.366,09 €	83.628,52 €
Entroncamento	1.729,11 €	0,00 €	0,00 €	878,23 €	2.690,88 €	22.626,86 €	1.366,09 €	81.926,41 €
Ferreira do Zêzere	2.122,76 €	9.149,59 €	1.771,20 €	1.078,76 €	3.173,57 €	27.323,51 €	1.366,09 €	111.989,54 €
Mação	2.508,53 €	11.692,40 €	2.092,83 €	1.272,38 €	3.639,64 €	44.336,57 €	1.366,09 €	145.405,90 €
Ourém	3.831,83 €	12.233,52 €	3.196,13 €	1.949,36 €	5.269,19 €	50.223,80 €	1.366,09 €	199.473,07 €
Sardoal	1.789,01 €	7.770,42 €	1.492,93 €	908,74 €	2.764,33 €	18.538,34 €	1.366,09 €	89.815,44 €
Sertã	2.915,59 €	9.831,74 €	2.432,22 €	1.482,63 €	4.145,72 €	78.054,71 €	1.366,09 €	190.590,68 €
Tomar	3.305,36 €	14.255,79 €	2.757,19 €	1.661,97 €	4.577,41 €	23.571,04 €	1.366,09 €	155.265,49 €
Torres Novas	3.113,56 €	10.014,27 €	2.597,28 €	1.545,83 €	4.297,85 €	21.914,02 €	1.366,09 €	143.067,93 €
Vila de Rei	1.855,76 €	9.588,75 €	1.548,59 €	942,23 €	2.844,94 €	19.487,74 €	1.366,09 €	94.781,61 €
Vila Nova da Barquinha	1.698,04 €	6.921,67 €	1.417,09 €	861,93 €	2.651,67 €	24.908,58 €	1.366,09 €	93.851,77 €
Total	32.579,47 €	118.228,07 €	25.737,63 €	16.500,00 €	47.216,79 €	406.431,28 €	17.759,16 €	1.680.488,86 €
		143.965,70 €			453.648,07 €			

5.4 Política Orçamental

A proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2018, é elaborada tendo por base a vigência da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Este novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, veio introduzir novas regras de elaboração dos documentos previsionais das entidades intermunicipais, das quais se destacam:

- ✓ Novo calendário para apresentação da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte (artº 45º);
- ✓ Orçamentos anuais enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental (artº 41º e 44º);
- ✓ Troca de informação relevante entre a administração central e a administração local, relevante para a elaboração do OE (artº 12º);
- ✓ O órgão executivo apresenta proposta de orçamento ao órgão deliberativo até 31 de outubro (artº 45º), salvo em anos em que ocorram Eleições Autárquicas;
- ✓ Nova regra de equilíbrio orçamental, designadamente, no que diz respeito ao saldo corrente.

Nestes termos, os princípios e regras orçamentais aplicáveis às autarquias locais encontram-se regulados em três diplomas legais, para além das disposições que anualmente são consagradas na Lei de Orçamento de Estado, ao abrigo do princípio da solidariedade nacional recíproca:



Um dos princípios alterados pelo novo regime jurídico financeiro das autarquias locais e com grande impacto na elaboração dos documentos previsionais, é o princípio da anualidade e da plurianualidade, consagrado no artº 44º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Os orçamentos anuais passam a ser acompanhados de uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em articulação com as Grandes Opções do Plano, o qual define numa base móvel que abranja os 4 exercícios seguintes, o limite das despesas da comunidade intermunicipal e as projeções da receita.

Nos termos do disposto no nº 3 do referido artº 44º, os limites referidos são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico e indicativos para os restantes. No entanto, consideramos que esses limites não

poderão ter quaisquer consequências vinculativas para 2019 e seguintes, dado o quadro de ausência de regras e critérios a seguir para a estimativa plurianual da receita e despesa.

À semelhança das Opções do Plano e Orçamento de 2017, marcam uma viragem na tendência de estagnação do volume investimento intermunicipal que se verificou nos últimos anos, resultante do fim do QREN 2007-2013 e do impasse no arranque do Portugal 2020.

Na execução, para além do cumprimento dos princípios inerentes à realização da despesa nos termos da lei em vigor, a utilização das dotações orçamentais terá de ser, de uma forma imperativa, enquadrada numa lógica de “Fundos Disponíveis”, bem como a aprovação dos projetos/candidaturas efetuados pelos técnicos da CIMT, pelo que o evoluir da arrecadação da receita marcará inequivocamente a execução da despesa.

O processo de planeamento decorreu, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, de forma participada, por todas as equipas multidisciplinares, sob coordenação da Unidade Orgânica Gestão Administrativa e Financeira e orientação do Secretário Executivo.

5.5 Análise Financeira

O Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para 2018 ascende a 5.842.521€, verificando-se uma diminuição de cerca de 503.231€, face a 2017 (-7%).

Em 2017, foi o ano em que “arrancou” efectivamente o Portugal 2020, permitindo olhar para 2018 e inscrever no Orçamento projetos intermunicipais com expressão financeira relevante, mas também já com expectativa de execução plena em virtude das aberturas de concursos.

Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental refletida no quadro seguinte, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido nos nºs 1 e 2 do artº 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, segundo o qual o orçamento prevê as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

Receita	5.847.687,00 €	100%	Despesa	5.847.687,00 €	100%
Corrente	3.704.512,00 €	63%	Corrente	3.674.793,00 €	63%
Capital	2.143.175,00 €	37%	Capital	2.172.894,00 €	37%

As receitas correntes serão previsivelmente superiores às despesas correntes, permitindo cobrir o *deficit* de capital, de 29.719€.

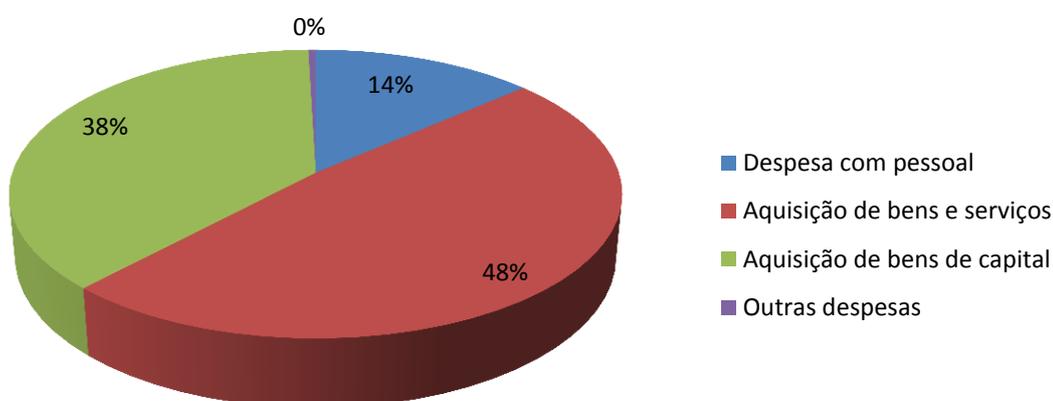
À semelhança dos anos anteriores, as receitas são maioritariamente provenientes de candidaturas a projectos cofinanciados 3.770.702€ (64%).

Igualmente importante são as receitas provenientes dos Municípios, que neste orçamento se preveem que ascendam a 1.796.705€ (31%). Neste valor incluem-se a quota mensal e a quota trimestral [Portugal 2020] que representa cerca de 722.251€ (12%).

Por último, as receitas provenientes do Orçamento de Estado, que ascendem a 241.280€ (4%).

Relativamente à Despesa, apresenta a composição descrita no gráfico abaixo.

Composição da Despesa



Constatamos que, essencialmente, a despesa é composta pela aquisição de bens e serviços (2.785.823€) e por aquisição de bens de capital (2.162.764€).

No que respeita à aquisição de bens e serviços correntes, para além das despesas para execução das atividades desenvolvidas pela CIMT, destaca-se também, com peso relevante, os projetos tais como *Afirmação Territorial do Médio Tejo*, a *Educação Excelência* e o *Médio Tejo inclusivo*.

No que respeita à aquisição de bens de capital, destacamos, com peso relevante, os projetos tais como *Médio Tejo – Cadastro de Infraestruturas em Baixa*, *Médio Tejo – Desenvolvimento Territorial estratégico* e *Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo*.

Também as Despesas com Pessoal têm alguma relevância (779.050€) tendo os seus valores sido apurados de acordo com o estabelecido no POCAL, de acordo com o Mapa de Pessoal em vigor e tendo em conta as incertezas governativas em virtude de ainda não se conhecer totalmente as alterações à proposta apresentada de Orçamento de Estado para 2018.

Ao nível das Grandes Opções do Plano e tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, as despesas distribuem-se da seguinte forma:



Objectivos estratégicos	Valor	%
Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1.015.380 €	22%
Incorporação de valor na atividade empresarial	180.096 €	4%
Promoção da coesão e da qualidade de vida	1.035.854 €	22%
Consolidação da massa crítica urbana	565.159 €	12%
Governança inteligente e multidimensional	1.918.748 €	41%

Aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em ___/___/_____

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em ___/___/_____

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

6. Anexos

6.1 Mapa de Pessoal

ESTRUTURA DO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MEDIO TEJO PARA O ANO DE 2018
 (nos termos do art.º 29º do Anexo da Lei n.º35/2014, de 20 de junho)

Equipa Multidisciplinar	Atribuições/ Competências/ Actividades	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Atividades/Atribuições/Competências Anexo I	Postos de Trabalho				Obs.	
					P	O	AP	T		
....	Gestão Corrente	Secretário Executivo	Direito	1	0	0	1	Nomeação	
Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa	<p>As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.</p> <p>* Gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;</p> <p>*Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o FOCAL, nomeadamente, no que respeita às Opções do Plano e Orçamento, Relatório de Gestão, PPT;</p> <p>*Todas as tarefas administrativas decorrentes das actividades da CIMT, nomeadamente, expediente, arquivo, apoio a reuniões;</p> <p>*Tarefas inerentes ao serviço de recursos humanos;</p> <p>*Tarefas inerentes à implementação de normativas decorrentes do cumprimento legislativo;</p> <p>*Apoio à implementação de medidas de cooperação intermunicipal;</p> <p>*Colaboração e apoio direto e logístico às Sessões da Assembleia Intermunicipal da CIMT;</p> <p>*Funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos comunitários relacionados com a formação cívica dos cidadãos em geral e o apoio informativo aos mesmos e com a formação profissional dos funcionários e agentes da administração local no âmbito do território comunitário; *Conceber, coordenar projectos de modernização administrativa;</p>	Chefe de Equipa Multidisciplinar no âmbito da Gestão da Contratualização	Gestão de Empresas	-	1	0	0	1	(b)	
				Gestão de Empresas	Atividade 1	0	1	0	1	TL_f)
				Engenharia Civil	Atividade 2	1	0	0	1	TI
				Gestão de Empresas	Atividade 3	1	0	0	1	T lc
				Engenharia Civil	Atividade 4	0	1	0	1	TL_M c)
				Engenharia Civil	Atividade 5	1	0	0	1	T lc
				Área de Administração Pública	Atividade 6	1	0	0	1	T lc
				Gestão de Empresas	Atividade 7	0	0	1	1	TI
				Gestão e Administração Pública	Atividade 8	0	0	1	1	TI
				Economia (a)	Competência 1	1	0	0	1	TI
				Gestão e Administração Pública	Atividade 9	1	0	0	1	TI
				Gestão Recursos Humanos (a)	Atividade 10	1	0	0	1	TI
				Gestão de Recursos Humanos	Atividade 11	1	0	0	1	TI
				Informática	Atividade 12	0	0	1	1	TI
				Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas (a)	Engenharia Informática	Competência 2	1	0	0
Atividade 13	1	0	0				1	T lc		
Atividade 14	1	0	0				1			
Especialista de Informática	Engenharia Informática	Atividade 15	0	0	1	1	TI			
Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal	<p>* Apoio directo aos órgãos de gestão incluindo ao Secretário Executivo no desempenho das suas funções e no planeamento das actividades e nas relações públicas; * Promoção e divulgação; * Elaboração de propostas de projectos, entre outras, na área da respectiva actuação, e preparação das respectivas candidaturas; *Apoio directo e logístico à Assembleia Intermunicipal da CIMT;</p>	Técnico Superior	Engenharia Civil	Competência 1	1	0	0	1	TI	
			Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	Atividade 1	1	0	0	1	TI	
Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais	<p>As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.</p> <p>* Assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos com nível de integração intermunicipal ou subregional;</p>	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Engenharia do Território	-	1	0	0	1	(b)	
			Gestão de Recursos Humanos	Competência 1	0	1	0	1	TL_M d)	
			Engenharia do Território	Atividade 1	0	1	0	1	TL_f)	
			Relações Internacionais	Atividade 2	1	0	0	1	T lc	
			Ciências da Educação	Atividade 3	1	0	0	1	T lc	
			Área de Planeamento Territorial e Transportes	Atividade 4	1	0	0	1	T lc	
Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais	<p>As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.</p> <p>* Promover, gerir e acompanhar as actividades inerentes aos sistemas de informação geográfica para o ordenamento do território.</p>	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Engenharia Biofísica	-	1	0	0	1	(b)	
			Técnico Superior	Engenharia Biofísica	Atividade 1	0	1	0	1	TL_f)
				Gestão do Território	Atividade 2	1	0	0	1	TI
				Engenharia Geográfica	Atividade 3	1	0	0	1	TI
				Engenharia Geográfica	Atividade 4	1	0	0	1	T lc
				Engenharia Geográfica	Atividade 5	0	0	1	1	TI
Assistente Técnico	Desenhador	Competencia 1	0	1	0	1	TL_M e)			
	Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	Atividade 6	1	0	0	1	TI			
TOTAL					24	6	6	36		

Notas:

(a) desempenham também as funções de tesouraria

TI - Contrato de trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - inclui os trabalhadores que transitaram da anterior nomeação;

T lc - Contrato de trabalho em funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto

(b) Cargos dirigentes ou equiparados, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.

P- Providos e em exercício efetivo de funções na CIMT

O - Ocupados e não providos. Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações: Em mobilidade interna noutro organismo; Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.

 TL_M c) - Mobilidade na Câmara Municipal da Sertã
 TL_M d) - Mobilidade na Câmara Municipal do Porto
 TL_M e) - Mobilidade na Câmara Municipal de Mação

 AP- lugares a prover
 T- Total

ORGÃO EXECUTIVO	
Em ----- de ----- de -----	

ORGÃO DELIBERATIVO	
Em ----- de ----- de -----	

TL_f) - Postos de trabalho ocupados por trabalhadores a exercer cargos dirigentes, atendendo a que são lugares de origem

6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

ANO de 2018

Atribuições/Competências/Atividades

De acordo com o estatuído nos artigos 28 e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em cada exercício orçamental, o empregador público, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo incluir eventuais alterações a introduzir, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, deve constar do mapa de pessoal, a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Os Postos de Trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades especialidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos.

As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o mesmo detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas no conteúdo funcional das carreiras gerais (técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), que resulta do Anexo à Lei n.º 35/2014 – LTFP.

Perante o exposto e considerando que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, descrevem-se de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Competências no âmbito da Gestão da Contratualização

Dirigente ou equiparado - Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 1 - Gestão de projetos financiados por fundos comunitários; Análise financeira de projetos; Apresentação de candidaturas; Controle interno de candidaturas; elaboração de pedidos de pagamento; Controlo das despesas efetuadas e quitadas; Enquadramento de despesas; Preparação de orçamentos; Análise e acompanhamento de processos de aquisição; Relatórios de execução de projetos.

ATIVIDADE 2 - Análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, bem como no âmbito do encerramento do atual QCA III, incluindo verificações à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; Preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança, e higiene, transportes coletivos, energia, entre outros.

ATIVIDADE 3 - Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e/ou intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; Organização, análise, tratamento e avaliação de candidaturas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, incluindo verificações com vista à apreciação do enquadramento processual e financeiro nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de fundos comunitários.

ATIVIDADE 4 - Análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, bem como de Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificação à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; Utilização de aplicações informáticas específica para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; Colaborar na preparação de novos quadros comunitários para a região, nomeadamente no apoio à definição de estratégias municipais e intermunicipais.

ATIVIDADE 5 - Análise e acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificações ao local, com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; Elaboração de pareceres

técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; Preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança e higiene, manutenção de equipamentos, energia, entre outros.

ATIVIDADE 6 - Apoio no desenvolvimento de candidaturas a apresentar no âmbito do QREN; Gestão financeira e administrativa dos projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território e do Programa Operacional Regional do Centro; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; Desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; Elaboração de pedidos de pagamento; Acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; Controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e nacionais dos projetos intermunicipais; Elaboração dos autos de cedência aos municípios do imobilizado adquirido no âmbito dos projetos intermunicipais; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais.

ATIVIDADE 7 - (Concurso) - Organização, análise, tratamento e avaliação de candidaturas, nomeadamente de carácter municipal, intermunicipal e privado, no âmbito dos fundos comunitários, incluindo verificações administrativas com vista à apreciação do enquadramento processual e financeiro, nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; Organização, análise e elaboração de pareceres técnicos relativos à propostas de aprovação e execução de candidaturas; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Acompanhamento das atividades relacionadas com o exercício das atribuições da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nomeadamente no que se refere à temática do Empreendedorismo e a ligação às empresas e acompanhamento técnico, administrativo e financeiro dos respetivos projetos a desenvolver ou em desenvolvimento. Acompanhamento dos respetivos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes; Acompanhamento das atividades relacionadas com a implementação do Plano de Ação para a Dinamização do Ecossistema de Empreendedor do Médio Tejo; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de fundos comunitários; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão documental e processual da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Análise e acompanhamento de investimentos municipais e/ou intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, bem como por programas nacionais; Análise e acompanhamento de investimentos privados financiados por fundos e programas comunitários, bem como, por programas nacionais; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais.

ATIVIDADE 8 - (Concurso) - Elaboração de candidaturas a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros); Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução; Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIMT), nomeadamente,

condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIMT e cobrança de remunerações; Apoio ao serviço de Gestão Financeira/contabilidade da CIMT.

ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Competências no âmbito da Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

COMPETÊNCIA 1 - Organização, controlo, atualização e processamento dos seguros relativos a todo o imobilizado e recheio, bem como responsabilização por outros seguros que não estejam especificamente cometidos a outras unidades orgânicas; Elaboração e submissão a aprovação, da norma de controlo interno, bem como eventuais alterações da mesma; Elaboração de propostas de posturas e regulamentos e respetivas alterações; Proceder às aquisições necessárias, respeitando o disposto na legislação em vigor; Organização de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária aos serviços da CIMT; Assegurar a publicação no Diário da República de todos os diplomas, despachos, avisos e outros, que nele devam ser publicados.

ATIVIDADE 9 - Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita à proposta de elaboração da Conta de Gerência; Opções do Plano e Orçamento; Relatório de Atividades e PPI; assim como, execução do controlo orçamental por rubrica; Garantir o pagamento a fornecedores; Registo da receita e da despesa; Manutenção e atualização do Plano Económico, Patrimonial, Orçamental e Funcional; Análise e controlo das demonstrações financeiras (balanço, balancete); Inventariação do património - manter o seu registo atualizado e registo das amortizações; Apresentação de sugestões para melhoria dos serviços de gestão financeira.

ATIVIDADE 10 - Elaboração e proposta de instrumentos de gestão provisional de recursos humanos, mais concretamente na definição do mapa de pessoal, com análise integrada dos perfis de competências dos Postos de Trabalho; Implementar o modelo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na CIMT, de acordo com a Norma de Qualidade NP 4427 (sistema de Gestão da Qualidade de Gestão de Recursos Humanos); Definição da Política de Gestão da Assiduidade e de Circuito de Processamento, de forma a obter eficiência, de acordo com os quadros normativos em vigor; estudar e propor medidas de racionalização e otimização de recursos humanos, com vista a contribuir para a redução de custos; identificar as necessidades em matéria de recursos humanos e propor a aplicação dos instrumentos adequados à seleção e recrutamento de trabalhadores, nomeadamente, promover e conduzir a tramitação de procedimentos concursais, nos termos da Portaria n.º 983-A/2009, de 22 de janeiro, e diligenciar pelo recurso aos instrumentos de mobilidade interna e cedência de interesse público, previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações previstas na Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro revogada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Implementação e acompanhamento, enquanto instrumento gestor, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, de acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; Implementação do Balanced Scorecard como metodologia estratégica de suporte à consecução da gestão por objetivos e do SIADAP na CIMT, nomeadamente com a Elaboração do Mapa Estratégico e a sua articulação e desdobramento para os QUAR's dos Serviços da CIMT; Elaboração e proposta de uma estratégia de harmonização para a implementação do SIADAP, nomeadamente nas

matérias relativas a objetivos, desdobramento e alinhamento estratégico e competências; Propor e impulsionar as medidas adequadas à promoção dos trabalhadores em matéria de gestão de carreiras, de acordo com o mérito e resultados alcançados no âmbito do sistema de avaliação de desempenho; Informar e formular as cláusulas contratuais relativas a contratos de trabalho, de acordo com o regime do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro; analisar e elaborar propostas de decisão sobre questões formuladas pelos trabalhadores, em matérias como a acumulação de funções, atribuição de horários de trabalho especial, prestação de trabalho extraordinário, direito a férias, segurança social e outras; Desenvolvimento de programas e ações com vista à desburocratização, simplificação e racionalização do funcionamento da CIMT, com implementação de boas práticas gestionárias.

ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Competências no âmbito da Formação

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 11 - Elaboração de candidaturas de formação profissional, de âmbito intermunicipal, a financiamento externo, designadamente fundos comunitários; Recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas financiadas, designadamente por fundos comunitários, assegurando o acompanhamento e desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento; Recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; Alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/Gestão das pessoas com a estratégia da Comunidade Intermunicipal; Preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas referentes aos processos de admissão, de alteração de posicionamento remuneratório, de formação e avaliação de desempenho dos trabalhadores, do respetivo cadastro e remunerações, designadamente: Desenvolvimento e acompanhamento técnico-processual dos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal, nas suas diversas modalidades e em todas as suas fases; Organização e operacionalização de toda a tramitação do processo de avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP; Elaboração de propostas de formação, de atualização de conhecimentos e valorização dos percursos profissionais dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal; desenvolvimento do planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação, designadamente, assegurando o contacto institucional com os/as formadores/as para agendamento de ações de formação, promovendo a divulgação das ações de formação, seminários, workshop's ou outras iniciativas na área formativa aos municípios associados da CIMT; Assegurar o acompanhamento técnico-administrativo da formação organizada pela Comunidade Intermunicipal, designadamente, assegurando o número mínimo de inscrições, os procedimentos de contratação de formadores/as, a disponibilização dos recursos pedagógicos necessários, assegurando a abertura e encerramento das ações, elaboração do dossier técnico-pedagógico e a emissão de certificados; Organizar e manter atualizados os processos individuais, o cadastro, os registos biográficos dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, férias e licenças; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.

Assistente Técnico - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

COMPETÊNCIA 2 - Apoio administrativo à área da formação; Responsabilidade pelo aprovisionamento e tesouraria; Submissão de pedidos de pagamento; Apoio na organização de reuniões e outros eventos organizados pela CIMT; Gestão da frota automóvel.

ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Competências no âmbito da Modernização Administrativa

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 12 - (concurso) - Acompanhamento de apoio e suporte técnico ao Internet Data Center, bem como dos serviços de manutenção dos servidores, redes e UPS da CIMT; Desenvolvimento e acompanhamento dos procedimentos de contratação pública ligados à capacitação e modernização da Administração Local da Região do Médio Tejo; Acompanhamento físico e financeiro de projetos intermunicipais no âmbito da capacitação e modernização da Administração Local da Região do Médio Tejo; Apoio aos serviços da CIMT na utilização e manutenção dos meios informáticos que tenham à sua disposição, garantindo a correta exploração das aplicações informáticas e de utilização de hardware; Elaboração, em colaboração com diversos serviços, a programação plurianual de necessidades e recursos nos domínios da informatização, visando a atualização permanente das capacidades dos equipamentos instalados e dos suportes lógicos.

Especialista de Informática

ATIVIDADE 13 - Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Assistência e responsabilização de tarefas específicas inerentes ao funcionamento de IDC's (Internet Data Center); Apoio à gestão nos domínios do planeamento de sistemas de informação e de tecnologias da comunicação e do aconselhamento técnico; Configuração e instalação de peças de suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de bases de dados e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; Realização de pareceres técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças de suporte lógico de base; Apoio a utilizadores finais na operação de equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas; Prestação dos seus serviços à CIMT e Serviços Técnicos dos municípios associados.

ATIVIDADE 14 - Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Apoio na implementação e gestão da candidatura SAMA – Médio Tejo Online para a CIMT e autarquias; Apoio na implementação dos sítios autárquicos; Apoio ao desenvolvimento de todas as atividades inerentes ao serviço de informática; Apoio na implementação técnica de

projetos financiados por fundos comunitários; Gestão, manutenção e administração de rede e de sistemas dos Servidores do IDC – Internet Data Center.

ATIVIDADE 15 (concurso) - Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Conceção e desenvolvimento da arquitetura e acompanhamento da implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Definição dos padrões de qualidade e avaliação dos impactes, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação, garantindo a normalização e fiabilidade da informação, assim como normalização dos modelos de dados e estruturação dos conteúdos e fluxos informacionais da organização e definição das normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; Definição e desenvolvimento das medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificação das normas de salvaguarda e de recuperação da informação; Realização de estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática tendo em conta a realidade da CIMT e autarquias; planeamento e desenvolvimento de projetos de infra-estruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção para o IDC restantes necessidades intermunicipais; configuração e instalação de peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; configuração, gestão e administração dos recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os incidentes de exploração, e elaboração das normas e documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação; Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada e processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados quer na CIMT quer nos projetos intermunicipais; Realização de estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base tendo em conta a legislação de contratação pública em vigor (CCP); elaboração de rotinas e programas utilitários e definição de procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados assim como a prestação de apoio aos utilizadores na operação dos equipamentos informáticos e definição dos procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados; desenvolvimento e gestão de projetos intermunicipais no âmbito de candidaturas de modernização administrativa.

UNIDADE DE APOIO AO SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL:

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

COMPETÊNCIA 1 - Assegurar a representação do Secretário Executivo nos atos que este determinar; Apoio no planeamento, articulação e implementação de ações para a promoção desenvolvimento regional e de parcerias; Elaboração de estudos e de informações ou pareceres necessários à tomada de decisões superiores que caibam no âmbito da competência própria, bem como à formulação de propostas a submeter superiormente; Propor e coordenar a implementação de iniciativas de promoção

e funcionamento de Grupos de Trabalho Intermunicipal; Apoio na implementação de medidas de apoio de cooperação intermunicipal e com outras instituições a nível nacional e internacional; Participação em júris de Procedimentos concursais;

ATIVIDADE 1 - Elaboração de Planos de Comunicação e Marketing Global de âmbito intermunicipal; Apresentação de candidaturas financiadas por fundos comunitários; Divulgação regional e local na imprensa; Compilação e elaboração das estruturas taxionómicas e suas respetivas descrições, de forma a permitir a disponibilização de serviços on-line, a promoção à cidadania eletrónica, através da disponibilização de vários portais; Preparação de orçamentos; Apoio à preparação de STAND's representativos da CIMT; Análise e acompanhamento de processos de aquisição de material promocional e estudo e preparação de diversos materiais de divulgação no âmbito das diferentes iniciativas conjuntas dos Municípios, de modo a criar uma imagem coesa da Região do Médio Tejo; Apoio na preparação de reuniões, nomeadamente, as reuniões dos órgãos da CIMT; Organização da agenda e desempenho de outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação; Promoção dos contactos com stakeholders.

UNIDADE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E PROJETOS INTERMUNICIPAIS:

Dirigente ou equiparado - Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - **Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).**

COMPETÊNCIA 1 - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

ATIVIDADE 1 - Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio na preparação dos instrumentos de operacionalização da estratégia intermunicipal e no funcionamento dos respetivos mecanismos de governação territorial integrada; Recolha, acompanhamento e difusão pelos serviços, da informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, e oportunidades de investimento e financiamento com interesse intermunicipal; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento; Assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio da Mobilidade e Transportes, incluindo a gestão técnica do serviço de Transporte a Pedido, apoio à elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, e apoio à atividade do Observatório da Mobilidade do Médio Tejo; Apoio ao exercício das atribuições da CIMT em matéria de Mobilidade e Transporte e das competências de Autoridade de Transportes no contexto da aplicação do Regime Jurídico de Serviço Público de

Transporte de Passageiros; Colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades.

ATIVIDADE 2 - Promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, para o desenvolvimento territorial do Médio Tejo, com enfoque nas vertentes da promoção do turismo e da atividade empresarial, na sequência da elaboração de candidaturas a fundos comunitários no âmbito do QREN; Apoio em ações intermunicipais, designadamente, para a promoção da região a nível nacional e internacional, nomeadamente, na recolha e sistematização de dados a respeito da atividade turística do Médio Tejo e para desenvolvimento, entre outros, do projeto "Afirmação Territorial do Médio Tejo"; Divulgação da informação devidamente estruturada através das novas tecnologias (sites).

ATIVIDADE 3 - Apoio ao desenvolvimento do projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e projetos intermunicipais no domínio social, incluído a preparação e acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020 ou outras fontes de financiamento; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento dos projetos e candidaturas; Apoio ao desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; Acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Colaboração no acompanhamento da execução física dos projetos inseridos nas Opções do Plano, em articulação com os restantes serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Colaboração com os vários serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na elaboração de planos e relatórios de atividades e regulamentos.

ATIVIDADE 4 - Apoio à organização inicial e gestão dos processos de autorização provisória no contexto do exercício das competências de autoridade de transportes; Apoio à monitorização, gestão técnica e desenvolvimento do projeto transporte a pedido no Médio Tejo; Apoio ao desenvolvimento de projetos intermunicipais no âmbito da mobilidade suave; apoio ao desenvolvimento de projetos no âmbito da mobilidade e transportes, incluído a preparação e acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020 ou outras fontes de financiamento; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento dos projetos e candidaturas; Apoio ao desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; Acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Colaboração no acompanhamento da execução física dos projetos inseridos nas Opções do Plano, em articulação com os restantes serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Colaboração com os vários serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na elaboração de planos e relatórios de atividades e regulamentos.

ATIVIDADE 5 - (concurso) - Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIMT, em particular nas áreas de valorização económica dos recursos endógenos, desenvolvimento turístico, cultural e desportivo; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Apoio na articulação entre a CIMT, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Apoio na realização de ações de comunicação e iniciativas para a promoção da região a nível nacional e internacional; Assegurar a atualização e gestão de conteúdos do Portal Regional e outras plataformas desenvolvidas no âmbito dos projetos culturais e turísticos; Colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.

UNIDADE DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO / RECURSOS NATURAIS:

Dirigente ou equiparado - Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - **Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).**

ATIVIDADE 1 - Apoio à implementação e desenvolvimento de projetos intermunicipais, em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no âmbito do planeamento, ordenamento do território e políticas de conservação da natureza; Acompanhamento, na execução e atualização de Cartografia Multicodificada, seu controlo de qualidade, posterior tratamento e integração em SIG; Apoio na organização temática de ações de formação; Acompanhamento de projetos relacionados com as atribuições e competências das Autarquias no âmbito da legislação nacional sobre o Ruído; Caracterização e avaliação do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território, nomeadamente na elaboração de cartas temáticas de REN, RAN, Risco de Erosão de Solos, Riscos de Cheias, Cadastro, entre outras; Apoio na elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de projetos em curso na área em causa, nomeadamente: Cartografia Multicodificada à escala 1:2000, levantamento de Conteúdos Georeferenciados, Disponibilização de Conteúdos Georeferenciados na Internet e Intranets Municipais; Manuseamento dos softwares: ArcGis, Ngxis, Microstation e IrasC; Tratamento de informação proveniente dos Planos Diretores Municipais e outros instrumentos de planeamento nos domínios de intervenção da CIMT e dos Municípios associados; Acompanhamento e apoio de projetos intermunicipais para a rentabilização da atividade da CIMT, entre outros, no âmbito da promoção regional, de que é exemplo a sinalização turística, etc.

ATIVIDADE 2 - Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; Apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; Atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Levantamentos de campo georeferenciados com recursos a GPS submétrico; colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; Análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; Integração de cartografia digital em ambiente SIG; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.

ATIVIDADE 3 - Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; Apoio técnico externo nas

plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; Atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; Recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; Análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; Integração de cartografia digital em ambiente SIG; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.

ATIVIDADE 4 - Apoio nos procedimentos de execução de cartografia digital multicodificada de grande escala, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; Apoio nos procedimentos para a atualização das folhas de cartografia multicodificada 10K, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; Apoio na coordenação do equipamento GPS entre os diversos Municípios, análise das duas Estações de Referência Permanentes implementadas na área da CIMT; Apoio à realização de projetos do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da CIMT, nomeadamente na integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da WEB; Acompanhamento e controlo de qualidade de levantamentos de conteúdos georreferenciados, a serem recolhidos em campo; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; Validar, estruturar e integrar em SIG dados provenientes de várias fontes e em diferentes formatos e precisões; Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; Apoio na preparação e introdução de Informação Geográfica no site regional, nomeadamente na plataforma MuniSig Web.

ATIVIDADE 5 - (Concurso) - Apoio técnico nos procedimentos de execução e/ou atualização de cartografia topográfica e topográfica de imagem de diferentes escalas, elaboradas mediante as normas da Direção- Geral do Território (DGT), bem como realização do respetivo controlo de qualidade; Apoio técnico nos procedimentos de execução de cadastro em variadas temáticas (e.g. predial, sinalética, infraestruturas); Integração de cartografia topográfica e outra informação/conteúdos em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Apoio técnico aos municípios no âmbito da atualização pontual de cartografia para efeitos de homologação, necessária para a elaboração dos vários Planos; No âmbito da cartografia e do cadastro, elaboração e assinatura de relatórios técnicos de produção/atualização ou fiscalização de cartografia topográfica ou topográfica de imagem, entre outros, a diferentes escalas com vista à sua homologação; Acompanhamento e controlo de qualidade de levantamentos de conteúdos georreferenciados, a serem recolhidos em campo; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; Atualização e gestão de bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão de cariz municipal e intermunicipal; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na elaboração das especificações técnicas dos procedimentos de Contratação pública; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) e de desenho (cartografia) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada;

Assistente Técnico



COMPETÊNCIA 1 - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

ATIVIDADE 6 - Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; Colaboração na Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; Integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização no sistema WebSIG; Apoio na preparação de informação geográfica e outros conteúdos a constar no sítio regional e outras aplicações; Apoio no Controlo de qualidade de cartografia digital e redes de cadastro, elaborada mediante as normas técnicas e requisitos específicos; Apoio nos trabalhos de campo, recolha de informação e coordenação de pontos em campo; Atendimento, consolidação de reservas e resolução de constrangimentos no âmbito do projeto transporte a pedido.

6.3 Grandes Opções do Plano

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																						
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																						
01 01	2015/1			Promoção e divulgação																				
01 01	2015/1	1		Plataforma de alojamento e desenvolvimento Web para os municípios do Médio Tejo e CIMT	02	070108	O	100		MP	01/2013	12/2018	4		20.689	20.689								20.689
01 01	2015/3			Médio Tejo - Marketing Territorial																				
01 01	2015/3	1		Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2018	4		19.373	19.373								19.373
01 01	2017/2			Rotas e Percursos em Património Natural																				
01 01	2017/2	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	3	29.520	218.375	218.375		15.000						262.895
01 01	2017/2	3		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2018	0		30.750	30.750								30.750
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede																				
01 01	2017/3	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		25.000	25.000								25.000
01 01	2017/3	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2019	3	16.785	22.140	22.140		22.140						61.065
01 01	2017/3	3		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	3.981	615	615		615						5.211
01 01	2017/3	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	41	59	MP	01/2017	12/2019	0	19.148	36.730	36.730		31.730						87.608
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																				
01 01	2017/4	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		58.763	58.763								58.763
01 01	2017/4	2		Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		110.190	110.190		60.000						170.190
01 01	2017/4	6		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	1.230	195.913	195.913		180.000						377.143
01 01	2017/4	7		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	2	74.908	172.932	172.932		10.000						257.840
01 01	2017/4	8		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		95.300	95.300		25.000						120.300
01 01	2017/4	9		Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		8.610	8.610		8.610						17.220
Totais do Programa 01:														145.572	1.015.380	1.015.380		353.095					1.514.047	
Totais do Objetivo 01:														145.572	1.015.380	1.015.380	0	353.095	0	0	0	0	1.514.047	
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																						
02 03		Promoção do Empreendedorismo																						
02 03	2016/1			Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																				
02 03	2016/1	1		Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3		8.500	8.500								8.500
02 03	2016/1	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	28.160	86.876	86.876								115.036
02 03	2016/1	3		Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	120	650	650								770
02 03	2016/1	4		Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3		350	350								350
02 03	2016/1	5		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	16.577	2.500	2.500								19.077

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				2018				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
02				Incorporar o valor na atividade empresarial																		
02 03				Promoção do Empreendedorismo																		
02 03	2016/1	6		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	10.826	80.470	80.470						91.296	
02 03	2017/5			Implementação do Plano de Acção																		
02 03	2017/5	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2017	06/2018	0		500	500						500	
02 03	2017/5	2		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	100		MP	01/2017	06/2018	0		250	250						250	
Totais do Programa 03:													55.683	180.096	180.096							235.779
Totais do Objetivo 02:													55.683	180.096	180.096	0	0	0	0	0	0	235.779
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03 01	2015/9			Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03 01	2015/9	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2020	3	134.132	113.914	113.914	100.159	10.000				358.205	
03 01	2015/9	2		Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		120.000	120.000	130.000					250.000	
03 01	2015/9	3		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		51.800	51.800						51.800	
03 01	2015/9	5		Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		18.345	18.345	16.500	16.500				51.345	
03 01	2015/9	6		Publicidade	02 020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		17.300	17.300	17.300	17.300				51.900	
03 01	2015/9	7		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	3	9.430	172.273	172.273	126.373	66.098				374.174	
03 01	2015/9	8		Serviços de saúde	02 020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2020	3	400	10.000	10.000	10.000	10.000				30.400	
03 01	2015/9	9		Material de educação, cultura e recreio	02 020120	O	15	85	MP	01/2018	12/2018	0		61.000	61.000						61.000	
03 01	2015/9	10		Locação de outros bens	02 020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		30.000	30.000	30.000	30.000				90.000	
03 01	2015/9	11		Transportes	02 020210	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		19.926	19.926	19.926	19.926				59.778	
03 01	2015/9	12		Outros Serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		117.730	117.730	117.730	92.730				328.190	
03 01	2015/9	13		Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2018	12/2018	0		65.000	65.000						65.000	
Totais do Programa 01:													143.962	797.288	797.288	567.988	262.554					1.771.792
03 03				Unidades Móveis de Saúde																		
03 03	2015/11			Unidades Móveis de Saúde																		
03 03	2015/11	5		Locação de outros bens	02 020208	O	100		MP	01/2017	12/2022	3	5.425	21.370	21.370	19.726	19.726	19.726	9.863		95.836	
Totais do Programa 03:													5.425	21.370	21.370	19.726	19.726	19.726	9.863		95.836	
03 04				Médio Tejo Inclusivo																		
03 04	2018/1			Médio Tejo Inclusivo																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
03															Promover a coesão e a qualidade de vida							
03 04															Médio Tejo Inclusivo							
03	04	2018/1	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	61.500	61.500		75.000	75.000		211.500		
03	04	2018/1	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	6.150	6.150		5.000	5.000		16.150		
03	04	2018/1	3	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	3.075	3.075		2.500	2.500		8.075		
03	04	2018/1	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	61.500	61.500		150.000	150.000		361.500		
03	04	2018/2		MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género																		
03	04	2018/2	1	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0	84.971	84.971		26.694			111.665		
Totais do Programa 04:														217.196	217.196		259.194	232.500				708.890
Totais do Objetivo 03:														149.387	1.035.854	1.035.854	0	846.908	514.780	19.726	9.863	2.576.518
04															Consolidar a massa crítica urbana							
04 01															Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo							
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																		
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O	100		MP	01/2013	12/2019	4	1.801	7.000	7.000				8.801		
04	01	2015/12	6	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2012	12/2020	4		3.075	3.075	3.075	3.075		9.225		
04	01	2015/12	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2012	12/2020	4	56.700	96.390	96.390	72.260	77.260		302.610		
04	01	2015/12	11	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2016	12/2020	0		1.230	1.230	1.230	1.230		3.690		
04	01	2015/12	12	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2018	12/2018	0		30.750	30.750				30.750		
04	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																		
04	01	2015/14	2	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2016	12/2019	0		92.251	13.838	78.413	75.000		167.251		
04	01	2015/14	3	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2018	12/2019	0		30.751	4.613	26.138	25.000		55.751		
04	01	2017/6		Autoridade de Transportes																		
04	01	2017/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		122.385	122.385	25.000			147.385		
04	01	2017/6	4	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2018	12/2019	0		1.230	1.230	1.230			2.460		
04	01	2017/6	5	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2018	12/2019	0		1.230	1.230	1.230			2.460		
04	01	2018/3		Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo																		
04	01	2018/3	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0				13.828			13.828		
04	01	2018/3	2	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		265.680	265.680	109.470			375.150		
04	01	2018/3	3	Central telefónica	02	070109	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		4.244	4.244	1.230	1.230		6.704		
04	01	2018/3	4	Comunicações	02	020209	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		6.396	6.396	7.100	7.700		21.196		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																		
04 01	2018/3	5		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		3.998	3.998		13.428					17.426
Totais do Programa 01:													58.501	666.610	562.059	104.551	349.081	90.495			1.164.687	
04 02				Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																		
04 02	2015/15			Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																		
04 02	2015/15	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000
04 02	2015/15	2		Seminários, exposições e similares	02 020216	O	100		MP	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000
04 02	2015/15	3		Publicidade	02 020217	O	100		MP	01/2017	01/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000
04 02	2015/15	4		Prémios, condecorações e ofertas	02 020115	O	100		MP	01/2018	12/2020	0		100	100		10.000	10.000				20.100
Totais do Programa 02:														3.100	3.100		13.000	13.000			29.100	
Totais do Objetivo 04:													58.501	669.710	565.159	104.551	362.081	103.495	0	0	1.193.787	
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05 01	2015/17			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05 01	2015/17	1		Saúde no trabalho	02 020222	O	100		MP	01/2015	09/2019	2		890	890		316					1.206
05 01	2015/17	2		Segurança e higiene no trabalho	02 020222	O	100		MP	01/2015	09/2019	2	39	390	390		180					609
05 01	2015/17	3		Conservação e reparação	02 020203	O	100		MP	01/2017	09/2019	0		310	310		100					410
05 01	2015/17	4		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	100		MP	01/2017	09/2019	0		500	500		100					600
Totais do Programa 01:													39	2.090	2.090		696			2.825		
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																		
05 04	2015/20			Serviços Online - Plataforma de Educação	02 070115	O	100		MP	01/2014	12/2018	4	19.565	29.545	29.545							49.110
05 04	2016/7			Modernização Administrativa - CIMT																		
05 04	2016/7	1		Programa de licenciamento em volume Enterprise Agreement	02 070108	O	100		MP	07/2017	06/2019	2		18.929	18.929		18.929					37.858
05 04	2016/7	2		Hardware	02 070107	O	100		MP	01/2016	12/2018	0		5.000	5.000							5.000
05 04	2016/7	3		Software	02 070108	O	100		MP	01/2016	12/2018	0		10.000	10.000							10.000
05 04	2016/7	4		Assistência técnica	02 020219	O	100		MP	01/2016	08/2019	3	40.050	50.000	50.000		30.000					120.050
05 04	2016/7	5		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2016	12/2018	0		1.000	1.000							1.000
05 04	2016/9			Médio Tejo Online 2020																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
														2018			Anos seguintes						
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																							
05	04	2016/9	1	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	312.500	50.000	262.500	312.500					625.000		
05	04	2016/9	2	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	212.500	50.000	162.500	312.500					525.000		
				Integração e Partilha de Serviços																			
05	04	2017/8	1	Central de compras - Locação de plataforma	02 020208	O	100		MP	01/2011	12/2020	4	20.498	615	615	615	615					22.343	
05	04	2017/8	2	Central de compras - Consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2011	12/2020	4	5.125	25.830	25.830	25.830	25.830					82.615	
05	04	2017/8	5	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0	40.000	10.000	30.000							40.000	
Totais do Programa 04:													85.238	705.919	250.919	455.000	700.374	26.445				1.517.976	
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																							
Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa																							
05	07	2016/10	1	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	13.435	83.186	83.186		5.000	1.000	1.000			103.621	
05	07	2016/10	2	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	14.425	466.630	466.630		10.000	5.000	5.000			501.055	
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																							
05	07	2016/12	1	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	479	40.000	40.000	30.000	30.000	10.000	10.000			120.479	
05	07	2016/12	2	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	200.000	200.000		30.000	20.000	10.000	10.000			270.000	
05	07	2016/12	3	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	241.020	241.020		100.000	50.000	30.000	40.000			461.020	
05	07	2016/12	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	8.180	86.100	40.000	46.100							94.280
05	07	2016/12	5	Apoio técnico especializado	02 020219	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		5.000	5.000		1.000	1.000				7.000	
05	07	2016/12	6	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		4.000	3.000	1.000	2.000	2.000				8.000	
Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																							
05	07	2016/13	1	Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02 070115	O	5	95	MP	01/2016	12/2023	3	340.613	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	50.000			394.613
05	07	2016/13	2	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	20.000	10.000	10.000	30.000	20.000	20.000	30.000			120.000	
05	07	2016/13	3	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	60.000	30.000	30.000	100.000	100.000	70.000	50.000			380.000	
05	07	2016/13	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	10.000	5.000	5.000	2.000	2.000	2.000	1.000			17.000	
05	07	2016/13	5	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0	30.000	10.000	20.000	30.000	20.000	10.000	10.000			100.000	
05	07	2016/13	6	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0	4.000	3.000	1.000	2.000	2.000					8.000	
Adaptação às Alterações Climáticas																							
05	07	2016/14	1	Ouros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	120.000	100.000	20.000	300.000	80.000					500.000	
05	07	2016/14	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	2	124.445	124.445								124.445	
05	07	2016/14	3	Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0	2.000	1.000	1.000	1.000						3.000	
05	07	2016/14	4	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0	55.000	50.000	5.000	100.000	10.000	10.000				175.000	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2016/14	5	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		50.000	50.000		100.000	10.000	10.000	5.000	175.000
05	07	2018/4		Médio Tejo – Eficiência hídrica/Entidades Gestoras Agregadas																		
05	07	2018/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2021	0		55.000	50.000	5.000	5.000	5.000	1.000		66.000
Totais do Programa 07:														377.132	1.657.381	1.513.281	144.100	834.000	368.000	180.000	212.000	3.628.513
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																						
05	09	2015/37		Formação da Administração Local																		
05	09	2015/37	1	Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0	5.560	43.430	43.430						48.990
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0	847	10.858	10.858						11.705
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			4.000	4.000						4.000
05	09	2015/37	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			1.000	1.000						1.000
05	09	2015/37	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			750	750						750
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																		
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802	O	100		MP	01/2015	12/2018		6.143	10.000	10.000						16.143
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02	020216	O	100		MP	01/2015	12/2018			2.500	2.500						2.500
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02	020225	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		53.395	53.395						53.395
05	09	2017/9		Formação de Projetos Intermunicipais																		
05	09	2017/9	1	Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		8.820	8.820						8.820
05	09	2017/9	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		2.205	2.205						2.205
05	09	2017/9	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		2.000	2.000						2.000
05	09	2017/9	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		500	500						500
05	09	2017/9	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		500	500						500
Totais do Programa 09:														12.550	139.958	139.958					152.508	
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal d																						
05	10	2017/10		Aquisição de Equipamento Básico	02	070106	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500						500
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111	A	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500						500
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02	070113	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500						500
Totais do Programa 10:															1.500	1.500					1.500	
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INT																						
05	11	2017/13		Transferências correntes	02	040901	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000						1.000

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2018				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INT																						
05	11	2017/14		Transferências de capital	02	080901	O	100		MP	01/2017	12/2018	0	10.000	10.000						10.000	
Totais do Programa 11:														11.000	11.000					11.000		
Totais do Objetivo 05:														474.959	2.517.848	1.918.748	599.100	1.535.070	394.445	180.000	212.000	5.314.322
Total Geral:														884.102	5.418.888	4.715.237	703.651	3.097.154	1.012.720	199.726	221.863	10.834.453

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.4 Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2018				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)				
01				Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																			
01 01				Afirmação Territorial do Médio Tejo																			
01 01	2015/1			Promoção e divulgação																			
01 01	2015/1	1		Plataforma de alojamento e desenvolvimento Web para os municípios do Médio Tejo e CIMT	02	070108	O		100	MP	01/2013	12/2018	4		20.689	20.689						20.689	
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede																			
01 01	2017/3	1		Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2017	12/2018	0		25.000	25.000						25.000
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																			
01 01	2017/4	1		Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2017	12/2018	0		58.763	58.763						58.763
01 01	2017/4	2		Outros investimentos	02	070115	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		110.190	110.190	60.000					170.190
Totais do Programa 01:														0	214.642	214.642	0	60.000	0	0	0	0	274.642
Totais do Objetivo 01:														0	214.642	214.642	0	60.000	0	0	0	0	274.642
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																			
03 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03 01	2015/9			Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03 01	2015/9	2		Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2016	12/2019	0		120.000	120.000	130.000					250.000
03 01	2015/9	3		Outros investimentos	02	070115	O		15	85	MP	01/2016	12/2018	0		51.800	51.800						51.800
03 01	2015/9	13		Hardware	02	070107	O		15	85	MP	01/2018	12/2018	0		65.000	65.000						65.000
Totais do Programa 01:														0	236.800	236.800	0	130.000	0	0	0	0	366.800
Totais do Objetivo 03:														0	236.800	236.800	0	130.000	0	0	0	0	366.800
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
04 01	2015/12			Transporte a Pedido																			
04 01	2015/12	12		Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2018	12/2018	0		30.750	30.750							30.750
04 01	2015/14			Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																			
04 01	2015/14	2		Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2016	12/2019	0		92.251	13.838	78.413	75.000					167.251
04 01	2018/3			Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo																			
04 01	2018/3	1		Hardware	02	070107	O		15	85	MP	01/2018	12/2019	0				13.828					13.828
04 01	2018/3	2		Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2018	12/2019	0		265.680	265.680	109.470					375.150

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
04 01	2018/3	3		Central telefónica	02 070109	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	4.244	4.244		1.230	1.230					6.704	
Totais do Programa 01:													0	392.925	314.512	78.413	199.528	1.230	0	0	593.683		
Totais do Objetivo 04:													0	392.925	314.512	78.413	199.528	1.230	0	0	593.683		
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																			
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																			
05 04	2015/20			Serviços Online - Plataforma de Educação	02 070115	O	100		MP	01/2014	12/2018	4	19.565	29.545	29.545								49.110
05 04	2016/7			Modernização Administrativa - CIMT																			
05 04	2016/7	1		Programa de licenciamento em volume Enterprise Ageement	02 070108	O	100		MP	07/2017	06/2019	2	18.929	18.929		18.929							37.858
05 04	2016/7	2		Hardware	02 070107	O	100		MP	01/2016	12/2018	0	5.000	5.000									5.000
05 04	2016/7	3		Software	02 070108	O	100		MP	01/2016	12/2018	0	10.000	10.000									10.000
05 04	2016/9			Médio Tejo Online 2020																			
05 04	2016/9	1		Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	312.500	50.000	262.500	312.500							625.000
05 04	2016/9	2		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	212.500	50.000	162.500	312.500							525.000
Totais do Programa 04:													19.565	588.474	163.474	425.000	643.929	0	0	0	1.251.968		
05 07				Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																			
05 07	2016/10			Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa																			
05 07	2016/10	1		Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	13.435	83.186	83.186		5.000	1.000	1.000				103.621
05 07	2016/10	2		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	14.425	466.630	466.630		10.000	5.000	5.000				501.055
05 07	2016/12			Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																			
05 07	2016/12	1		Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	479	40.000	40.000		30.000	30.000	10.000	10.000			120.479
05 07	2016/12	2		Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	200.000	200.000		30.000	20.000	10.000	10.000				270.000
05 07	2016/12	3		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	241.020	241.020		100.000	50.000	30.000	40.000				461.020
05 07	2016/13			Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																			
05 07	2016/13	1		Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02 070115	O	5	95	MP	01/2016	12/2023	3	340.613	1.000	1.000		1.000	1.000	1.000	50.000			394.613
05 07	2016/13	2		Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	20.000	10.000	10.000	30.000	20.000	20.000	30.000				120.000
05 07	2016/13	3		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	60.000	30.000	30.000	100.000	100.000	70.000	50.000				380.000
05 07	2016/13	5		Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0	30.000	10.000	20.000	30.000	20.000	10.000	10.000				100.000
05 07	2016/14			Adaptação às Alterações Climáticas																			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2018				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2016/14	1	Ouros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		120.000	100.000	20.000	300.000	80.000				500.000
05	07	2016/14	5	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		50.000	50.000		100.000	10.000	10.000	5.000		175.000
Totais do Programa 07:													368.952	1.311.836	1.231.836	80.000	721.000	346.000	167.000	211.000		3.125.788
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal d																						
05	10	2017/10		Aquisição de Equipamento Básico	02 070106	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500							500
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02 070111	A	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500							500
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02 070113	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		500	500							500
Totais do Programa 10:													0	1.500	1.500	0	0	0	0	0		1.500
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INT																						
05	11	2017/14		Transferências de capital	02 080901	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		10.000	10.000							10.000
Totais do Programa 11:													0	10.000	10.000	0	0	0	0	0		10.000
Totais do Objetivo 05:													388.517	1.911.810	1.406.810	505.000	1.364.929	346.000	167.000	211.000		4.389.256
Total Geral:													388.517	2.756.177	2.172.764	583.413	1.754.457	347.230	167.000	211.000		5.624.381

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.5 Atividades Mais Relevantes

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																					
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																					
01 01	2015/3			Médio Tejo - Marketing Territorial																			
01 01	2015/3	1		Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2018	4		19.373	19.373						19.373	
01 01	2017/2			Rotas e Percursos em Património Natural																			
01 01	2017/2	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	3	29.520	218.375	218.375		15.000				262.895	
01 01	2017/2	3		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2018	0		30.750	30.750						30.750	
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede																			
01 01	2017/3	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2019	3	16.785	22.140	22.140		22.140				61.065	
01 01	2017/3	3		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	3.981	615	615		615				5.211	
01 01	2017/3	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	41	59	MP	01/2017	12/2019	0	19.148	36.730	36.730		31.730				87.608	
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																			
01 01	2017/4	6		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	1.230	195.913	195.913		180.000				377.143	
01 01	2017/4	7		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	2	74.908	172.932	172.932		10.000				257.840	
01 01	2017/4	8		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		95.300	95.300		25.000				120.300	
01 01	2017/4	9		Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		8.610	8.610		8.610				17.220	
Totais do Programa 01:														145.572	800.738	800.738	0	293.095	0	0	0	0	1.239.405
Totais do Objetivo 01:														145.572	800.738	800.738	0	293.095	0	0	0	0	1.239.405
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																					
02 03		Promoção do Empreendedorismo																					
02 03	2016/1			Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																			
02 03	2016/1	1		Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3		8.500	8.500						8.500	
02 03	2016/1	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	28.160	86.876	86.876						115.036	
02 03	2016/1	3		Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	120	650	650						770	
02 03	2016/1	4		Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3		350	350						350	
02 03	2016/1	5		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	16.577	2.500	2.500						19.077	
02 03	2016/1	6		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	06/2018	3	10.826	80.470	80.470						91.296	
02 03	2017/5			Implementação do Plano de Acção																			
02 03	2017/5	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	06/2018	0		500	500						500	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2018				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
02				Incorporar o valor na atividade empresarial																		
02 03				Promoção do Empreendedorismo																		
02	03	2017/5	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100	MP	01/2017	06/2018	0		250	250						250	
Totais do Programa 03:													55.683	180.096	180.096	0	0	0	0	0	0	235.779
Totais do Objetivo 02:													55.683	180.096	180.096	0	0	0	0	0	0	235.779
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03	01	2015/9	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2020	3	134.132	113.914	113.914	100.159	10.000			358.205	
03	01	2015/9	5	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		18.345	18.345	16.500	16.500			51.345	
03	01	2015/9	6	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		17.300	17.300	17.300	17.300			51.900	
03	01	2015/9	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	3	9.430	172.273	172.273	126.373	66.098			374.174	
03	01	2015/9	8	Serviços de saúde	02	020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2020	3	400	10.000	10.000	10.000	10.000			30.400	
03	01	2015/9	9	Material de educação, cultura e recreio	02	020120	O	15	85	MP	01/2018	12/2018	0		61.000	61.000					61.000	
03	01	2015/9	10	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		30.000	30.000	30.000	30.000			90.000	
03	01	2015/9	11	Transportes	02	020210	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		19.926	19.926	19.926	19.926			59.778	
03	01	2015/9	12	Outros Serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		117.730	117.730	117.730	92.730			328.190	
Totais do Programa 01:													143.962	560.488	560.488	0	437.988	262.554	0	0	1.404.992	
03 03				Unidades Móveis de Saúde																		
03	03	2015/11		Unidades Móveis de Saúde																		
03	03	2015/11	5	Locação de outros bens	02	020208	O	100	MP	01/2017	12/2022	3	5.425	21.370	21.370	19.726	19.726	19.726	9.863		95.836	
Totais do Programa 03:													5.425	21.370	21.370	0	19.726	19.726	19.726	9.863	95.836	
03 04				Médio Tejo Inclusivo																		
03	04	2018/1		Médio Tejo Inclusivo																		
03	04	2018/1	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		61.500	61.500	75.000	75.000			211.500	
03	04	2018/1	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		6.150	6.150	5.000	5.000			16.150	
03	04	2018/1	3	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		3.075	3.075	2.500	2.500			8.075	
03	04	2018/1	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0		61.500	61.500	150.000	150.000			361.500	
03	04	2018/2		MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																			
03 04				Médio Tejo Inclusivo																			
03 04	2018/2	1		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2018	12/2019	0	84.971	84.971			26.694					111.665
Totais do Programa 04:														0	217.196	217.196	0	259.194	232.500	0	0	708.890	
Totais do Objetivo 03:														149.387	799.054	799.054	0	716.908	514.780	19.726	9.863	2.209.718	
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
04 01	2015/12			Transporte a Pedido																			
04 01	2015/12	5		Comunicações	02 020209	O		100		MP	01/2013	12/2019	4	1.801	7.000	7.000							8.801
04 01	2015/12	6		Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2012	12/2020	4		3.075	3.075		3.075	3.075				9.225
04 01	2015/12	7		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100		MP	01/2012	12/2020	4	56.700	96.390	96.390		72.260	77.260				302.610
04 01	2015/12	11		Seminários, exposições e similares	02 020216	O		100		MP	01/2016	12/2020	0		1.230	1.230		1.230	1.230				3.690
04 01	2015/14			Estrutura Regional de Caminhos e Cívlovias e Promoção dos Modos Suaves																			
04 01	2015/14	3		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		100		MP	01/2018	12/2019	0		30.751	4.613	26.138	25.000					55.751
04 01	2017/6			Autoridade de Transportes																			
04 01	2017/6	3		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100		MP	01/2017	12/2019	0		122.385	122.385		25.000					147.385
04 01	2017/6	4		Seminários, exposições e similares	02 020216	O		100		MP	01/2018	12/2019	0		1.230	1.230		1.230					2.460
04 01	2017/6	5		Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2018	12/2019	0		1.230	1.230		1.230					2.460
04 01	2018/3			Plataforma para a Gestão Integrada do Sistema de Transportes do Médio Tejo																			
04 01	2018/3	4		Comunicações	02 020209	O		15	85	MP	01/2018	12/2020	0		6.396	6.396		7.100	7.700				21.196
04 01	2018/3	5		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2018	12/2019	0		3.998	3.998		13.428					17.428
Totais do Programa 01:														58.501	273.685	247.547	26.138	149.553	89.265	0	0	571.004	
04 02				Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																			
04 02	2015/15			Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																			
04 02	2015/15	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		100		MP	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000
04 02	2015/15	2		Seminários, exposições e similares	02 020216	O		100		MP	01/2017	12/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000
04 02	2015/15	3		Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2017	01/2020	0		1.000	1.000		1.000	1.000				3.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
04				Consolidar a massa crítica urbana																				
04 02				Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																				
04 02	2015/15	4		Prémios, condecorações e ofertas	02 020115	O		100	MP	01/2018	12/2020	0		100	100		10.000	10.000					20.100	
Totais do Programa 02:													0	3.100	3.100	0	13.000	13.000	0	0	29.100			
Totais do Objetivo 04:													58.501	276.785	250.647	26.138	162.553	102.265	0	0	600.104			
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																				
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																				
05 01	2015/17			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																				
05 01	2015/17	1		Saúde no trabalho	02 020222	O		100	MP	01/2015	09/2019	2		890	890		316						1.206	
05 01	2015/17	2		Segurança e higiene no trabalho	02 020222	O		100	MP	01/2015	09/2019	2	39	390	390		180						609	
05 01	2015/17	3		Conservação e reparação	02 020203	O		100	MP	01/2017	09/2019	0		310	310		100						410	
05 01	2015/17	4		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100	MP	01/2017	09/2019	0		500	500		100						600	
Totais do Programa 01:													39	2.090	2.090	0	696	0	0	0	2.825			
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																				
05 04	2016/7			Modernização Administrativa - CIMT																				
05 04	2016/7	4		Assistência técnica	02 020219	O		100	MP	01/2016	08/2019	3	40.050	50.000	50.000		30.000							120.050
05 04	2016/7	5		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		100	MP	01/2016	12/2018	0		1.000	1.000									1.000
05 04	2017/8			Integração e Partilha de Serviços																				
05 04	2017/8	1		Central de compras - Locação de plataforma	02 020208	O		100	MP	01/2011	12/2020	4	20.498	615	615		615	615						22.343
05 04	2017/8	2		Central de compras - Consultadoria	02 020214	O		100	MP	01/2011	12/2020	4	5.125	25.830	25.830		25.830	25.830						82.615
05 04	2017/8	5		Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2017	12/2018	0		40.000	10.000	30.000							40.000
Totais do Programa 04:													65.673	117.445	87.445	30.000	56.445	26.445	0	0	266.008			
05 07				Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																				
05 07	2016/12			Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																				
05 07	2016/12	4		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2016	12/2023	0	8.180	86.100	40.000	46.100							94.280
05 07	2016/12	5		Apoio técnico especializado	02 020219	O		15	85	MP	01/2018	12/2023	0		5.000	5.000		1.000	1.000					7.000
05 07	2016/12	6		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2018	12/2023	0		4.000	3.000	1.000	2.000	2.000					8.000
05 07	2016/13			Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																				
05 07	2016/13	4		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2016	12/2023	0		10.000	5.000	5.000	2.000	2.000	2.000	1.000			17.000
05 07	2016/13	6		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2018	12/2023	0		4.000	3.000	1.000	2.000	2.000					8.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																								
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																								
05	07	2016/14		Adaptação às Alterações Climáticas																				
05	07	2016/14	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	2		124.445	124.445								124.445
05	07	2016/14	3	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0		2.000	1.000	1.000	1.000						3.000
05	07	2016/14	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0		55.000	50.000	5.000	100.000	10.000	10.000				175.000
05	07	2018/4		Médio Tejo – Eficiência hídrica/Entidades Gestoras Agregadas																				
05	07	2018/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2021	0		55.000	50.000	5.000	5.000	5.000	1.000				66.000
Totais do Programa 07:														8.180	345.545	281.445	64.100	113.000	22.000	13.000	1.000	502.725		
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																								
Formação da Administração Local																								
05	09	2015/37	1	Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0	5.560	43.430	43.430								48.990
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0	847	10.858	10.858								11.705
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			4.000	4.000								4.000
05	09	2015/37	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			1.000	1.000								1.000
05	09	2015/37	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			750	750								750
Estágios Curriculares e Profissionais																								
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802	O	100		MP	01/2015	12/2018		6.143	10.000	10.000								16.143
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02	020216	O	100		MP	01/2015	12/2018			2.500	2.500								2.500
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02	020225	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		53.395	53.395								53.395
Formação de Projetos Intermunicipais																								
05	09	2017/9	1	Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		8.820	8.820								8.820
05	09	2017/9	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		2.205	2.205								2.205
05	09	2017/9	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		2.000	2.000								2.000
05	09	2017/9	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		500	500								500
05	09	2017/9	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		500	500								500
Totais do Programa 09:														12.550	139.958	139.958	0	0	0	0	0	152.508		

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2018				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INT																						
05	11	2017/13		Transferências correntes	02	040901	O	100		MP	01/2017	12/2018	0	1.000	1.000	0	0	0	0	0	1.000	
Totais do Programa 11:														0	1.000	1.000	0	0	0	0	0	1.000
Totais do Objetivo 05:														86.442	606.038	511.938	94.100	170.141	48.445	13.000	1.000	925.066
Total Geral:														495.585	2.662.711	2.542.473	120.238	1.342.697	665.490	32.726	10.863	5.210.072

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.6 Orçamento - Resumo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	3.704.512		Correntes	3.674.793	
Capital	2.143.175		Capital	2.172.894	
Total:		5.847.687	Total:		5.847.687
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		5.847.687	Total Geral:		5.847.687

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.7 Orçamento da Receita e da Despesa

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	20.000
	Total do Capítulo Económico 05:	20.000
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030106	Fundo Eficiência Energética	100
06030199	Outras	241.280
060306	Estado - Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	1.044.135
06030602	Fundo Social Europeu	800.403
06030603	Fundo de Coesão	198.428
06030699	Outros Fundos	1.000
060307	Serviços e fundos autónomos	100
0605	Administração local	
060501	Continente - Autarquias	1.382.366
	Total do Capítulo Económico 06:	3.667.812
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	100
070199	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020999	Outros	15.000
	Total do Capítulo Económico 07:	15.300
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	100
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100
08019903	IVA reembolsado	1.000
08019904	IVA Inversão da liquidação	100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019999	Diversas	100
	Total do Capítulo Económico 08:	1.400
	Total das Receitas Correntes:	3.704.512
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030199	Outras	100
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	888.162
10030702	Fundo Social Europeu	201.280
10030703	Fundo de Coesão	638.294
10030799	Outros Fundos	1.000
1005	Administração local	
100501	Continente - Autarquias	414.339
	Total do Capítulo Económico 10:	2.143.175
	Total das Receitas de Capital:	2.143.175
	Total do Orçamento da Receita:	5.847.687

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Assembleia Intermunicipal	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	5.000
	Total do Capítulo Económico 01:	5.000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	1.000
	Total do Capítulo Económico 02:	1.000
	Total das Despesas Correntes:	6.000
	Total do Capítulo Orgânico 01:	6.000
02	Comunidade Intermunicipal	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em Funções	220.000
02 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	20.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	115.000
02 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20.000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	
02 01010901	Nomeação	115.000
02 01010902	Outros	500
02 010111	Representação	13.000
02 010113	Subsidio de refeição	
02 01011301	Pessoal dos quadros	15.500
02 01011302	Pessoal contratado a termo	10.000
02 01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	
02 01011401	Pessoal dos quadros	40.000
02 01011402	Pessoal contratado a termo	22.000
02 01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	200

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010204	Ajudas de custo	3.500
02	010205	Abono para falhas	1.050
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.500
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	10.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500
02	0103050202	Regime Geral	110.000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4.000
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500
		Total do Capítulo Económico 01:	779.050
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	50
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	50
02	02010202	Gasóleo	8.000
02	02010299	Outros	50
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50
02	020104	Limpeza e higiene	50
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50
02	020108	Material de escritório	1.500
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50
02	020111	Material de consumo clínico	100
02	020112	Material de transporte-Peças	50
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50
02	020114	Outro material-Peças	50

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	800
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	50
02	02011602	Electricidade	50
02	02011603	Outras	50
02	020117	Ferramentas e utensílios	100
02	020118	Livros e documentação técnica	100
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	61.050
02	020121	Outros bens	6.250
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	65.000
02	020202	Limpeza e higiene	13.000
02	020203	Conservação de bens	35.310
02	020204	Locação de edifícios	3.000
02	020205	Locação de material de informática	50
02	020206	Locação de material de transporte	6.000
02	020208	Locação de outros bens	52.085
02	020209	Comunicações	43.396
02	020210	Transportes	23.926
02	020211	Representação dos serviços	200
02	020212	Seguros	4.000
02	020213	Deslocações e estadas	25.563
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	693.241
02	020215	Formação	1.500
02	020216	Seminários, exposições e similares	31.855
02	020217	Publicidade	256.208
02	020218	Vigilância e segurança	1.500
02	020219	Assistência técnica	70.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	1.127.774
02	020222	Serviços de saúde	11.280
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50
02	020225	Outros serviços	241.985
		Total do Capítulo Económico 02:	2.785.823
02	03	Juros e outros encargos	
02	0303	Juros de locação financeira	
02	030305	Material de transporte	50

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	030308	Outros investimentos	50
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	50
02	0306	Outros encargos financeiros	
02	030601	Outros encargos financeiros	50
Total do Capítulo Económico 03:			200
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	040102	Privadas	10
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	10
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	1.000
02	04050102	Freguesias	10
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	04050104	Associações de municípios	10
02	04050105	Associações de freguesias	10
02	04050106	Regiões de turismo	10
02	04050107	Assembleias distritais	10
02	04050108	Outros	10
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10
02	040602	Outras transferências	10
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	10
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	10.000
02	0409	Resto do mundo	
02	040901	União Europeia-Instituições	1.010
Total do Capítulo Económico 04:			12.150
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	05010102	Outras	10
02	050103	Privadas	10
02	0508	Famílias	
02	050803	Outras	10
Total do Capítulo Económico 05:			40
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	10
02	060202	Activos incorpóreos	10
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	1.000
02	06020302	IVA pago	5.000
02	06020303	Diferenças de câmbio	10
02	06020304	Serviços bancários	500
02	06020305	Outras	85.000
Total do Capítulo Económico 06:			91.530
Total das Despesas Correntes:			3.668.793
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070106	Material de transporte	500
02	070107	Equipamento de informática	170.000
02	070108	Software informático	862.247
02	070109	Equipamento administrativo	4.244
02	070111	Ferramentas e utensílios	500
02	070113	Investimentos incorpóreos	500
02	070115	Outros investimentos	1.124.773
Total do Capítulo Económico 07:			2.162.764
02	08	Transferências de capital	
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	080101	Públicas	
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	08010102	Outras	10
02	080102	Privadas	10
02	0805	Administração local	
02	080501	Continente	
02	08050101	Municípios	10

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	08050102	Freguesias	10
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	08050104	Associações de municípios	10
02	08050105	Associações de freguesias	10
02	08050106	Regiões de turismo	10
02	08050107	Assembleias municipais	10
02	08050108	Outros	10
02	0809	Resto do mundo	
02	080901	União Europeia-Instituições	10.010
02	080902	União Europeia-Países membros	10
Total do Capítulo Económico 08:			10.130
Total das Despesas de Capital:			2.172.894
Total do Capítulo Orgânico 02:			5.841.687
Total do Orçamento da Despesa:			5.847.687

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2018

Receitas		Montante	Despesas		Montante
01	Impostos directos		01	Despesas com o pessoal	784.050
02	Impostos indirectos		02	Aquisição de bens e serviços	2.786.823
03	Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE		03	Juros e outros encargos	200
04	Taxas, multas e outras penalidades		04	Transferências correntes	12.150
05	Rendimentos da propriedade	20.000	05	Subsídios	40
06	Transferências correntes	3.667.812	06	Outras despesas correntes	91.530
07	Venda de bens e serviços correntes	15.300		Total das Despesas Correntes	3.674.793
08	Outras receitas correntes	1.400			
	Total das Receitas Correntes	3.704.512	07	Aquisição de bens de capital	2.162.764
09	Venda de bens de investimento		08	Transferências de capital	10.130
10	Transferências de capital	2.143.175	09	Activos financeiros	
11	Activos financeiros		10	Passivos financeiros	
12	Passivos financeiros		11	Outras despesas de capital	
13	Outras receitas de capital		12	Operações extra-orçamentais	
14	Recursos próprios comunitários		17	Operações extra-orçamentais	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos			Total das Despesas de Capital	2.172.894
16	Saldo da gerência anterior				
17	Operações extra-orçamentais				
	Total das Receitas Capital	2.143.175			

Total das Receitas: 5.847.687

Total das Despesas: 5.847.687

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

**6.9 Orçamento - Resumo por Classificação
Económica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	784.050,00
0101	Remunerações certas e permanentes	620.100,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	240.000,00
01010401	Pessoal em Funções	220.000,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	20.000,00
010106	Pessoal contratado a termo	115.100,00
01010601	Pessoal em funções	115.000,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20.000,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	115.500,00
01010901	Nomeação	115.000,00
01010902	Outros	500,00
010111	Representação	13.000,00
010113	Subsidio de refeição	32.000,00
01011301	Pessoal dos quadros	15.500,00
01011302	Pessoal contratado a termo	10.000,00
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	82.000,00
01011401	Pessoal dos quadros	40.000,00
01011402	Pessoal contratado a termo	22.000,00
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	11.750,00
010202	Horas extraordinárias	200,00
010204	Ajudas de custo	3.500,00
010205	Abono para falhas	1.050,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00
010213	Outros suplementos e prémios	5.000,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.500,00
0103	Segurança social	152.200,00
010301	Encargos com a saúde	10.000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00
010305	Contribuições para a segurança social	135.700,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	135.500,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500,00
0103050202	Regime Geral	110.000,00
010309	Seguros	4.200,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4.000,00
01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00
010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00
01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00
02	Aquisição de bens e serviços	2.786.823,00
0201	Aquisição de bens	78.900,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	50,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	8.100,00
02010201	Gasolina	50,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
02010202	Gasóleo	8.000,00
02010299	Outros	50,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00
020104	Limpeza e higiene	50,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00
020108	Material de escritório	1.500,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00
020111	Material de consumo clínico	100,00
020112	Material de transporte-Peças	50,00
020113	Material de consumo hoteleiro	50,00
020114	Outro material-Peças	50,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	800,00
020116	Mercadorias para venda	150,00
02011601	Água	50,00
02011602	Electricidade	50,00
02011603	Outras	50,00
020117	Ferramentas e utensílios	100,00
020118	Livros e documentação técnica	100,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	61.050,00
020121	Outros bens	6.250,00
0202	Aquisição de serviços	2.707.923,00
020201	Encargos das instalações	65.000,00
020202	Limpeza e higiene	13.000,00
020203	Conservação de bens	35.310,00
020204	Locação de edifícios	3.000,00
020205	Locação de material de informática	50,00
020206	Locação de material de transporte	6.000,00
020208	Locação de outros bens	52.085,00
020209	Comunicações	43.396,00
020210	Transportes	23.926,00
020211	Representação dos serviços	200,00
020212	Seguros	4.000,00
020213	Deslocações e estadas	26.563,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	693.241,00
020215	Formação	1.500,00
020216	Seminários, exposições e similares	31.855,00
020217	Publicidade	256.208,00
020218	Vigilância e segurança	1.500,00
020219	Assistência técnica	70.000,00
020220	Outros trabalhos especializados	1.127.774,00
020222	Serviços de saúde	11.280,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00
020225	Outros serviços	241.985,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
03	Juros e outros encargos	200,00
0303	Juros de locação financeira	100,00
030305	Material de transporte	50,00
030308	Outros investimentos	50,00
0305	Outros juros	50,00
030502	Outros	50,00
0306	Outros encargos financeiros	50,00
030601	Outros encargos financeiros	50,00
04	Transferências correntes	12.150,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00
040101	Públicas	10,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
040102	Privadas	10,00
0403	Administração central	20,00
040301	Estado	10,00
040305	Serviços e fundos autónomos	10,00
0405	Administração local	1.070,00
040501	Continente	1.070,00
04050101	Municípios	1.000,00
04050102	Freguesias	10,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
04050104	Associações de municípios	10,00
04050105	Associações de freguesias	10,00
04050106	Regiões de turismo	10,00
04050107	Assembleias distritais	10,00
04050108	Outros	10,00
0406	Segurança social	20,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00
040602	Outras transferências	10,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	10,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	10,00
0408	Famílias	10.000,00
040802	Outras	10.000,00
0409	Resto do mundo	1.010,00
040901	União Europeia-Instituições	1.010,00
05	Subsídios	40,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00
050101	Públicas	20,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
05010102	Outras	10,00
050103	Privadas	10,00
0508	Famílias	10,00
050803	Outras	10,00
06	Outras despesas correntes	91.530,00
0602	Diversas	91.530,00
060201	Impostos e taxas	10,00
060202	Activos incorpóreos	10,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
060203	Outras	91.510,00
06020301	Outras restituições	1.000,00
06020302	IVA pago	5.000,00
06020303	Diferenças de câmbio	10,00
06020304	Serviços bancários	500,00
06020305	Outras	85.000,00
	Total das Despesas Correntes:	3.674.793,00
07	Aquisição de bens de capital	2.162.764,00
0701	Investimentos	2.162.764,00
070106	Material de transporte	500,00
070107	Equipamento de informática	170.000,00
070108	Software informático	862.247,00
070109	Equipamento administrativo	4.244,00
070111	Ferramentas e utensílios	500,00
070113	Investimentos incorpóreos	500,00
070115	Outros investimentos	1.124.773,00
08	Transferências de capital	10.130,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	30,00
080101	Públicas	20,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
08010102	Outras	10,00
080102	Privadas	10,00
0805	Administração local	80,00
080501	Continente	80,00
08050101	Municípios	10,00
08050102	Freguesias	10,00
08050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
08050104	Associações de municípios	10,00
08050105	Associações de freguesias	10,00
08050106	Regiões de turismo	10,00
08050107	Assembleias municipais	10,00
08050108	Outros	10,00
0809	Resto do mundo	10.020,00
080901	União Europeia-Instituições	10.010,00
080902	União Europeia-Países membros	10,00
	Total das Despesas de Capital:	2.172.894,00
	Total do Orçamento da Despesa:	5.847.687,00

**6.10 Orçamento - Resumo por Classificação
Orgânica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2018)

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Assembleia Intermunicipal	6.000,00	0,00	6.000,00
02	Comunidade Intermunicipal	3.668.793,00	2.172.894,00	5.841.687,00
	Total Geral:	3.674.793,00	2.172.894,00	5.847.687,00

6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2018

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Assembleia Intermunicipal	6.000,00	0,00	6.000,00
01		DESPESAS CORRENTES	6.000,00	0,00	6.000,00
01	01	Despesas com o pessoal	5.000,00	0,00	5.000,00
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	5.000,00	0,00	5.000,00
01	010213	Outros suplementos e prémios	5.000,00	0,00	5.000,00
01	02	Aquisição de bens e serviços	1.000,00	0,00	1.000,00
01	0202	Aquisição de serviços	1.000,00	0,00	1.000,00
01	020213	Deslocações e estadas	1.000,00	0,00	1.000,00
02		Comunidade Intermunicipal	1.126.450,00	4.715.237,00	5.841.687,00
02		DESPESAS CORRENTES	1.126.320,00	2.542.473,00	3.668.793,00
02	01	Despesas com o pessoal	779.050,00	0,00	779.050,00
02	0101	Remunerações certas e permanentes	620.100,00	0,00	620.100,00
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	240.000,00	0,00	240.000,00
02	01010401	Pessoal em Funções	220.000,00	0,00	220.000,00
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	20.000,00	0,00	20.000,00
02	010106	Pessoal contratado a termo	115.100,00	0,00	115.100,00
02	01010601	Pessoal em funções	115.000,00	0,00	115.000,00
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00	0,00	100,00
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20.000,00	0,00	20.000,00
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	115.500,00	0,00	115.500,00
02	01010901	Nomeação	115.000,00	0,00	115.000,00
02	01010902	Outros	500,00	0,00	500,00
02	010111	Representação	13.000,00	0,00	13.000,00
02	010113	Subsidio de refeição	32.000,00	0,00	32.000,00
02	01011301	Pessoal dos quadros	15.500,00	0,00	15.500,00
02	01011302	Pessoal contratado a termo	10.000,00	0,00	10.000,00
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500,00	0,00	6.500,00
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	82.000,00	0,00	82.000,00
02	01011401	Pessoal dos quadros	40.000,00	0,00	40.000,00
02	01011402	Pessoal contratado a termo	22.000,00	0,00	22.000,00
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000,00	0,00	20.000,00
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00	0,00	2.500,00
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	6.750,00	0,00	6.750,00
02	010202	Horas extraordinárias	200,00	0,00	200,00
02	010204	Ajudas de custo	3.500,00	0,00	3.500,00
02	010205	Abono para falhas	1.050,00	0,00	1.050,00
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00	0,00	500,00
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.500,00	0,00	1.500,00
02	0103	Segurança social	152.200,00	0,00	152.200,00
02	010301	Encargos com a saúde	10.000,00	0,00	10.000,00
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00	0,00	800,00
02	010305	Contribuições para a segurança social	135.700,00	0,00	135.700,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2018

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00	0,00	200,00
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	135.500,00	0,00	135.500,00
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500,00	0,00	25.500,00
02	0103050202	Regime Geral	110.000,00	0,00	110.000,00
02	010309	Seguros	4.200,00	0,00	4.200,00
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4.000,00	0,00	4.000,00
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00	0,00	200,00
02	010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00	0,00	1.500,00
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00	0,00	1.500,00
02	02	Aquisição de bens e serviços	254.350,00	2.531.473,00	2.785.823,00
02	0201	Aquisição de bens	15.900,00	63.000,00	78.900,00
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	50,00	0,00	50,00
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	8.100,00	0,00	8.100,00
02	02010201	Gasolina	50,00	0,00	50,00
02	02010202	Gasóleo	8.000,00	0,00	8.000,00
02	02010299	Outros	50,00	0,00	50,00
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00	0,00	50,00
02	020104	Limpeza e higiene	50,00	0,00	50,00
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00	0,00	50,00
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00	0,00	50,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00	0,00	50,00
02	020108	Material de escritório	1.500,00	0,00	1.500,00
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00	0,00	50,00
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00	0,00	50,00
02	020111	Material de consumo clínico	100,00	0,00	100,00
02	020112	Material de transporte-Peças	50,00	0,00	50,00
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50,00	0,00	50,00
02	020114	Outro material-Peças	50,00	0,00	50,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	50,00	750,00	800,00
02	020116	Mercadorias para venda	150,00	0,00	150,00
02	02011601	Água	50,00	0,00	50,00
02	02011602	Electricidade	50,00	0,00	50,00
02	02011603	Outras	50,00	0,00	50,00
02	020117	Ferramentas e utensílios	100,00	0,00	100,00
02	020118	Livros e documentação técnica	100,00	0,00	100,00
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00	0,00	200,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50,00	61.000,00	61.050,00
02	020121	Outros bens	5.000,00	1.250,00	6.250,00
02	0202	Aquisição de serviços	238.450,00	2.468.473,00	2.706.923,00
02	020201	Encargos das instalações	65.000,00	0,00	65.000,00
02	020202	Limpeza e higiene	13.000,00	0,00	13.000,00
02	020203	Conservação de bens	35.000,00	310,00	35.310,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2018

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	020204	Locação de edifícios	3.000,00	0,00	3.000,00
02	020205	Locação de material de informática	50,00	0,00	50,00
02	020206	Locação de material de transporte	6.000,00	0,00	6.000,00
02	020208	Locação de outros bens	100,00	51.985,00	52.085,00
02	020209	Comunicações	30.000,00	13.396,00	43.396,00
02	020210	Transportes	4.000,00	19.926,00	23.926,00
02	020211	Representação dos serviços	200,00	0,00	200,00
02	020212	Seguros	4.000,00	0,00	4.000,00
02	020213	Deslocações e estadas	4.000,00	21.563,00	25.563,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.000,00	692.241,00	693.241,00
02	020215	Formação	1.500,00	0,00	1.500,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	50,00	31.805,00	31.855,00
02	020217	Publicidade	30.000,00	226.208,00	256.208,00
02	020218	Vigilância e segurança	1.500,00	0,00	1.500,00
02	020219	Assistência técnica	15.000,00	55.000,00	70.000,00
02	020220	Outros trabalhos especializados	15.000,00	1.112.774,00	1.127.774,00
02	020222	Serviços de saúde	0,00	11.280,00	11.280,00
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00	0,00	50,00
02	020225	Outros serviços	10.000,00	231.985,00	241.985,00
02	03	Juros e outros encargos	200,00	0,00	200,00
02	0303	Juros de locação financeira	100,00	0,00	100,00
02	030305	Material de transporte	50,00	0,00	50,00
02	030308	Outros investimentos	50,00	0,00	50,00
02	0305	Outros juros	50,00	0,00	50,00
02	030502	Outros	50,00	0,00	50,00
02	0306	Outros encargos financeiros	50,00	0,00	50,00
02	030601	Outros encargos financeiros	50,00	0,00	50,00
02	04	Transferências correntes	1.150,00	11.000,00	12.150,00
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00	0,00	20,00
02	040101	Públicas	10,00	0,00	10,00
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	040102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0403	Administração central	20,00	0,00	20,00
02	040301	Estado	10,00	0,00	10,00
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10,00	0,00	10,00
02	0405	Administração local	1.070,00	0,00	1.070,00
02	040501	Continente	1.070,00	0,00	1.070,00
02	04050101	Municípios	1.000,00	0,00	1.000,00
02	04050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	04050104	Associações de municípios	10,00	0,00	10,00
02	04050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2018

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	04050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	04050107	Assembleias distritais	10,00	0,00	10,00
02	04050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0406	Segurança social	20,00	0,00	20,00
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00	0,00	10,00
02	040602	Outras transferências	10,00	0,00	10,00
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	10,00	0,00	10,00
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	10,00	0,00	10,00
02	0408	Famílias	0,00	10.000,00	10.000,00
02	040802	Outras	0,00	10.000,00	10.000,00
02	0409	Resto do mundo	10,00	1.000,00	1.010,00
02	040901	União Europeia-Instituições	10,00	1.000,00	1.010,00
02	05	Subsídios	40,00	0,00	40,00
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00	0,00	30,00
02	050101	Públicas	20,00	0,00	20,00
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	05010102	Outras	10,00	0,00	10,00
02	050103	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0508	Famílias	10,00	0,00	10,00
02	050803	Outras	10,00	0,00	10,00
02	06	Outras despesas correntes	91.530,00	0,00	91.530,00
02	0602	Diversas	91.530,00	0,00	91.530,00
02	060201	Impostos e taxas	10,00	0,00	10,00
02	060202	Activos incorpóreos	10,00	0,00	10,00
02	060203	Outras	91.510,00	0,00	91.510,00
02	06020301	Outras restituições	1.000,00	0,00	1.000,00
02	06020302	IVA pago	5.000,00	0,00	5.000,00
02	06020303	Diferenças de câmbio	10,00	0,00	10,00
02	06020304	Serviços bancários	500,00	0,00	500,00
02	06020305	Outras	85.000,00	0,00	85.000,00
02		DESPESAS DE CAPITAL	130,00	2.172.764,00	2.172.894,00
02	07	Aquisição de bens de capital	0,00	2.162.764,00	2.162.764,00
02	0701	Investimentos	0,00	2.162.764,00	2.162.764,00
02	070106	Material de transporte	0,00	500,00	500,00
02	070107	Equipamento de informática	0,00	170.000,00	170.000,00
02	070108	Software informático	0,00	862.247,00	862.247,00
02	070109	Equipamento administrativo	0,00	4.244,00	4.244,00
02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	500,00	500,00
02	070113	Investimentos incorpóreos	0,00	500,00	500,00
02	070115	Outros investimentos	0,00	1.124.773,00	1.124.773,00
02	08	Transferências de capital	130,00	10.000,00	10.130,00
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	30,00	0,00	30,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2018

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	080101	Públicas	20,00	0,00	20,00
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	08010102	Outras	10,00	0,00	10,00
02	080102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0805	Administração local	80,00	0,00	80,00
02	080501	Continente	80,00	0,00	80,00
02	08050101	Municípios	10,00	0,00	10,00
02	08050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	08050104	Associações de municípios	10,00	0,00	10,00
02	08050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00
02	08050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	08050107	Assembleias municipais	10,00	0,00	10,00
02	08050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0809	Resto do mundo	20,00	10.000,00	10.020,00
02	080901	União Europeia-Instituições	10,00	10.000,00	10.010,00
02	080902	União Europeia-Países membros	10,00	0,00	10,00
Total geral:			1.132.450,00	4.715.237,00	5.847.687,00

ORGÃO EXECUTIVO
 Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de de
